

JOÃO RODOLFO MUNHOZ OHARA

**VIRTUDES EPISTÊMICAS NA
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA
(1980-1990)**

ASSIS

2017

JOÃO RODOLFO MUNHOZ OHARA

**VIRTUDES EPISTÊMICAS NA
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA
(1980-1990)**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP - Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de doutor em História (Ária de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientador: Hélio Rebello Cardoso Jr.

Bolsa Fapesp, processo 2013/16289-0

ASSIS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

O36v Ohara, João Rodolfo Munhoz
Virtudes epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990) / João Rodolfo Munhoz Ohara. Assis, 2017.
151 f.

Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.
Orientador: Dr Hélio Rebello Cardoso Junior

1. Brasil - Historiografia. 2. Historiografia. 3. Historiadores brasileiros - Conduta. 4. Epistemologia. 5. Periódicos brasileiros. I. Título.

CDD 981

JOÃO RODOLFO MUNHOZ OHARA

VIRTUDES EPISTÊMICAS NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA (1980-
1990)

Tese apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras – UNESP/Assis para
obtenção do título de Doutor em
HISTÓRIA. (Área de Conhecimento:
HISTÓRIA E SOCIEDADE)

Data da Aprovação: 22/05/2017

COMISSÃO EXAMINADORA


PRESIDENTE: PROF. DR. Helio Rebello Cardoso Junior - UNESP/ASSIS

MEMBROS: PROFA. DRA. Karina Anhezini de Araujo - UNESP/ASSIS

PROFA. DRA. Maria da Glória Oliveira - UFRRJ/RIO DE JANEIRO


PROF. DR. Fabio Franzini - UNIFESP/SÃO PAULO


PROF. DR. Miguel Soares Palmeira - USP/SÃO PAULO

Aos meus avós
Yolanda, João,
Yoshie e Teide.

Agradecimentos

Quando minha avó Yoshie já não estava muito lúcida, ela costumava repetir sempre a mesma coisa quando me encontrava: “logo vai ter outro Dr. Ohara”. Por algum motivo ela achava que eu, como meu pai fez há muitos anos, cursava medicina. É claro que nunca a corriji. Hoje, finalizando minha tese de doutorado em História, sinto que de alguma forma posso dizer para ela, onde quer que ela esteja, que virei, finalmente, “doutor Ohara”.

~

Agradeço aos meus pais, Nicete e Celso, pelo apoio incondicional e ininterrupto nessa estrada longa de formação que pude optar por seguir. Não fosse a sua disposição de segurar os gastos em tantas outras coisas que poderiam lhes trazer algum conforto para poder bancar um filho já formado, mas que, nos olhos dos outros, “não trabalha”, a realização desta tese seria apenas um sonho distante. Não fosse o apoio moral, na maior parte das vezes por telefone, não sei se teria passado ileso pelas várias crises durante mestrado e doutorado. Obrigado, papai e mamãe.

À minha irmã, Giovanna, que enfrenta com muita coragem as dificuldades impostas pela bipolaridade, e que durante todo o tempo em que morou comigo foi paciente com minhas manias, preparou boas refeições e se preocupou com minha saúde física e mental.

À minha esposa, Isabela, por sua paciência com o marido que fez escolhas profissionais questionáveis; pelo carinho com que cuida de mim todos os dias; por ser minha primeira leitora, mesmo que meus textos sejam bem mais chatos do que seus muitos livros; por sua companhia que sempre me dá força e me inspira.

Ao professor Hélio Rebello Cardoso Jr., orientador desta tese, por suas valiosas lições, seus conselhos e comentários, pela liberdade que me garantiu durante a execução da pesquisa, e pela parceria de trabalho que muito me ensinou.

Ao professor André Luiz Joaquinho, que me orientou desde a iniciação científica até o mestrado, e que permaneceu sempre à disposição como leitor, comentarista, mentor e amigo, serei eternamente grato por ter me ensinado pacientemente os fundamentos da profissão de historiador e de intelectual.

Ao professor Herman J. Paul, que supervisionou meu trabalho durante estágio de pesquisa na Holanda, por ser um interlocutor generoso, responsável por outra boa parte dos sucessos desta pesquisa.

Às professoras Karina Anhezini e Maria da Glória de Oliveira, componentes da banca de qualificação, pela leitura atenta e rigorosa, pelas observações pertinentes e pelas sugestões que me mostraram caminhos possíveis para a tese em um momento no qual eu mesmo tinha dúvidas de por onde seguir.

Aos amigos Igor Guedes Ramos, Jonathan Menezes, Marcus Telles e Tiago Viotto, agradeço pelos cafés e pelas conversas sobre problemas teóricos, pelas leituras dos meus rascunhos, pelos comentários, por todas essas contribuições à execução deste trabalho.

Aos amigos Lucas Trazzi e Eduardo Suzuki, pelas tardes de jogos de tabuleiro, pelas pizzas e pelos filmes que ajudaram a manter minha sanidade mental.

A tantos outros amigos e colegas, dentro e fora do mundo acadêmico, que, mesmo sem perceber, fizeram parte importante da confecção deste trabalho.

À Fapesp, pelo financiamento da pesquisa através do processo **2013/16289-0**, graças ao qual pude adquirir experiência nacional e internacional muito relevante, bem como realizar um importante estágio de pesquisa na Holanda.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. **Virtudes Epistêmicas na Historiografia Brasileira (1980-1990)**. 2017. 151 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2017.

RESUMO

Este trabalho buscou mapear as virtudes epistêmicas e as personae acadêmicas mobilizadas por historiadores brasileiros entre 1980 e 1990 a fim de melhor compreender os dispositivos de subjetivação a que estavam sujeitos tais indivíduos ao aprenderem a “serem historiadores”. Mobilizou-se para tanto um corpus documental composto por resenhas, ensaios bibliográficos, obituários e homenagens publicados em periódicos acadêmicos da área de História no período delimitado. Considera-se demonstrada a capacidade dos conceitos de virtudes epistêmicas e de persona acadêmica nos auxiliarem efetivamente a entender os critérios de classificação mobilizados para definir o que significa “ser historiador” no Brasil entre 1980 e 1990, contexto bastante diverso da historiografia europeia do século XIX, sobre o qual os conceitos já foram trabalhados anteriormente. Verificou-se que, em torno da estrutura comum do “historiador arquivista”, subjacente a toda estrutura da historiografia acadêmica brasileira do período, havia diversos modelos de conduta (personae) em relação aos quais os historiadores brasileiros se posicionavam para serem reconhecidos enquanto tal.

Palavras-chave: historiografia brasileira; virtudes epistêmicas; persona acadêmica.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. **Epistemic Virtues in the Brazilian Historiography (1980-1990)**. 2017. 151 f. Thesis (Ph.D. in History) – School of Sciences and Letters, São Paulo State University "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2017.

ABSTRACT

This dissertation aims at mapping the use of epistemic virtues and scholarly personae as means of defining what it means to be a historian in Brazil, from 1980 to 1990. The main sources of this work are book reviews, review essays, obituaries and homage pieces published in Brazilian academic journals in the selected period. It has been shown that the concepts of epistemic virtue and scholarly persona are capable of being used in a context far removed from its previous usages. Regarding Brazilian historiography, this dissertation shows that from the foundations of the "archival historian" one could find many diverse models of scholarly selfhood (personae) in relation to which Brazilian historians positioned themselves to be recognized as proper historians.

Keywords: Brazilian historiography; epistemic virtues; scholarly personae.

Sumário

Introdução: A História da Historiografia entre afirmação e crítica	8
Capítulo 1: O Historiador Disciplinado.....	13
Capítulo 2: Virtudes Epistêmicas em Resenhas e Ensaios Bibliográficos	41
Capítulo 3: Personae Acadêmicas e Conduas Exemplares em Obituários e Homenagens.....	75
Considerações Finais.....	100
Fontes.....	109
Referências Bibliográficas.....	131

Introdução: A História da Historiografia entre afirmação e crítica

A história da historiografia é uma especialidade historiográfica presa na tensão impossível de ser resolvida entre a afirmação e a crítica de determinadas maneiras de pensar a história. De um lado, a história da historiografia traça a linha do desenvolvimento da disciplina, tomando por critérios os valores presentes de seus praticantes; a historiografia presente, neste caso, será sempre o fim – ou ao menos um estágio mais avançado – de uma teleologia que nasce em tempos antigos e segue adiante em meio a rupturas e continuidades, chegando até nós, com nossa maneira mais refinada de pensar historicamente. No outro polo, a história da historiografia nos lembra sempre que a historiografia profissionalizada do Ocidente é apenas mais uma das várias maneiras pelas quais diferentes grupos dão sentido ao passado; tal modalidade desestabiliza nossas certezas disciplinares, torna evidentes as exclusões presentes em qualquer pretensão universalista, coloca em questão os pressupostos básicos dos historiadores do presente.

Stefan Collini, Donald Winch e John Burrow (1983, p. 4) já notavam, há três décadas, os limites das histórias disciplinares unificadoras, lineares e teleológicas: “O atual consenso teórico da disciplina, ou possivelmente uma versão polêmica do que tal consenso deveria ser, é, com efeito, tomado por definitivo, e o passado é, então, reconstituído como uma teleologia que leva até e se manifesta completamente [no presente]”.¹ Para esse tipo de história, os conflitos disciplinares são basicamente dialéticos, e sua síntese assegura o progresso em direção a concepções mais refinadas e racionais de compreensão. Ali,

Autores do passado são levados ao cânone da disciplina como precursores ou antepassados, e passados em revista como que por um general a distribuir medalhas - e, às vezes, reprimendas - ao final de uma campanha bem-sucedida, com o útil corolário implícito de que se medalhas podem ser distribuídas a campanha deve ter tido uma conclusão satisfatória e a disciplina devidamente estabelecida. (ibid. loc. cit.)

¹ Críticas semelhantes aparecem em GRAHAM, LEPENIES e WEINGARD (1983), mirando a história da ciência.

A história de uma disciplina seria, portanto, a crônica de como grandes indivíduos (geralmente homens, brancos e europeus) teriam vencido a superstição e o irracionalismo para estabelecerem os fundamentos de nosso campo disciplinar. Em uma versão pretensamente menos ideológica, essa mesma história buscaria narrar, a partir de “evidências empíricas”, a sequência de autores, instituições e correntes de pensamento que compõem nossa “tradição disciplinar”.²

Tendo em mente apenas a produção em língua alemã, Horst Walter Blanke (2005, p. 227-232) propôs uma tipologia das histórias da historiografia dividida em dez tipos que se organizariam em torno de duas funções principais: de um lado, a função afirmativa, cujo objetivo é afirmar o primado de determinadas posições ideológicas, ou determinadas maneiras de pensar a história; de outro, a função crítica, destinada a desestabilizar as narrativas afirmativas, mostrando os limites e os problemas de certas maneiras de pensar a história.

Na introdução de seu livro *L’Historiographie*, Nicolas Offenstadt defende, por sua vez, uma abordagem historiográfica que desafie e escape dos esquemas teleológicos aos quais estamos acostumados por conta de certos manuais:

Diante do exposto, convém ainda desconfiar de uma forma de historiografia teleológica que descreveria o desenvolvimento contínuo de uma ciência moderna, na qual uma historiografia inovadora, e então dominante, sucederia a uma outra: a ciência alemã, depois os Annales, etc. como uma ciência dos vencedores. (OFFENSTADT, 2011, p. 6-7)

*Teleologia, ideologia, história dos vencedores: a história da historiografia enquanto afirmação não pode se esquivar dos problemas inerentes à sua prática. Mas isso não significa que sua variante crítica esteja livre de deficiências. Em seu esforço para evidenciar outras maneiras de dar sentido ao passado, bem como os limites das nossas próprias, as abordagens críticas na história da historiografia foram frequentemente acusadas de relativismo.*³

² Como no recente manual de DELACROIX, DOSSE e GARCIA (2012) sobre a historiografia francesa dos séculos XIX e XX, ou o já mais antigo de BOURDÉ e MARTIN (1990).

³ Ver, por exemplo, a discussão entre CHARTIER (1998) e SMITH (1998) em torno da relevância do nível político para a análise historiográfica, na qual Chartier diz aspirar por uma história enquanto conhecimento universal. Faço a crítica ao fato de Chartier fundamentar seu argumento em Michel de Certeau em texto já publicado (OHARA, 2015). Em outros textos, SMITH (1995; 2000) desenvolve extensos estudos sobre os limites de gênero presentes na historiografia moderna.

Assumindo que essa tensão entre afirmação e crítica não é dialética, ou seja, não é capaz de produzir um resultado sintético, o historiador da historiografia faz bem em declarar suas cores. Não se trata de declarar a superioridade de um dos polos sobre o outro, mas de estabelecer a direção do trabalho a ser realizado. Isso porque ambos os esforços são legítimos e importantes para o campo, e a ausência de um deles produz situações problemáticas: o dogmatismo da afirmação sem crítica ou a paralisia da incapacidade de estabelecer noções positivas de trabalho.

Observando histórias da historiografia de ambas as abordagens, no entanto, percebemos que os sujeitos dessas histórias permanecem enquanto indivíduos, correntes intelectuais ou instituições. Do lado afirmativo, buscam-se estabelecer cânones da disciplina, com precursores e figuras modelares; do lado da crítica, há sempre a figura esquecida, marginalizada ou excluída, figura que se deve integrar à história da disciplina a fim de que possamos progredir rumo a uma história mais completa, inclusiva e justa. Com tais questões no horizonte, coloca-se uma pergunta importante: é possível escrever histórias da historiografia que não tenham indivíduos ou escolas históricas enquanto sujeitos?

É em resposta a tal pergunta que esta tese se coloca. Trata-se de um exercício ainda relativamente inicial no sentido de produzir outros tipos de narrativa sobre a historiografia, que escapem tanto quanto possível ao esquema manualesco da sucessão de correntes e grandes indivíduos. É importante ressaltar, no entanto, a recusa em transformar o gênero dos manuais no “inimigo impuro” a ser expurgado; levando a sério a tensão a que nos referimos anteriormente, não há polo privilegiado do qual se arrogar a maneira mais adequada de se fazer histórias da historiografia. Mais ainda, não me parece cabível uma concepção dialética dessa escrita, uma vez que a tensão não se resolve em uma síntese, mas apenas produz resultados sempre necessariamente instáveis. Assim, posicionar-se no amplo espaço entre os polos cristalizador e subversivo da história da historiografia não deve significar a pretensão de resolver o conflito; trata-se simplesmente de um cuidado da ordem do método.

Ao mesmo tempo, os aparatos mobilizados neste trabalho permitem encarar a trajetória da disciplina histórica moderna não mais como uma linha, seja ela progressiva ou não, mas como a constituição de repertórios simbólicos figurados e refigurados sem um sentido dado a priori. No lugar da sucessão de diferentes modos hegemônicos de fazer história, cuja ascensão e queda nos caberia narrar, gostaria de avançar sobre a possibilidade de que lidamos, enquanto historiadores de nosso

próprio ofício, com formações discursivas que não cabem nos limites arbitrários de escolas ou gerações – e que os ganhos didáticos e heurísticos de tais categorias são muito pequenos. De outro lado, também tomo distância de conceitos como “tradição”, que me parecem muito indeterminados para terem qualquer poder explicativo. Entre a ruptura pouco convincente entre escolas e a continuidade genérica da tradição, gostaria de insistir na fecundidade da crítica da historiografia, entendendo por crítica a *análise das condições de possibilidade* de um dado fenômeno – não mais das estruturas transcendentais de Kant, mas da análise histórica, arqueo-genealógica de Foucault.⁴

É nessa direção mais geral que gostaria de situar meu trabalho: uma história crítica da historiografia, cujos sujeitos sejam formações discursivas, mais do que indivíduos ou escolas. Para tanto, os conceitos de virtude epistêmica e persona acadêmica me pareceram chaves de leitura privilegiadas, que nos permitem borrar certas demarcações e colocar em perspectiva retóricas revolucionárias empregadas por tantos grupos intelectuais – da panaceia da historiografia metódica, pretensamente superior a seus “predecessores” românticos, à tal “Revolução Francesa da Historiografia” representada pelos *Annales*, ou aos “abalos sísmicos” que teriam sido causados por Foucault nos fundamentos epistemológicos da história.

Estrutura da tese

No primeiro capítulo desenvolvo a arquitetura conceitual que estrutura as análises deste trabalho: discorro sobre o conceito de virtude epistêmica, discuto o par *persona acadêmica/scholarly self* enquanto tensão entre modelos de conduta e performances concretas, e delimito o escopo do trabalho (historiografia acadêmica brasileira entre 1980 e 1990). Em que pese a inconveniência do famoso “capítulo teórico”, considero que seja útil e necessário para encaminhar uma narrativa que tome por sujeito não mais os nomes próprios de indivíduos e grupos, mas formações discursivas – as virtudes e as *personae*. No esforço de tornar tão didático quanto possível essa transição – não apenas para os leitores, como para mim mesmo – delineio ao longo do capítulo as engrenagens que fazem funcionar essa outra maneira de encarar a história da historiografia.

⁴ Sobre a distinção dos dois sentidos de crítica, ver KOOPMAN, 2013.

O segundo capítulo se dedica a mapear individualmente as virtudes epistêmicas do período através da leitura de resenhas e ensaios bibliográficos publicados em periódicos acadêmicos brasileiros de história entre 1980 e 1990. Discuto também os problemas tipológicos das fontes, apresentando as limitações impostas pela quantidade e pelas características das resenhas brasileiras, bem como a prevalência do solo comum do historiador arquivista que atravessa a historiografia moderna.

Para o terceiro capítulo ficou o estudo dos modelos de conduta dos historiadores do período baseado na análise de obituários e homenagens pós-morte igualmente publicados nas revistas acadêmicas brasileiras de história. Enquanto o capítulo anterior lidou com as virtudes de maneira mais ou menos isolada, aqui as vemos articuladas em certos conjuntos, configuradas em torno de determinados projetos historiográficos e concepções de história. Novamente foi preciso discutir as potências e limites do tipo de fonte utilizada, questionando as convenções do gênero obituário para produzir os materiais sobre os quais a análise deve operar.

Finalizo a tese com um breve capítulo de considerações finais, em que faço uma síntese dos dois capítulos documentais e avalio os sucessos e insucessos da chave de leitura proposta nesta pesquisa.

Capítulo 1: O Historiador Disciplinado⁵

O advento dos manuais de metodologia, como *Lehrbuch der Historischen Methode*, de Ernst Bernheim, e *Introduction aux Études Historiques*, de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, tornaram possível ensinar a um crescente número de alunos as técnicas sofisticadas de que os historiadores modernos se utilizavam para produzir seus trabalhos. Longe das salas nas quais Leopold von Ranke gostava de conduzir seus seminários (SMITH, 1995; ESKILDSEN, 2013), longe, portanto, do contato direto entre um mestre e um neófito, estudantes de vários cantos da Europa poderiam agora aprender aquilo que precisariam saber para serem historiadores. Mas mais do que técnicas de anotação e crítica documental, esses manuais ensinavam *maneiras de ser historiador* (cf. PAUL, 2014a). Ora, tornar-se historiador requer mais do que domínio de um conjunto de técnicas: é preciso cultivar e exercitar um número de disposições e características que não podem ser reduzidas a fórmulas simples. Evidência disso é que, quando historiadores modernos avaliam o trabalho de seus pares em resenhas, pareceres e outras ferramentas dedicadas à avaliação, há muito mais em jogo do que tecnicidades. Em tais instâncias não é incomum encontrar elogios à “sensibilidade histórica” de um autor, ou à sua “generosidade intelectual”, sua “curiosidade”, bem como outras características cujo exercício tornou possível a boa execução de seu trabalho enquanto historiadores. Neste sentido, mesmo que em instâncias diferentes, manuais e textos avaliativos ensinam como ser historiador: enquanto manuais prescrevem mais explicitamente suas concepções ideais de história e de historiador, os gêneros textuais dedicados à avaliação operam através da constatação de consonância ou não entre o autor avaliado e o conjunto de normas às quais ele deveria se adequar.

Não há nada de novo em dizer que as disposições do indivíduo exercem efeito no seu trabalho enquanto historiador: mesmo historiadores clássicos como

⁵ Todas as passagens estrangeiras foram traduzidas livremente por este que vos escreve.

Heródoto,⁶ Tucídides⁷ ou Tácito⁸ precisaram de mais do que técnicas para construir suas narrativas; para um Marc Bloch,⁹ ou um Lucien Febvre¹⁰, igualmente, determinadas características individuais eram essenciais para a produção de “boa história”.¹¹ Neste capítulo discutirei essa ideia como referência para o estudo da história da historiografia profissional, de maneira que a escrita dessa história escape à linearidade da sucessão de “escolas”, de grandes nomes (masculinos) realizando grandes feitos, e do refinamento progressivo de nosso conhecimento do passado. No lugar dos *indivíduos*, os sujeitos dessa história serão as virtudes do bom historiador, através da análise das séries discursivas e dos enunciados que delas podemos apreender.

Se se pode dizer que os historiadores relutam em historicizar seus próprios textos, métodos e práticas, gostaria de argumentar que o estudo dos processos complexos pelos quais um indivíduo se torna historiador podem ser uma maneira profícua de colocar os historiadores na história. Em outras palavras, conforme estudamos as maneiras pelas quais os historiadores cuidadosamente construíram a si mesmos enquanto sujeitos em relação a repertórios de características consideradas

⁶ Paul Cartledge e Emily Greenwood (2002, p. 352-353) escrevem que “A preocupação de Heródoto em parecer representativo e digno de confiança [...] invoca ideais de procedimento jurídico, e a figura do juiz que pesa afirmações conflitantes contribui para a auto-representação de Heródoto como um narrador confiável”. John Marincola (2006, p. 23) menciona o “amor aos detalhes” como uma importante característica de Heródoto como historiador, e Robert Fowley (2006, p. 32) comenta sua “honestidade intelectual” e capacidade de persuasão retórica.

⁷ Em um longo parágrafo, John Burrow (2007, p. 51) diz que “Tucídides parece incorporar todas as qualidades que Nietzsche admirava sem conseguir ele mesmo incorporar. É fácil de entender a admiração. Quase todos os historiadores, exceto os mais obtusos, têm alguma fraqueza característica: alguma cumplicidade, idealização, identificação; algum impulso de indignação, de corrigir as coisas erradas, de transmitir uma mensagem. Essa é frequentemente a fonte de seus escritos mais interessantes. Mas Tucídides parece ser imune. Certamente nenhuma inteligência mais lúcida, livre de ilusões, jamais se dedicou a escrever a história”.

⁸ Alain Gowing (2009, p. 23) menciona a admiração de Tácito por Tito Lívio enquanto um historiador eloquente e confiável. Ele fala também sobre “o que Tácito valorizava em outros historiadores”: “não é meramente uma questão de quão bem eles escrevem a história, mas da autoridade conferida aos seus trabalhos por seu caráter e sua personalidade” (2009, p. 27). Barbara Levick (2012) menciona a imparcialidade como questão importante para Tácito no que diz respeito à responsabilidade do historiador enquanto um autor “honesto e confiável”.

⁹ Como quando Bloch condena “a mania do julgamento” (BLOCH, 2001, p. 58), ou, mais adiante, quando diz: “Essa faculdade de apreensão do que é vivo, eis justamente, com efeito, a qualidade mestra do historiador” (ibid., p. 65-66).

¹⁰ Ver, por exemplo, quando Febvre condena os “amontoadores de fatos”: “Não encorajemos aqueles que, aparentemente modestos e receosos, na realidade passivos e imitadores, amontoam factos para nada, e depois, de braços cruzados, esperam eternamente que venha o homem capaz e os reunir” (FEBVRE, 1989, p. 19). Diz ele ainda: “Ser historiador é pelo contrário, nunca se resignar. É tentar tudo, experimentar tudo para preencher as lacunas da informação. É explorarmos todo o nosso engenho, eis a verdadeira expressão” (ibid., p. 250).

¹¹ Isso sem contar os “manuais modernos”, populares principalmente em língua inglesa. Ver, por exemplo, DOBSON e ZIEMANN, 2009; BANNER Jr., 2012; BRUNDAGE, 2013.

desejáveis por seus mestres e pares, parece-me possível evitar o medo e a apreensão que dificultam tratar o ofício do historiador e seus produtos enquanto documentos passíveis de serem postos em dúvida.

Este capítulo está dividido em quatro seções: as três primeiras dedicadas a diferentes níveis da arquitetura conceitual desta pesquisa, e, ao final, uma seção para esclarecer como essa arquitetura conceitual geral pode funcionar para esta tese em particular. Primeiramente, discutirei o conceito de virtude epistêmica, com o qual se pode descrever as disposições, traços, características, habilidades e/ou atitudes cujo cultivo e exercício são considerados epistemicamente necessários para a produção do conhecimento; em seguida, apresento o par conceitual de *scholarly persona* e *scholarly self*, referentes a constelações de virtudes e características epistêmicas e não-epistêmicas às quais os indivíduos se relacionam para serem reconhecidos enquanto algo (por exemplo, “como historiador”); na terceira seção, descrevo o nível mais geral no qual entendo a produção do *scholarly self* enquanto processo de subjetivação¹² em que indivíduos são conduzidos de maneiras específicas, moldando sua subjetividade de acordo com valores específicos, considerados necessários ou importantes por eles e/ou por seus pares – e as implicações políticas que seguem de tal perspectiva. Finalmente, o último trecho será dedicado a problemas da ordem do método, delimitando os materiais necessários para a investigação e definindo a organização desses materiais com vistas à descrição das formações discursivas a serem evidenciadas.

Virtudes Epistêmicas

Cresce na filosofia analítica uma vertente da epistemologia que se preocupa em delimitar quais características um sujeito deve cultivar ou exercitar a fim de que possa conhecer algo. Isso porque, para a epistemologia, conhecimento é, grosso modo, *crença verdadeira justificada*: um sujeito só conhece algo na medida em que tem fundamentos para justificar sua crença, e que essa crença seja verdadeira.¹³

¹² Alan Milchman e Alan Rosenberg (2009) discutiram questões em torno dos termos *assujettissement* e *subjectivation*, que eles traduzem como *subjetificação* (*subjectification*) e *subjetivação* (*subjectivation*), respectivamente. No entanto, neste trabalho tratarei ambos os termos sob a palavra “subjetivação”, uma vez que entendo tanto a disciplina quanto o cuidado de si como técnicas de produção de subjetividade.

¹³ A fórmula mais adequada seria “S sabe que *p* se, e somente se *p* for verdade e S estiver justificado em acreditar que *p*”. A fim de simplificar a apresentação, tratarei apenas do problema da justificação, e

Nas abordagens tradicionais da epistemologia, só há justificação na medida em que o sujeito tem evidências suficientes de que sua crença é verdadeira. Chama-se isso de *evidencialismo*. Para outras vertentes, no entanto, a justificação se dá na medida em que a crença foi produzida segundo características específicas, como através de processos ou competências confiáveis (*confiabilismo*) ou de conduta epistêmica responsável (*responsabilismo*). É no seio dessas abordagens que emerge o conceito de *virtude epistêmica*.

O Uso Filosófico

A epistemologia das virtudes é o campo que reflete a respeito da natureza e das condições dessas virtudes epistêmicas,¹⁴ podendo ser dividido, grosso modo, em duas vertentes: confiabilismo e responsabilismo.¹⁵ Para confiabilistas, como Ernest Sosa, John Greco e Jonathan Kvanvig, virtude epistêmica é *faculdade cognitiva confiável* (como memória, percepção, intuição), cujo exercício conduz à verdade (SOSA, 1991). Para responsabilistas, como Linda Zagzebski, Robert Roberts, Jay Wood e Jason Baehr, virtude epistêmica é *disposição ou traço de caráter de um agente epistemicamente responsável* – ou, nas palavras de Zagzebski, “uma profunda e duradoura excelência adquirida em uma pessoa, envolvendo uma motivação característica de produzir um certo fim desejado e sucesso confiável em atingir tal fim” (ZAGZEBSKI, 1996, p. 137).¹⁶

Para Greco, por exemplo, “conhecimento é conhecimento verdadeiro fundamentado em habilidades (ou virtudes) cognitivas daquele que crê” (GRECO, 2010, p. 140). Neste sentido, a performance de virtudes intelectuais é teleológica: o exercício de faculdade cognitiva confiável deve maximizar as chances de chegar à verdade e minimizar as chances de erro. De acordo com Sosa, “Uma crença pode ser considerada conhecimento apenas se for verdadeira e se sua correção deriva da manifestação de certas virtudes cognitivas do sujeito, onde nada é uma virtude cognitiva a não ser que seja uma disposição condutiva à verdade [*truth-conductive*]”

não do problema da verdade. Para mais, ver DANCY, SOSA e STEUP (2010, esp. p. 471) e BERNECKER e PRITCHARD (2012, esp. p. 25-36)

¹⁴ Uso as expressões “virtudes epistêmicas” e “virtudes intelectuais” de maneira intercambiável.

¹⁵ Jonathan Kvanvig (in BERNECKER e PRITCHARD, 2011, p. 199-207) e John Greco (in DANCY, SOSA e STEUP, 2010, p. 75-82) escreveram boas apresentações gerais do campo.

¹⁶ Zagzebski menciona que essa definição é ampla o suficiente para dar conta de virtudes morais assim como de virtudes intelectuais. Para mais, ver ZAGZEBSKI (1996, p. 137-165).

(SOSA, 2009, p. 135). Filósofos confiabilistas tentarão, portanto, delinear as condições pelas quais uma faculdade cognitiva como a memória pode desempenhar papel de virtude intelectual.

De outra perspectiva, a pergunta central dos responsabilistas é “o que faria nesta situação um sujeito epistemicamente responsável?”. Aproximando virtude moral e virtude intelectual, responsabilistas argumentam que, como na dimensão moral, é a responsabilidade do agente que justifica o resultado – ação, na virtude moral, ou conhecimento, na virtude intelectual. Conforme define Baehr:

O sucesso na [busca por conhecimento] dificilmente é garantido pela posse de visão acurada, audição sensível ou memória impecável. [...] Pode ser preciso, por exemplo, que o indivíduo realize observação atenta, tenha imaginação cheia de ideias [*thoughtful*] e de mente aberta [*open-minded*], reflexão paciente, análise cuidadosa e rigorosa, ou interpretação e avaliação justas [*fair-minded*]. (BAEHR, 2011a, p. 1)

Do ponto de vista responsabilista, é na conduta do sujeito de conhecimento que deve pesar a avaliação do filósofo; a ação responsável do indivíduo é que fundamenta o conhecimento. Assim, cabe ao filósofo considerar quais as qualidades de caráter de um sujeito epistemicamente responsável, delimitar suas condições e se perguntar pela ligação entre o agir responsável e a justificação do conhecimento.

Ademais, tanto no confiabilismo como no responsabilismo, interessa ao filósofo responder a perguntas como:

Primeiro, as virtudes são naturais ou adquiridas? Segundo, a posse dessas virtudes requer que o agente possua motivações ou disposições intelectualmente virtuosas para executar ações intelectualmente virtuosas? Terceiro, virtudes e habilidades são diferentes? Quarto, as virtudes são confiáveis? Finalmente, em quinto, o que torna as virtudes valiosas? (BATTALY, 2008, p. 645)

Trata-se, enfim, de buscar uma definição do conceito, bem como um inventário das características epistemicamente virtuosas. O interesse da filosofia, portanto, se dá no plano universal da razão: o filósofo visa delimitar de maneira universal as condições pelas quais um sujeito é capaz de produzir conhecimento. E é aqui que nos separamos da filosofia analítica: se, de um lado, o estabelecimento de critérios universais para avaliar a justificação do conhecimento interessa ao filósofo, de outro, a questão talvez não seja tão útil ao historiador. Aquilo que chamo de “uso

filosófico” do conceito de virtude epistêmica talvez possa interessar às discussões, relativamente recentes no Brasil, acerca da ética profissional do historiador¹⁷ – ou seja, refletir sobre quais os limites e as condições mínimas para o exercício do trabalho historiográfico. Para a história da historiografia, no entanto, seria problemático imaginar a existência de um repertório de qualidades indispensáveis ao historiador em todos os contextos, todas as épocas, todos os lugares. Isso porque a historiografia tal qual conhecemos é um empreendimento eminentemente ocidental e moderno.¹⁸ Assim, parece-me interessante falar de um “uso histórico” do conceito de virtude epistêmica.

O Uso Histórico

É certamente possível, talvez provável, que haja filósofos na epistemologia das virtudes cujas preocupações não se alinhem ao retrato esquemático que elaborei anteriormente. De toda sorte, meu ponto é que a filosofia e a história abordam seus problemas de maneira diferente. Se um filósofo poderia colocar como problema de reflexão a pergunta “o que é virtude epistêmica?”, um historiador provavelmente acrescentaria “em que contexto?”, transformando a pergunta em algo como “o que é virtude epistêmica entre os historiadores do século XIX?”. Em suma, certo olhar “historicista” faz com que a história opere de maneira muito mais sensível aos contextos em que certos problemas são postos.¹⁹

Em artigo publicado em 2011, Herman Paul propôs que abordássemos as práticas dos historiadores em termos de *performance*. Ele argumentou que as

¹⁷ Ver, por exemplo, a mesa “História, Verdade e Ética”, realizada por ocasião do XXVIII Simpósio Nacional de História. Mesmo no exterior não existe grande consenso em torno da ementa “História e Ética”; note-se a heterogeneidade de textos publicados em número temático de *History and Theory* editado por Brian Fay em 2004.

¹⁸ Neste sentido, as iniciativas de escrita de uma “história global da historiografia” (BERGER, 2007; WOOLF, 2011; IGGERS, WANG e MUKHERJEE, 2013) ou de “histórias interculturais da historiografia” (WANG e IGGERS, 2002) são interessantes, ainda que repletas de questões discutíveis. Há ainda os *Companions* e *Readers* sobre a escrita da história, que comumente incluem seções sobre “historiografias” em outros contextos culturais (cf. BENTLEY, 1997; FELDHERR e HARDY, 2011; FOOT e ROBINSON, 2011; RABASA, SATO, TORTAROLO e WOOLF, 2011; MACINTYRE, MAIGUASHCA e PÓK, 2011; SCHNEIDER e WOOLF, 2011). Ver ainda a iniciativa de uma “história intelectual global” (MOYN e SARTORI, 2013).

¹⁹ Assim, mesmo correntes como os *Annales*, no seu repúdio à “história historizante”, contariam com essa atenção, esse cuidado com relação aos contextos. Lucien Febvre, afinal de contas, falou do anacronismo como um pecado do historiador. Mais adiante neste trabalho veremos como a “sensibilidade histórica” constituiu um enunciado de virtude intelectual para os historiadores brasileiros entre 1980 e 1990.

reflexões da teoria da história haviam tratado por muito tempo os textos históricos como produtos finais, “prontos a serem inspecionados”, e que “de Hempel a Hayden White” haviam se devotado a entender os detalhes de tal produto em seus mínimos detalhes – e que, talvez, fosse a hora de mudar nossa atenção para *como* esses textos haviam sido produzidos. O conceito de virtude epistêmica poderia servir, então, como boa ferramenta para pensar a respeito de tais performances, uma vez que os historiadores já avaliavam os trabalhos de seus pares em termos de condutas virtuosas (PAUL, 2011d). Para mim, essa proposta ressoou com a concepção avançada por Michel de Certeau (2002b), para quem a escrita da história opera em função da articulação entre um lugar social de produção, as regras e procedimentos de pesquisa e a escrita de um texto. Para Certeau, é na relação entre esses três elementos que poderíamos entender “o que fazem os historiadores quando fazem história”. De tal perspectiva, deslocar nosso interesse do texto histórico enquanto artefato pronto em direção às performances do trabalho historiográfico me pareceu um desenvolvimento importante em nossa compreensão de como funciona a história.²⁰

Certeau leva adiante aquilo que considera “gesto de historiador” – “ligar as ‘ideias’ aos lugares” (CERTEAU 2002b, p. 77) – ao evidenciar que a escrita da história emerge na conjunção de (1) um *lugar social*, suas normas de funcionamento, suas relações de força, suas permissões e interdições, com (2) uma *prática* de procedimentos pesquisa e (3) a *escrita* de um texto. O lugar, no entanto, não é somente a posição de um grupo profissional em relação à sociedade à qual pertence; Certeau trata aqui de toda uma rede de relações que liga as práticas desse grupo à maneira pela qual sua sociedade articula o passado. A produção historiográfica “implica um meio de elaboração que circunscreve determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela é então submetida a restrições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade” (ibid., p. 79); a capacidade de falar do passado, portanto, só pode funcionar se certificada, legitimada por aqueles aos quais o historiador deve se dirigir. Eis que essa rede de relações que torna possível determinada produção discursiva é recalçada, oculta, dissimulada: o não-dito da historiografia, aquilo que dá o status de texto histórico a uma narrativa específica. É na intersecção do lugar social com os

²⁰ A aproximação com Certeau, no entanto, não parece chamar a atenção de muitos dos trabalhos nessa mesma direção.

procedimentos de pesquisa que a proposta de Paul encontra, parece-me, seu lugar: investigar aquilo que se exige de um historiador para que possa falar do passado. A posse, o cultivo e o exercício de determinadas virtudes epistêmicas atua como garantia de que sua produção está sujeita aos critérios de validação de uma dada sociedade, ou de um dado grupo – é a fiadora do valor de verdade de um texto histórico.

Ademais, o uso histórico do conceito de virtude epistêmica é provavelmente muito mais sensível a contextos do que os filósofos gostariam. Não importa muito aqui elaborar uma lista exaustiva de disposições importantes nas atividades cognitivas do historiador. De uma perspectiva algo “historicista”, o que importa é entender como, em certos lugares e épocas, valores específicos foram considerados mais importantes do que outros no processo de produção do conhecimento. Para nosso campo, por exemplo, isso significa que o importante é entender como os historiadores dos séculos XIX e XX vieram a valorizar a precisão no tratamento das fontes mais do que a proeza literária ou uma rica imaginação; ou como alguns historiadores desde então mudaram suas referências e passaram a dar mais valor à criatividade.²¹

Dito isso, pode-se notar que a definição de virtude epistêmica de um ponto de vista histórico é indiferente à divisão confiabilismo-responsabilismo e ao problema da condutividade à verdade das virtudes. Uma vez que o objetivo do historiador é o de compreender como diferentes condutas foram consideradas adequadas para a aquisição de conhecimento em diferentes instâncias, pouco importa se o grupo estudado considera como virtuosas faculdades cognitivas ou disposições de caráter. É indiferente também o fato de algumas condutas parecerem mais ou menos apropriadas para o presente; a tarefa central, mais do que julgar, é descrever os enunciados e as formações discursivas que cercam a conduta daquele a quem se designou a capacidade de falar do passado. Em outras palavras, o uso histórico do conceito de virtude epistêmica opera mais no nível descritivo do que no prescritivo, no sentido de que seu objetivo é descrever e analisar casos concretos de uso de

²¹ Embora sejam apenas exemplos ilustrativos, cuja consistência apenas futuras pesquisas poderão verificar, não seria de todo absurdo afirmar que tais exemplos soam familiares a pelo menos uma parte da historiografia profissionalizada no ocidente. Sobre o problema da precisão no tratamento de fontes, ver PAUL (2013). Mais à frente neste trabalho, veremos a emergência da “criatividade” enquanto virtude epistêmica na historiografia brasileira.

discursos axiológicos, mais do que chegar a uma definição precisa do que seria uma virtude epistêmica *tout court*.²²

Paul (2012d) tratou do problema do relativismo implicado por tal posição historicista e delimitou o que chamou de “historicismo fraco”. Ele argumenta que o critério definidor do historiador acadêmico é a prioridade dada à compreensão histórica enquanto objetivo epistêmico acima de todos os outros objetivos (econômicos ou políticos, por exemplo). Assim, poderíamos considerar como historiador apenas aqueles cujo engajamento com a historiografia prioriza a produção de conhecimento em detrimento de objetivos como a emancipação política, o esclarecimento espiritual ou o ganho econômico. Neste sentido, o critério de Paul permite estabelecer os limites daquela que seria nossa compreensão presente de historiografia: o historiador acadêmico, profissionalizado, é aquele que prioriza a compreensão histórica enquanto objetivo epistêmico do seu trabalho. Tal delimitação deve apaziguar os historiadores e teóricos da historiografia cuja principal preocupação seja o espectro do relativismo. Por outro lado, aos pesquisadores interessados em se debruçar sobre outros contextos que não a historiografia profissionalizada ocidental, ou então que deseje trabalhar nas bordas do campo historiográfico (com a historiografia feminista ou do movimento negro, por exemplo) resta apenas considerar outras possibilidades de critérios.²³

Jonathan Gorman (2008) e Rolf Torstendahl (2015) propõem modelos aparentemente mais flexíveis: para ambos os autores, são os critérios usados pelos grupos estudados que devem contar na definição daquilo que conta como “historiografia”. Para Gorman, importa elaborar uma história da historiografia que escape a qualquer pretensão de impor critérios modernos de avaliação a uma realidade passada. Para Torstendahl, essa abordagem permite delimitar o momento de surgimento da profissionalização da historiografia a partir da emergência de um conjunto de regras mínimas aceitas por uma comunidade de pesquisadores. O próprio Paul afirma em diferentes momentos que “Quem quer que confine a investigação histórica a uma busca por compreensão histórica, ou desconsidere o desejo de historiadores de avaliar, julgar e aprender com o passado, *ipso facto* rejeita muito do

²² Como bem nos adverte Hilary Putnam (2002), é difícil sustentar que algum conceito possa operar *apenas* no nível descritivo, uma vez que toda descrição pressupõe, pelo menos, critérios de seleção do que será descrito. Cf. PAUL (2011e).

²³ Neste sentido, explodindo a pretensa unidade “historiografia” que parece estruturar nossa percepção do campo intelectual, o que não seria de todo ruim.

que faz a pesquisa histórica vicejar” (PAUL, 2012d, p. 384, grifo do autor), ou então que

[...] historiadores dos estudos históricos podem estudar a disciplina histórica, não como a incorporação de preocupações historiográficas atemporais, mas como uma comunidade de época e lugar específicos, fascinada por certas questões, inspirada por certos exemplos, dirigida por certos valores, enraizada em certas tradições, visando certos objetivos, requerendo certas formas de comportamento profissional, e usando certas ferramentas metodológicas. (PAUL, 2011, p. 168)

Em artigo recente, Mateus Pereira, Pedro Cristovão dos Santos e Thiago Lima Nicodemo evidenciaram uma ligação próxima entre a cristalização de um determinado conceito de “historiografia” e o processo de institucionalização da história enquanto disciplina universitária no Brasil. Para os autores, o conceito de historiografia passaria a designar, pelo menos a partir de meados do século XX, a história produzida por profissionais formados, diplomados – a história acadêmica, profissionalizada (PEREIRA et al., 2015). Assim, parece-me, o conceito de historiografia seria um índice de autonomia de um determinado campo intelectual – seus próprios integrantes produzindo os critérios de validação para entrada e posicionamento de novos elementos.²⁴ Seria, de uma outra perspectiva, evidência de um conjunto de regras procedimentais dedicadas a delinear, dar forma, bem como regular e configurar uma determinada modalidade discursiva cujo funcionamento estabelece que apenas um grupo de iniciados pode falar do passado – ou que, ao menos, os “estrangeiros” devam se curvar aos critérios pretensamente universais, atemporais, ou racionais de validação do discurso (FOUCAULT, 1996). Ou ainda, lembrando Certeau, o conceito de historiografia seria evidência também de uma configuração muito específica do lugar social de produção do discurso histórico, delimitando uma profissão, impondo condições de ingresso, tornando “possíveis certas pesquisas por conta de conjunturas e de problemáticas comuns”, interditando outras tantas possibilidades (CERTEAU, 2002b, p. 94). Assim, por exemplo, ao jornalista que deseje falar do passado, será

²⁴ Embora nesta tese o conceito de campo não tenha papel central, permanece relevante para dar contornos gerais, de uma perspectiva sociológica, à problematização dos sistemas de produção e legitimação de discursos. Ver BOURDIEU, 1984, 2004a e 2004b.

imposto um enorme rol de exigências de procedimento, de rituais que investem seu conhecimento de legitimidade.²⁵

Ora, se um “historicismo fraco” pode ser útil para delimitar aquilo que possa ser considerado como “ciência normal”, paradigmática em dado período, é a postura crítica da genealogia que nos permitirá trabalhar com as bordas. Um “historicismo forte”, que questione inclusive a prevalência da compreensão histórica enquanto objetivo epistêmico da historiografia, pode fundamentar uma história da historiografia que escape ao esquema teleológico das “histórias disciplinares”. Neste sentido, propostas como a de Valdeci Lopes de Araujo (2013), que visam ampliar os limites da história da historiografia, são salutares. De minha parte, tendo em vista certa inspiração genealógica, tenho dúvidas com relação aos critérios de Gorman e Torstendahl, uma vez que ambos pressupõem a existência de um corpo mínimo de normas gerais aceitas através de uma comunidade determinada, mas colocam problemas para a coexistência de comunidades cujas regras mínimas sejam diferentes e que, ainda assim, possam disputar a legitimidade de suas narrativas. Aqui, o índice apontado por Pereira, Santos e Nicodemo é bastante útil para pensarmos o campo historiográfico brasileiro e os estudos de história da historiografia mais recente – como os próprios autores questionam, “[...] é necessário discutir se a categoria [historiografia] não limita, em última instância, o estudo das representações do passado a um único tipo de escrita: a produção universitária” (PEREIRA et al., 2015, p. 104).

Parece-me, portanto, que é nessa via que o uso histórico do conceito de virtude epistêmica pode ser profícuo aos historiadores da historiografia, uma vez que permite mapear os valores considerados desejáveis por certo grupo para que um indivíduo possa falar sobre o passado de maneira legítima. Trata-se provavelmente de uma concepção muito dependente de contextos, de descrições densas, muito “historicista” e relativista para o gosto de alguns filósofos. Mas esse é o preço a ser pago pelo esforço de escrever uma história crítica da historiografia²⁶ cujo objetivo seja

²⁵ Entre o campo de Bourdieu e as regras de produção do discurso de Foucault podemos entrever como as condições nas quais se produzem discursos apresentam problemas importantes para as ciências sociais e a filosofia.

²⁶ Uso o termo crítico no sentido empregado por Colin Koopman (2013), ou seja, de “problematização histórica do presente”. Evidentemente, o sentido Kantiano de “análise das condições de possibilidade” permanece no horizonte. Não se trata, portanto, de afirmar que outras maneiras de escrever a história da historiografia sejam “acríticas”, no sentido de inocentes ou ideológicas.

justamente o de questionar as condições de possibilidade, as normas de funcionamento e os limites de um campo que se pretende capaz de produzir saber.

Persona Acadêmica e *Scholarly Self*

Se o conceito de virtude epistêmica permite mapear os valores considerados desejáveis para que alguém fale do passado, os conceitos de persona acadêmica e *scholarly self* permitirão entender como essas virtudes se relacionam entre si. A persona acadêmica é um repertório de características em relação às quais um indivíduo se situa para ser reconhecido enquanto um acadêmico – no caso específico desta pesquisa, enquanto um historiador. Mas como sistema de valores, tais repertórios só existem na medida em que são mobilizados em performances concretas. Aqui, o conceito de *scholarly self* faz referência às performances individuais que tencionam as experiências particulares dos indivíduos com as constelações regulatórias abstratas. Conforme Paul (2014b, p. 354) argumenta, “*personae* acadêmicas não são sonhos privados ou ideais individuais de como ser um historiador, mas modelos coletivamente reconhecidos de que indivíduos devem se apropriar, de uma forma ou de outra, para que sejam reconhecíveis enquanto historiadores ‘de verdade’”. Em outras palavras, essas *personae* só existem enquanto ideais regulatórios em relação aos quais indivíduos podem posicionar na produção de suas próprias subjetividades – seus *scholarly selves*.

Tais valores não são exclusivamente epistêmicos ou intelectuais; em muitos casos podem envolver também questões éticas, políticas ou econômicas. De várias maneiras, fatores extra ou não-epistêmicos constituem motivações importantes em certas configurações específicas de personas acadêmicas. Alguns casos concretos modernos podem nos ajudar a entender melhor: o advento da historiografia feminista, bem como das questões raciais, levantou questões relacionadas à capacidade dessas histórias narrarem o passado de maneira “confiável” e “adequada”;²⁷ o Manifesto de Jo Guldi e David Armitage (2014), de maneira similar,

²⁷ A principal referência aqui é o debate entre Bonnie Smith e Roger Chartier em 1998 nas páginas de *French Historical Studies*. Smith (1998, p. 219) questionou o fato de que “distintas articulações sobre por que mulheres e não-Europeus não deveriam figurar na história e na historiografia moldaram a profissão quase dois séculos atrás em termos que foram marcados como ‘neutros’ por um pequeno grupo de pessoas. Chegou a hora de reexaminar esses termos e reabrir essas questões, as quais (como eu acredito) muitas pessoas dentro e fora da profissão veem como cruciais para uma história responsável e inovadora”. Para Chartier (1998, p. 256), por outro lado, “todas as ‘vozes silenciadas’

colocou em pauta as velhas discussões sobre a participação de historiadores em debates públicos e na produção de políticas públicas.²⁸ Em tais instâncias, o que está em jogo não é apenas uma questão epistemológica particular, mas a legitimidade e a justificação de *maneiras de ser historiador*.

Concepções do Conceito de Persona

Paul relaciona seu conceito de persona acadêmica aos trabalhos de Lorraine Daston e Otto Sibum (2003) sobre a persona científica na história da ciência, e também aos trabalhos de Conal Condren, Ian Hunter e Stephen Gaukroger (2006) sobre a persona do filósofo na história da filosofia. Finalmente, o trabalho de Minecke Bosch (2013) também merece atenção especial. Discutirei essas três diferentes concepções da ideia de persona acadêmica, evidenciando seus distintos focos cronológicos e as maneiras pelas quais traçam seus limites.

Daston e Sibum (2003, p. 2) definem a persona como “uma identidade cultural que simultaneamente molda o corpo e a mente do indivíduo, e cria um grupo com fisionomia compartilhada e reconhecível”. Assim, “entre a biografia individual e a instituição social”, a persona é mais do que uma profissão específica ou um papel social; é mais geral do que “o biólogo marinho”, mas mais específica do que uma categoria como “gênero”. *Personae* seriam raras o suficiente para pairarem sobre performances individuais, mas diferem de outras categorizações sociais:

A emergência de uma persona é um evento relativamente raro, e não deve ser confundido com profissionalização ou institucionalização; ser um chef confeitiro ou mesmo um químico inorgânico é seguir uma profissão, mas não assumir uma persona. A persona pressupõe um certo grau de reconhecimento cultural, tanto quanto uma fisionomia de grupo que possa ser condensada em um tipo. (ibid., p. 5)

que devemos respeitar e apoiar não pertencem necessariamente à produção do conhecimento histórico. Suas narrativas históricas podem ser elementos importantes para a construção ou reconstrução de uma identidade coletiva ou de uma memória particular, mas elas não necessariamente se conformam (e talvez nem precisem se conformar) aos critérios de um conhecimento ‘objetivo’; ele também argumenta: “uma história ‘de todos, para todos’ não pode, em minha opinião, simplesmente justapor histórias específicas definidas na base dupla da especificidade de seus objetos e da identidade de seus praticantes. Ao invés disso, tal história deve dar a todos os instrumentos críticos necessários para desbancar mitos históricos e relevar falsificações históricas”. Tentei tratar da maneira problemática pela qual Chartier instrumentaliza Michel de Certeau para fundamentar sua perspectiva em um texto separado (OHARA, 2015). A resenha produzida por Joan Scott (2010) em relação ao livro *Save the World on Your Own Time*, de Stanley Fish, também é um notável exemplo.

²⁸ Ver, por exemplo, as reações de Deborah Cohen e Peter Mandler (2015) na *American Historical Review*, e de Samuel Moyn (2015) no *The Nation*.

Evidentemente, como fenômeno abstrato, um único indivíduo jamais incorpora totalmente uma *persona*. *Personae* são construções sociais, e, portanto, existem apenas como referências em relação às quais indivíduos se posicionam. Apesar disso, tais referências não apenas permitem ao indivíduo ser reconhecido como parte de um grupo, mas também são parte de processos complexos pelos quais alguém se vê a si mesmo e se torna capaz de agir como algo. Conforme Daston e Sibum argumentam, “essas técnicas moldam o indivíduo a partir de dentro: afiando os sentidos, direcionando a atenção, expandindo ou contraindo o crível, definindo fidelidades emocionais, treinando padrões de inferência e argumento, dando forma a personalidades, inculcando um ethos” (DASTON e SIBUM, 2003, p. 5).

Uma das consequências diretas dessa abordagem é que se deve expandir a pesquisa para incluir vários casos individuais diferentes ao longo de um período extenso de tempo para poder definir mais ou menos precisamente os contornos de uma determinada *persona*. Ao introduzir dossiê temático sobre a *persona* científica, Daston e Sibum tratam da seguinte maneira essa tensão entre casos individuais e a categoria coletiva:

Embora os artigos a seguir estejam recheados de nomes próprios, eles não são sobre indivíduos, mas sobre espécies - sobre *personae*, ao invés de pessoas. Eles investigam o elemento pessoal na ciência não como biógrafos, mas como botânicos, juntando os elementos de um espécime típico que representa uma classe, mais do que qualquer indivíduo em particular (ibid., p. 3)

Essa definição esclarece melhor aquilo que o conceito de *persona* científica tenta delimitar. Explorar vários casos individuais é a opção metodológica que permitiria traçar os contornos tão amplos de algo como “o cientista” no século XX.

Para Condren, Gaukroger e Hunter, por outro lado, o conceito de *persona* é muito menos genérico. Propondo uma ruptura com as histórias da filosofia tradicionalmente elaboradas em torno da sucessão progressiva de nomes próprios e escolas filosóficas, e cuja estrutura presumia o progresso linear de conceitos e perspectivas, eles argumentam que

Historicamente falando, então, torna-se cada vez mais implausível ver a filosofia do início da modernidade como uma única disciplina ou um único esforço intelectual expressivo de algo como a luta do sujeito

humano para esclarecer sua consciência ou seu espírito [consciousness or conscience] (CONDREN et al., 2006, p. 6)

Para tanto, definem persona como “o ‘si mesmo’ especificamente construído cujas capacidades cognitivas e morais são cultivadas em prol do conhecimento tido como filosófico” (ibid., p. 7). Aqui, as disputas da filosofia se deslocam de conceitos para maneiras de filosofar, considerando o sujeito como parte integral do processo de produzir conhecimento filosófico. Hunter, em trabalho solo, afirma claramente:

Filosofias rivais então confrontavam-se entre si não com base em discussões racionais sem final definido, mas através de discursos gladiatoriais de personas filosóficas exemplares, personas formadas a partir de compromissos anteriores há muito estabelecidos a um estilo filosófico ou uma agenda político-cultural específicos. (HUNTER, 2007, p. 595)

Esse problema específico requer uma escala diferente de trabalho em relação à proposta de Daston e Sibum. Se as “discordâncias a respeito da natureza da filosofia surgem não do fato de que filósofos formam uma comunidade que permite desvio de uma norma, mas do fato de que não há algo como uma comunidade de filósofos” (ibid., p. 598), então rumamos para uma direção distinta, e oposta, das abstrações gerais dos historiadores da ciência. Embora ainda raras, as *personae* aqui estão mais “próximas ao chão”; em outros termos, pode-se argumentar que, de acordo com a definição de Hunter, não há “o filósofo”, mas uma coleção de maneiras de filosofar em constante conflito.

Vê-se, portanto, que tanto da perspectiva de Daston e Sibum quanto da de Condren, Gaukroger e Hunter podemos inquirir a respeito das dimensões epistêmicas e não-epistêmicas no que se refere às maneiras de ser algo – um cientista ou um filósofo. Enquanto os primeiros se preocupam mais com construções sociais largamente reconhecidas, os outros focam mais em como diferentes escolas filosóficas se fundamentam em diferentes maneiras de ser filósofo. Uma perspectiva trabalha com longos períodos de tempo e maiores níveis de abstração; a outra constrói relatos mais detalhados de divergências onde antes se esperava coerência.

Uma terceira maneira de trabalhar com o conceito de persona é o de Minecke Bosch, que se inspira em Daston e Sibum, mas desloca o foco do conceito para os problemas de gênero e de identidade. Ela afirma:

Não importa mais aos biógrafos revelar o 'princípio orientador' da vida de uma pessoa, mas sim documentar a busca por coerência pelo sujeito biográfico em questão ou, para ser mais preciso, de documentar as várias identidades diversas que o sujeito biográfico adotou de acordo com as mudanças de circunstâncias históricas. Dada a existência de normas sociais e declarações de poder que foram e são atrativas a mulheres de ambição, a nova biografia também leva em conta o caráter contestado das identidades que essas mulheres 'públicas' interpretam. (BOSCH, 2013, p. 19)

Se, de um lado, Bosch ainda compreende a persona como uma construção social de amplo alcance, de outro, o foco de seu interesse está nas maneiras pelas quais indivíduos, mulheres e homens, interagiram com tais normas e expectativas. Essa atenção a vidas individuais contrasta com a ideia de classificar espécies de pessoas, proposta por Daston e Sibum, enquanto também sublinha as tensões presentes entre os repertórios disponíveis em uma sociedade e como indivíduos se apropriam desses repertórios. Levando a sério a ideia de que pessoas jamais incorporam completamente uma persona, a pesquisa de Bosch lança luz sobre a dimensão política da relação entre personas e indivíduos:

a ideia de que pessoas baseiam suas ações em tramas, repertórios e roteiros, tanto novos como já existentes, que são comunicados através de uma infindável variedade de narrativas de si – que podem ser combinadas de várias maneiras diferentes - cria uma abundância de oportunidades para viver uma vida. (ibid., p. 22)

O destaque que Bosch dá às tensões entre *personae* e performances individuais é importante precisamente porque desloca o foco inicial proposto por Daston e Sibum: enquanto para eles as performances individuais são apenas o meio para a compreensão de abstrações mais amplas, Bosch evidencia a dissonância entre normas e performances e, assim, permite-nos entender melhor como esses modelos funcionam como referências para a vida. Se um indivíduo jamais incorpora completamente uma persona, deveríamos então ser capazes de entender ou de descrever essa tensão.

A ênfase nas questões de gênero também é significativa. Conforme notaram Berber Bevernage, Broos Delanote, Anton Froeyman e Kenan Van De Mieroop (2014):

Usando os termos de Nietzsche, poderíamos dizer que a história de nosso campo [a teoria da história] é geralmente estilizada como uma história monumental, e não uma história crítica. É, de fato, irônico que a história de nossa disciplina seja tão frequentemente enredada [*emplotted*] de maneira convencional: dependendo de como se sente em relação ao positivismo e a interpretação 'científica' da escrita da história, essa narrativa deve tomar inevitavelmente a forma de uma comédia ou de uma tragédia. Além disso, é uma narrativa que quase sempre é movida por grandes homens (Ranke, Hempel, White, Ankersmit...) realizando grandes feitos e aparentemente mudando sozinho os rumos da história da disciplina. (BEVERNAGE et al., 2014, p. 146-147)

Neste sentido, Bosch nos lembra que os repertórios disponíveis em uma sociedade para que alguém seja reconhecido como algo – historiador, por exemplo – já se configuram tendo em vista determinadas relações de gênero, de classe ou de etnia: nem todos os indivíduos podem se apropriar igualmente das mesmas *personae*.

A Persona Acadêmica na História da Historiografia

Paul (2014, p. 353) define a persona acadêmica como “modelos de individualidade acadêmica [*scholarly selfhood*], ou como modelos de habilidades, atitudes e disposições que são consideradas como cruciais para seguir um estudo acadêmico”. Alinhado às concepções anteriores, temos aqui a constituição de um repertório abstrato de características que garantem uma fisionomia particular a determinado grupo social. Mas se Daston e Sibum tinham em mente amplas escansões temporais, Paul visa recortes mais específicos, relativos a contextos particulares nos quais estariam em disputa diferentes concepções de história. Por outro lado, diferentemente de Condren, Gaukroger e Hunter, não se trata de postular que cada escola historiográfica traga consigo uma concepção diferente de como ser historiador.

Em contraste à percepção de que *personae* seriam como que ferramentas que podem ser descartadas, Paul argumenta que

as *personae* acadêmicas afetam os historiadores não apenas em suas identidades profissionais - nos papéis que eles desempenham "no trabalho", distintos daqueles "de casa" - mas os moldam de maneira mais fundamental pelo cultivo de certas disposições (atitudes, traços de caráter, habilidades) que jamais podem ser desligadas de seu detentor. Disposições, como gostaria de chamá-las por enquanto,

estão profundamente enraizadas no indivíduo [self]. (PAUL, 2014c, p. 355)

É dessa maneira que podemos dizer que a formação do historiador não envolve apenas o aprendizado de técnicas de pesquisa; trata-se de cultivar o “olhar do historiador”, exercitar uma série de disposições consideradas indispensáveis ao bom exercício do trabalho histórico. Assim, consolida-se um conceito de persona que articula virtudes epistêmicas e valores extra epistêmicos em configurações específicas, dando-lhes um sentido, hierarquizando valores e objetivos, estabelecendo modelos de conduta a serem seguidos.

O Scholarly Self

O conceito de *scholarly self* se refere justamente à dissonância entre (1) os repertórios abstratos de características e valores considerados necessários para que alguém seja considerado historiador e (2) as performances individuais daqueles que se reconhecem enquanto historiadores. Trata, em suma, da efetivação desses repertórios nas práticas de um indivíduo, no processo complexo e longo de subjetivação através de que se aprende a ser historiador.

Não importa muito aqui tomar posição na velha questão das margens de autonomia dos sujeitos históricos. O ponto central é justamente evidenciar as tensões entre aquilo que se faz de nós e aquilo que fazemos de nós mesmos. Neste sentido, o conceito de *scholarly self* se relaciona à ideia de *self-fashioning* de uma maneira bastante específica: trata-se de entender como a construção de um *scholarly self* permite que o indivíduo faça parte de um grupo maior e seja reconhecido enquanto acadêmico, e também como esse mesmo processo permite que se executem atividades intelectuais de acordo com determinadas regras de produção discursiva. Enquanto a ideia de *self-fashioning* coloca maior ênfase no reconhecimento social a que aspiram os indivíduos quando se constroem a si mesmos, o conceito de *scholarly self* tenta captar como é que esse mesmo processo autoriza o indivíduo a executar determinadas atividades.²⁹

Ao cultivar determinadas características em si mesmo, em referência aos modelos disponíveis de conduta acadêmica (a persona acadêmica), não se está

²⁹ Sobre *self-fashioning*, ver GREENBLATT (1980) e KIRWAN (2013).

simplesmente representando um papel, como um ator, mas sim produzindo uma subjetividade específica. Entender esse processo de produção de subjetividade é central para aprendermos como o discurso histórico funciona em dada sociedade: trata-se de entender como a produção desses discursos é controlada, sob quais regras se pode “falar historicamente”, e quais os maiores pontos de tensão em certas concepções de história.

O Historiador Subjetivado

Em seu livro *The Scientific Life*, de 2008, Steven Shapin lança sua questão central: “Eu gostaria de descrever quem são aqueles que falam a verdade na modernidade tardia: que tipos de pessoas, com quais tipos de características atribuídas e assumidas [*acted-upon*], são os portadores de nossas formas mais potentes de conhecimento” (SHAPIN, 2008, p. 6) Sua investigação na história da ciência tentou desvendar quais as características pessoais que um cientista precisava portar para ser capaz de falar a verdade entre os séculos XVII e XIX: quais virtudes morais, cívicas e intelectuais deveria cultivar, quais os objetivos legítimos e ilegítimos de seu trabalho, ou quais as condições nas quais poderia se colocar em posição de *falar a verdade*. De perspectiva distinta da de Herman Paul e desta tese, Shapin trouxe para o centro das atenções a importância da dimensão pessoal na produção de um conhecimento que se pretende impessoal, e demonstrou que as maneiras pelas quais se fez ciência até o XIX e pelas quais se faz ciência hoje são resultado de contingências históricas.

De nossa inspiração genealógica, tais contingências históricas se traduzem por lutas, enfrentamentos, relações de poder que estruturam e que fundamentam a capacidade de falar a verdade e de produzir conhecimento. Foucault (1977) estudou longamente a produção do olhar médico enquanto ferramenta de saber e de poder: a criação de um sistema que tornaria legíveis os sinais do corpo, e o estabelecimento de um conjunto de competências intelectuais e sociais que legitimariam certos indivíduos, de posse de tais códigos, a traduzir sintomas em diagnósticos.

O *insight* mais geral deste trabalho segue em sentido semelhante: o historiador é resultado de um longo processo de subjetivação pelo qual adquire o domínio não apenas de técnicas específicas, mas de disposições pessoais que o legitimam enquanto um intérprete de vestígios do passado. O indivíduo, atravessado

pelos discursos moralizantes, produz-se e é produzido segundo determinadas regras cuja vigência depende apenas do *equilíbrio instável* das relações de poder do campo intelectual no qual se deseja ingressar. Neste sentido, se é verdade que diferentes maneiras de ser historiador podem coexistir em um dado período, também devemos considerar que é preciso mais do que um único indivíduo para produzir deslocamentos significativos. Novas formas de subjetivação aparecem apenas na medida em que concepções centrais do fazer historiográfico são postas em questão – por exemplo: pode-se ou não ser um historiador politicamente engajado? Qual a relação entre as fontes de pesquisa e o passado a que elas se referem? De outro lado, qual a relação entre as fontes e a narrativa do historiador? Para que ou para quem escrever história?

Assim, temos a arquitetura conceitual mais geral deste trabalho: diferentes maneiras de ser historiador (*personae*) articulam diferentes repertórios de características consideradas importantes para que alguém possa realizar bem o trabalho de historiador (virtudes epistêmicas); ambos, *personae* e virtudes, fundamentam-se em um emaranhado de relações discursivas de força responsáveis por permitir ou interditar o acesso de determinados indivíduos a determinadas posições do campo; finalmente, somente a partir de deslocamentos nessas relações de força é que se produzem mudanças nos repertórios aos quais os historiadores se posicionam em suas práticas individuais. Veremos ao longo desta tese se tal arquitetura conseguirá atingir sua ambição de contribuir à produção de uma história da historiografia cujos protagonistas sejam formações discursivas, mais do que autores individuais. Trata-se, enfim, de um esforço de inspiração arqueo-genealógica que visa não apenas produzir um relato sobre o estado das coisas em um período passado, mas também refletir sobre os limites de nossa prática presente. Dessa forma, permanecerão no horizonte algumas questões como: quais os modos de ser historiador aos quais temos acesso hoje? Quais as condições de acesso a esses repertórios? Em que medida podemos atuar nas fronteiras do nosso pensamento para provocar deslocamentos nas relações de força que sustentam determinada maneira de falar do passado?

Um esclarecimento: quando menciono a inspiração arqueo-genealógica do trabalho, refiro-me a uma característica bastante precisa. Não se trata aqui de elaborar a arqueologia ou a genealogia da história *tout court*; não se trata, também, de mobilizar performaticamente alguns conceitos na esperança de compor uma narrativa ao final. A inspiração arqueo-genealógica de que trato neste trabalho é bastante precisa no

sentido de que ela se manifesta em alguns cuidados de natureza teórico-metodológicas. Em primeiro lugar, o descentramento do sujeito, tanto no sentido da recusa ao sujeito transcendental quanto no afastamento do modelo narrativo que privilegia nomes individuais enquanto núcleos de sentido. Assim, como mencionei antes, esta não é a história de tais ou quais historiadores dos anos de 1980, embora seus nomes venham a ser mencionados inevitavelmente; esta é a descrição de formações discursivas, dos mecanismos que regulam o funcionamento e tornam possível uma determinada configuração de historiografia. Os personagens de nosso retrato, mais do que nomes próprios, são as virtudes que se esperam do historiador brasileiro no recorte temporal bem definido, bem como as *personae* em relação às quais eles devem se posicionar para serem reconhecidos como historiadores de tal ou qual tipo. Em segundo lugar, esta tese leva a sério a tensão produzida entre os discursos reguladores e as práticas efetivas, individuais dos historiadores. Historiador algum, antigo ou moderno, foi capaz de exercer ao mesmo tempo todas as qualidades do historiador ideal de seu tempo – tanto porque o exercício dessas virtudes é uma questão de grau, quanto porque, em muitas situações, o indivíduo precisa escolher qual qualidade priorizar entre virtudes conflitantes. Mais ainda, nem todos os ideais são acessíveis a todos os indivíduos ao mesmo tempo: de um lado, indivíduos podem aspirar a um ideal e trabalhar incansavelmente para incorporar determinadas características com o objetivo de ascenderem nas castas do mundo acadêmico; de outro, por vezes é completamente interdito a esses indivíduos a possibilidade de aspirarem a um determinado ideal de historiador; ainda mais, o reconhecimento de diferentes *personae*, enquanto ideais de conduta, está intimamente ligado às relações de poder que estruturam a disciplina – basta notar o ceticismo ainda presente em muitas instâncias com relação à possibilidade e à qualidade da produção de uma “historiadora feminista”.

Levando a sério também os *insights* de Michel de Certeau, que brilhantemente evidenciou as maneiras pelas quais o lugar social da historiografia e suas relações de força “permitem determinadas pesquisas e proibem outras”, esta pesquisa quer se debruçar sobre a maquinaria que torna nossas histórias possíveis, estudar os dispositivos que transformam indivíduos em sujeitos “capazes de falar do passado”, e, finalmente, perguntar-se por aquilo que tornou toda essa paisagem possível. Para tanto, tomarei por estudo de caso a questão da subjetivação do historiador brasileiro entre 1980 e 1990, investigando quais enunciados servem como

referências para a conduta adequada do “bom historiador”. Neste sentido, as resenhas, os ensaios bibliográficos, os obituários e os artigos de homenagem são espaços privilegiados de estudo: é através desses gêneros que historiadores (e outros cientistas sociais) veiculam julgamentos e avaliações públicos de seus pares, questionando não apenas o conteúdo propriamente histórico de seus escritos, mas também as maneiras pelas quais os indivíduos produziram seus trabalhos.

O Caso da Historiografia Brasileira entre 1980-1990

Consolidou-se a ideia de que a historiografia brasileira passa por duas mudanças importantes de lugar ao longo do século XX: em primeiro lugar, nos anos de 1930, o historiador “autodidata” dos Institutos Históricos daria lugar ao historiador na universidade, sob o regime de cátedras; em seguida, por volta dos anos de 1970, a consolidação do sistema de pós-graduação nas universidades brasileiras e a transição das cátedras para o regime departamental deslocariam o foco da formação dedicada ao trabalho no ensino básico e da hierarquia “feudal” das cátedras para a formação “massificada” de pesquisadores profissionais. É interessante notar como determinadas concepções de história – e, por conseguinte, de historiador – afetam a maneira pela qual se enxergam essas transições: para Marieta de Moraes Ferreira (2013, p. 47, nota 1), numa avaliação cheia de “ainda quês”, a demarcação entre os historiadores “autodidatas”, “sem formação específica”, “não dedicados ao ensino” nem à “formação de professores” é clara o suficiente para que se reconheça uma ruptura significativa entre o sistema dos Institutos Históricos e o das Universidades – com tom claro de progresso em favor do segundo.

Colhendo, de certa maneira, os primeiros frutos da reforma do fim dos anos de 1960, a historiografia universitária brasileira toma, a partir de 1980, uma direção que definirá suas características nos períodos seguintes: consolida-se um sistema de títulos, que por sua vez proporcionam o acesso a determinados graus da carreira universitária; além disso, o tempo extra de formação aparece como elemento importante para o desenvolvimento de um profissional apto a produzir estudos históricos de acordo com os critérios “mais modernos” da disciplina.³⁰ Assim, os anos

³⁰ Essa delimitação profissional terá impactos significativos quando das discussões acerca da regulamentação da profissão de historiador. Projeto de lei de 2009 prevê que historiador seja aquele devidamente formado e diplomado em curso de história. Finda, então, o espaço do autodidatismo, do

de 1980 parecem um laboratório de observação interessante a quem pretende investigar as práticas contemporâneas da historiografia universitária, acadêmica, uma vez que estabelece as bases e os fundamentos institucionais nos quais nossa própria prática se situa.

O trabalho de Carlos Fico e Ronald Polito, *A História no Brasil*, é ainda a única tentativa de avaliação exaustiva da produção dos anos de 1980. Publicado em 1992, em 2 volumes, o esforço de levantamento de dados permanece admirável mesmo nos dias atuais. Trata-se de um bom recenseamento da produção historiográfica no período, com algum nível de refinamento analítico, mas aquém do que poderia ser uma análise estatística do fenômeno recortado. Para os autores, a crítica historiográfica de seus predecessores permanecia marcada pelo “regionalismo e personalismo”, cuja superação só poderia vir a partir de um esforço empírico robusto (caracterizado eminentemente pela análise quantitativa):

As informações veiculadas pela grande imprensa, bem como as análises de alguns historiadores, surgem perpassadas por fortes conotações subjetivas, escassa base de comprovação empírica ou mesmo ausência de esclarecimento sobre o universo de trabalhos escolhidos para análise, resultando em imagens relativamente distorcidas do movimento real da História. (FICO e POLITO, 1992, p. 17)

Avançando neste sentido, Fico e Polito conseguiram reunir um volume de informações inédito para seu tempo e foram capazes de fazer promessas ambiciosas e audaciosas – como a publicação nunca realizada das séries Francisco Adolfo de Varnhagen e José Honório Rodrigues (FICO e POLITO, 1994, p. 8). Embora seja pouco crível que tenham sido capazes de operar análises qualitativas do conjunto completo de materiais que compilaram, sua visada quantitativa foi capaz de discernir certos movimentos importantes na dinâmica profissional dos historiadores brasileiros da década de 1980, como o crescimento dos programas de pós-graduação, a disseminação de periódicos, bem como a respeito dos recortes e temáticas predominantes nas teses e dissertações. Esse bem-vindo esforço empírico permitiu relativizar a retórica revolucionária das novas propostas historiográficas, evidenciando

diletantismo, em prol de um conceito “moderno”, “sofisticado” de história. Aqui, o índice de Pereira et al. (2015) é ainda mais esclarecedor: a “historiografia” como conjunto da produção universitária, acadêmica, de história.

o descompasso entre o anúncio de renovações teóricas e a efetiva produção de trabalhos renovadores.³¹ Como os próprios autores colocam,

[...] é um pouco enganoso tomar-se a produtividade crescente dos cursos de pós-graduação como um indicador seguro desta “renovação” ou “virada”. Na verdade, nossos levantamentos dão mostras muito seguras de que a grande maioria dos trabalhos segue ainda os caminhos que seriam considerados “tradicionais”. (FICO e POLITO, 1992, p. 161)

Seria possível formular a hipótese de que na década de 1980 o processo de ampliação dos espaços para a “renovação” historiográfica ainda estava por começar – o que explicaria, conforme veremos, a predominância de discursos axiológicos cuja ênfase no trabalho documental primário e na especificidade da história em relação às outras ciências sociais é marcante. Ademais, em relação à retórica combativa das “vanguardas” historiográficas, Fico e Polito completam: “É, inclusive, característica destes movimentos críticos dar a impressão de que ‘só agora’ se está fazendo algo de verdadeiramente bom [...]. Regra geral, o impacto emocional e político destas fases é grande, especialmente por colocar em cheque autores até então tipos como exemplares e indiscutíveis” (ibid., p. 163). Em que pese a fragilidade dos fundamentos de tal asserção – tanto em termos de evidência quanto de estrutura teórico-conceitual –, a dissonância entre (1) a retórica renovadora, (2) a produção efetiva do período e, como esta tese pretende mostrar, (3) as virtudes epistêmicas no exercício da escrita da história permanece bastante clara. Como mostram os autores, parcela significativa da produção histórica do período é composta por trabalhos de história social e econômica, que, juntos da história política, compõem a grande maioria da produção do período; os novos temas e abordagens da história cultural ainda ocupam espaço muito pequeno – e as reflexões teóricas praticamente inexistem. Mais à frente, como veremos, esse predomínio das esferas mais tradicionais, “científicas”, do saber histórico está correlacionada a certos grupos de virtudes epistêmicas em detrimento de outros.

Caracterização das Fontes

³¹ Talvez o maior exemplo seja em relação à produção tida por “foucaultiana”, anunciada, entre outros, por Margaret Rago (1993; 1995; 1999). Para uma análise pormenorizada da recepção de Foucault na historiografia brasileira dos anos de 1980, ver RAMOS (2014; 2015).

O tipo de história que esta tese pretende realizar exige tipos bastante específicos de fontes. Neste sentido, os gêneros de formação e de avaliação permanecem conjuntos textuais privilegiados para a busca de materiais. No primeiro conjunto se encontram os manuais de metodologia, os textos propositivos e alguns discursos solenes ou aulas inaugurais; tratam-se de textos que prescrevem determinadas concepções de história e, junto delas, determinadas concepções de historiador, e que visam, através da polêmica ou da retórica cientificista, delimitar um campo de atuação para seus seguidores. Como bem lembra Paul, não é preciso um grande esforço de ceticismo ou cinismo para colocar em dúvida a eficácia desse tipo de material na formação de neófitos. Assim, o segundo conjunto, de textos de avaliação, fornece pistas valiosas a respeito dos conjuntos de valores sustentados por dados grupos profissionais, bem como sobre as condições e consequências de cada posicionamento individual em relação a essas arquiteturas discursivas. Resenhas, ensaios bibliográficos, pareceres, obituários, artigos de homenagem, e outros textos de avaliação compõem um tipo documental valioso para o estudo de virtudes epistêmicas e *personae* acadêmicas na historiografia moderna. Para este trabalho, optei por mobilizar o segundo gênero textual, a fim de mapear virtudes e *pesonae* em um recorte bastante específico – a historiografia universitária brasileira, entre 1980 e 1990.

A expansão dos programas de pós-graduação e da produção acadêmica trouxe considerável ampliação do espaço de debates, com a criação de novos periódicos e a realização de novos eventos, assim como a ampliação de publicações de livros – em parte resultantes de teses de doutoramento.³² Vale lembrar, no entanto, que a publicação de teses por editoras de maior circulação permanece bastante limitada a alguns poucos autores, como Margaret Rago (*Do Cabaré ao Lar*, publicado em 1984 pela editora Paz e Terra) e Sidney Chalhoub (*Visões da Liberdade*, publicado em 1990 pela Companhia das Letras). Para este trabalho, mobilizei o acervo de quinze revistas publicadas no período, das quais onze são revistas especificamente da área de História e, destas, oito ainda são publicadas. Esse levantamento levou em

³² Em seu conhecido estudo, Carlos Fico e Ronald Polito mapeiam numericamente esse crescimento (FICO e POLITO, 1992).

consideração as revistas já digitalizadas e aquelas disponíveis nos acervos da Unesp/Assis, PUC-SP, USP e UEL.³³

Do universo de periódicos levantados, foram selecionadas 271 peças, cuja distribuição tipológica é a seguinte: 11 obituários, 155 resenhas, 34 ensaios bibliográficos, 24 artigos, 11 entrevistas e 37 textos de outra natureza (apresentações, listas de teses e dissertações defendidas, réplicas, tréplicas, debates, etc.). As resenhas, os ensaios bibliográficos e os obituários constituem o nível mais elementar do trabalho: no segundo capítulo desta tese serão mapeados os enunciados referentes às virtudes epistêmicas evocadas nas resenhas e ensaios bibliográficos; no terceiro, analiso os obituários e artigos de homenagem para delinear os contornos mais gerais das condutas consideradas exemplares. O restante do material é mobilizado de maneira auxiliar, a fim de precisar melhor os contornos dos discursos analisados. Esse recurso marginal se impõe na medida em que, por vezes, as três ou quatro páginas de uma resenha não fornecem mais que os primeiros indícios de um determinado enunciado, e é preciso colocar esses pequenos textos em relação a outros maiores.

Embora o número de resenhas possa parecer grande, é preciso levar em conta, de um lado, o longo período coberto por esta tese – onze anos – que nos coloca em uma média de pouco mais de 14 resenhas por ano. De outro, as dimensões reduzidas das resenhas, se comparadas aos balanços bibliográficos e artigos completos, fazem com que um número enorme de linhas na seção de fontes contenha menos páginas datilografadas do que aparenta.

Quanto ao primeiro aspecto, trata-se de um número bastante reduzido em duas perspectivas distintas – tanto referente à produção interna brasileira em períodos posteriores, quanto à produção de outros países, como Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha. Do ponto de vista interno, observamos que a proliferação de programas de pós-graduação e de revistas acadêmicas da área está relacionada ao aumento quantitativo da produção bibliográfica. Do ponto de vista externo, ainda carecemos de análises comparativas que nos permitam avaliar em que medida a historiografia acadêmica brasileira (em contraste àquela dos Institutos Históricos) floresce mais tardiamente no Brasil do que em outros lugares.³⁴ Ademais, a tradição

³³ Algum material disponível na UFRJ também foi compilado graças ao auxílio de um amigo.

³⁴ Para a profissionalização da historiografia nos Estados Unidos, ver LINGELBACH (2011) e TOWNSEND (2013); no Canadá, ver WRIGHT (2005); na Europa, ver a excelente coletânea de

de publicação de resenhas conta com diferenças regionais marcantes – como evidência meramente anedótica, basta uma rápida visada comparativa entre as seções de resenhas em periódicos como os *Annales* e a *American Historical Review*, em comparação às revistas brasileiras do mesmo período.³⁵

Sobre o segundo, a resenha ocupa um lugar especial no conjunto de textos de avaliação – composto também por pareceres técnicos, ensaios bibliográficos e revisões de literatura. A cultura da resenha no Brasil, ao menos em nossa disciplina, é bastante peculiar e merece uma análise mais detida, que virá no próximo capítulo. Por ora, basta indicar superficialmente que, em contraste a artigos de 20 ou mais páginas, ou mesmo a ensaios bibliográficos de pelo menos 15 páginas, as resenhas raramente ocupam mais do que 5. Destas, mais da metade normalmente se dedicam a um mero resumo do livro resenhado, mobilizando uma retórica que se pretende bastante impessoal, e cujo valor para esta tese é bastante reduzido. Assim, aquilo que parecia (mesmo para este pesquisador que vos escreve) uma montanha intransponível de documentos, acabou bastante recortada em pequenos trechos capazes de fornecer evidências. Materializou-se, neste trabalho, aquela já velha afirmação de Certeau, de que todo trabalho de historiador começa pelo gesto de separar, deslocando pedaços de materiais de seus lugares originais no mundo para ordens fabricadas pelo pesquisador.

Por fim, em contraste à seleção efetuada por Carlos Fico e Ronald Polito em 1992, selecionei apenas as resenhas publicadas em periódicos acadêmicos da área de história. Isso explica a grande diferença entre nossas 155 e as 657 de Fico e Polito. Os próprios reconhecem essa distinção em um gráfico na página 143 do primeiro volume de seu trabalho, no qual constam 523 resenhas em “Outros periódicos”, enquanto 134 seriam de “Revistas de História”. Um segundo gráfico aponta que 306 das 657 viriam de revistas acadêmicas e 351 de “Outros periódicos”. Essa distinção se refere, também, pelo recorte temático bastante distinto entre os dois trabalhos: se Fico e Polito pretenderam mapear a “recepção” dos trabalhos de história em horizontes mais amplos que o da comunidade acadêmica, universitária, para esta tese optamos por limites mais modestos e mais alinhados aos problemas propostos.

MACINTYRE, MAIGUASHCA e PÓK (2011), parte da série *The Oxford History of Historical Writing*, bem como o capítulo 3 de IGGERS e WANG (2008).

³⁵ As especificidades regionais nos conteúdos das resenhas também são alvo de investigação no campo da análise do discurso – ver, por exemplo, SANZ (2009), MORENO e SUÁREZ (2009) e BONDI (2009)..

As 155 resenhas recolhidas e analisadas nesta tese constituem um corpus documental destinado a um problema bastante específico, relacionado aos ideais de historiador mobilizados no período, e não ao mapeamento da recepção das obras de história na sociedade brasileira letrada.

Capítulo 2: Virtudes Epistêmicas em Resenhas e Ensaio Bibliográficos

Entre os gêneros textuais mais propícios para o estudo das virtudes epistêmicas, a resenha se destaca por ter, a princípio, um caráter avaliativo explícito. Nelas se articulam considerações positivas e negativas acerca do texto avaliado a fim de delinear ao leitor aquilo de que o livro trata e discernir qual a contribuição do mesmo para o conhecimento do tema. Assim, a linguagem instrumentalizada na resenha é abertamente axiológica: situa características do texto avaliado em escalas de valores, os quais, presume-se, sejam os valores referentes aos ideais de excelência de um dado campo do conhecimento. No campo da análise literária e do discurso, os gêneros de avaliação (resenhas, ensaios bibliográficos, revisão de literatura, prefácios, notas de contracapa, etc.) vêm recebendo maior atenção nas pesquisas que se devotam ao estudo dos discursos acadêmicos (cf. BONDI e SANZ, 2014; HYLAND e DIANI, 2009; MOTTA-ROTH, 1998); na história, o estudo de resenhas é ainda tímido e pouco expressivo, majoritariamente auxiliar, ainda que se reconheça o valor do gênero enquanto fonte.³⁶

A literatura de avaliação é composta, além da resenha, por outros formatos de texto, como o ensaio bibliográfico, o parecer técnico e a revisão de literatura. Cada um desses formatos tem uma função relativamente específica, embora haja algumas sobreposições – o ensaio bibliográfico geralmente compilando um grupo de livros recentes relativos a um tema, a revisão de literatura traçando uma trajetória de publicações acerca de um objeto, o parecer fazendo a avaliação específica de um texto de maneira privada e a resenha avaliando publicamente um livro específico (cf. HYLAND e DIANI, 2009). Neste sentido, os gêneros de avaliação oferecem material propício para o tipo de mapeamento pretendido nesta tese justamente porque é nesses gêneros que muitas das regras ditas e não-ditas da disciplina pesam sobre o material e o autor avaliados. Se de um lado os manuais e textos prescritivos

³⁶ Fabio Franzini apresentou dois trabalhos sobre resenhas em duas edições do Seminário Nacional de História da Historiografia, mas nenhum dos textos parece ter sido publicado posteriormente. Sabrina Magalhães Rocha também apresentou trabalho sobre resenhas como fonte para a história da historiografia, mas igualmente não publicou o texto final. Alguns livros, como *História e Historiadores* (1996) de Ângela de Castro Gomes, contam com resenhas como um tipo documental entre outros tantos; na obra de Carlos Fico e Ronald Polito (1992), as resenhas aparecem apenas de passagem, com uma análise quantitativa breve e superficial.

cristalizam formas ideais de conceber a disciplina, por outro os textos de avaliação contrastam aquilo que foi efetivamente feito com um universo de expectativas por parte dos pares. É justamente por isso que os textos de avaliação nos fornecem indícios acerca dos componentes pré-textuais de uma disciplina, de suas práticas: se é verdade que resenhas avaliam textos, não seria absurdo dizer que elas avaliam também as práticas das quais resultam esses textos. Alguns exemplos ilustrativos: referências elogiosas ao fato de que um livro se fundamenta em extensa massa documental apontam para um conjunto de valores relativos à prática de pesquisa daquele campo; se, por outro lado, enaltecem-se as qualidades literárias do autor, ou sua capacidade de imaginação, temos evidência de configurações diferentes nas hierarquias de virtudes epistêmicas do campo. É neste sentido que as resenhas não falam apenas de textos, mas também das práticas que os tornam possíveis.

Para este capítulo, mobilizo as resenhas e os ensaios bibliográficos publicados em periódicos da área de história no Brasil entre 1980 e 1990 de maneira a localizar as instâncias nas quais as avaliações dos livros resenhados nos fornecem evidências de enunciados referentes a virtudes epistêmicas dos historiadores no mesmo período. Como mencionado na introdução, trata-se de um esforço quase cartográfico, descritivo, e, por isso, de caráter razoavelmente sincrônico. Em outras palavras, busquei elaborar um mapa dessas virtudes sem qualquer pretensão de estabelecer, ao menos em primeiro momento, uma linha de progresso ou retrocesso no que se referiria a um ideal particular de historiador. Pelo contrário, busquei isolar os elementos mais fundamentais da avaliação das *personae* de historiador disponíveis aos historiadores acadêmicos brasileiros nesse período bastante peculiar que é o de consolidação do modelo de pós-graduação, mencionado no capítulo anterior. De maneira correlata, não entrarei no mérito de comparações com períodos anteriores ou posteriores, exceto em casos bastante específicos. Assim, neste capítulo, veremos a importância do “grau fundamental” do historiador arquivista, as diferentes configurações de virtudes epistêmicas vigentes relacionadas aos modelos hegemônicos de escrita da história do período, bem como a emergência de novas virtudes ligadas a novas concepções de história em maturação.

Resenhas Brasileiras: como escrever uma resenha no Brasil

Antes de mergulharmos no material, gostaria de fazer um breve exercício intelectual a respeito das maneiras de escrever resenhas no Brasil – que, embora se fundamentem nas resenhas analisadas para esta pesquisa, certamente não se encerram nem desaparecem com o fim dos anos de 1990. Isso porque, como Rosa Lorés Sanz (2009) demonstrou, as maneiras de escrever e o próprio tom das resenhas possuem características bastante distintas quando produzidas em universos linguísticos e culturais distintos. Para seu estudo, Sanz analisou resenhas publicadas em inglês e espanhol, todas da área de história, e foi capaz de demonstrar claramente as peculiaridades de cada um dos dois grupos:

Resenhistas britânicos tendem a elogiar aspectos gerais do livro resenhado; tendem a avaliar pontos específicos positivamente ou negativamente de maneira equilibrada, e recomendam ou não o livro resenhado. [...] Resenhistas espanhóis, ao contrário, tendem a elogiar tanto aspectos gerais quanto específicos do livro e geralmente recomendam sua leitura. Críticas são usadas de maneira escassa ao destacar pontos específicos e, no estágio final, em meio à avaliação geral, e é precisamente nesse estágio que aparece a mitigação na forma de junção de elogios e críticas. (SANZ, 2009, p. 154)

Mais ainda, essas diferenças substantivas não ficam restritas ao conteúdo de um texto que pode ou não ser lido pela comunidade profissional que os produziu. Elas estão relacionadas a diferentes maneiras de encarar o gênero avaliativo e seu papel em tal comunidade:

Assim, parece que mesmo se resenhistas e editores, espanhóis e britânicos, compartilham a expectativa de que esse gênero acadêmico seja tanto informativo quanto avaliativo, há uma desconfiança geral na comunidade acadêmica espanhola a respeito da função de resenhas como gênero avaliativo. Na verdade, conforme revelado por nosso estudo quantitativo, avaliações críticas não existem em resenhas espanholas de história. (ibid., p. 155-156)

Assim, para Sanz, o próprio lugar da resenha enquanto gênero de avaliação ficaria comprometido por conta de sua função distinta na comunidade profissional analisada – no caso, os historiadores espanhóis, ou de língua espanhola. Isso porque

A ausência de uma visão realmente crítica torna a avaliação positiva não mais um parâmetro avaliativo, mas uma estratégia do que podemos chamar de solidariedade de grupo, fortalecendo, dessa

forma, as ligações entre o resenhista, o autor do livro e o leitor, tanto do livro quanto da resenha, enquanto pertencentes à mesma comunidade disciplinar. (SANZ, 2009, p. 157)

Parece bastante evidente, portanto, que se um resenhista abdica de sua função crítica a fim de fomentar a coesão de grupo em sua comunidade profissional, a resenha deixa de ser um gênero propriamente avaliativo e passa a ter outro caráter – panfletário, didático, etc.

A leitura das resenhas brasileiras permite notar proximidades bastante evidentes com as resenhas espanholas estudadas por Sanz. A crítica negativa praticamente inexistente, ou, quando muito, aparece de maneira suavizada, mitigada – talvez a fim de dar à resenha uma fachada mais “científica”. Ademais, a resenha brasileira é majoritariamente tratada como um resumo do livro resenhado, e os trechos efetivamente avaliativos estão ausentes de parte significativa delas. Seria cômodo aproximar, por motivos heurísticos, a resenha brasileira daquilo que Sanz descreve para as resenhas espanholas, e, com isso, descartá-la como fonte relevante para um trabalho que pretenda mapear discursos axiológicos e valores da disciplina. Mas diferentemente de Sanz, gostaria de argumentar que mesmo textos cuja função é a de estabelecer e fortalecer laços comunitários podem nos fornecer evidências dos ideais profissionais dessa comunidade.

Em primeiro lugar, fortalecer os laços disciplinares é também um exercício de policiamento discursivo, na medida em que esses laços se estabelecem apenas a partir de certos lugares comuns nos quais os diferentes indivíduos, com suas diferentes ideias sobre a disciplina, são capazes de concordar. E mesmo nos casos em que uma mesma nomenclatura é reivindicada por dois ou mais grupos que não compartilhem entre si esses mesmos lugares comuns, o que me parece bastante improvável para o fim do século XX e início do XXI, ainda assim os esforços de fortalecimento de laços comunitários seriam passíveis de mapeamento e reconstrução, e ficariam evidentes, mediante pesquisa apropriada, quais os contornos dessas comunidades disciplinares distintas.

Em seguida, resenhas “comunitárias” veiculam os parâmetros avaliativos da disciplina de maneira diferente de resenhas “críticas”, mas ainda assim as veiculam. Se um livro considerado ruim, ou um autor considerado ilegítimo é resenhado negativamente nas resenhas “críticas”, o silêncio de resenhistas “comunitaristas” pode exercer a mesma função. De outra ponta, tanto “críticos” quanto

“comunitaristas” darão atenção aos trabalhos que cumprem os critérios de suas disciplinas. Assim, embora de maneira certamente mais frágil, é plausível que resenhas de caráter mais “comunitário” nos auxiliem a mapear os valores e critérios de uma disciplina.

“Críticas” ou “comunitárias”, as resenhas brasileiras da área de história entre 1980 e 1990 são bastante peculiares. Como notaram Fico e Polito (1992, p. 145-146), alguns historiadores concentram sob sua assinatura parte significativa das resenhas publicadas no período. Em nosso corpus documental, os maiores resenhistas são José Jobson de Andrade Arruda, com 4 resenhas e mais 5 ensaios bibliográficos, Francisco Moraes Paz, com 4 resenhas, Denise Bottmann, Laura de Mello e Souza e Tiago Costa Pinto dos Reis Miranda, com 3 resenhas cada.³⁷ Alguns dos nomes arrolados no levantamento de Fico e Polito não aparecem,³⁸ o que impõe uma reflexão sobre os espaços de publicação dessas resenhas por parte de historiadores.

Em que pesem as diferenças entre os periódicos reunidos nos dois trabalhos, uma questão digna de nota é a presença de historiadores em periódicos das áreas de economia e ciências sociais, bem como de espaços não acadêmicos. Se articulamos esse fenômeno com algo que pudemos notar e que Fico e Polito já apontavam em 1992, a saber, o baixíssimo nível de ocorrências de embates públicos e escritos entre historiadores, parece-me plausível apontar para uma hipótese (de caráter também meramente heurístico) de que o campo disciplinar da história, ao menos no contexto universitário, ainda não dispunha de grande autonomia e de fronteiras bem delimitadas com relação às outras ciências sociais.³⁹

Apesar de todas essas considerações, ainda é possível defender a capacidade descritiva do recorte mais estrito deste trabalho. Isso porque, embora nomes importantes da historiografia brasileira publicassem resenhas fora dos periódicos acadêmicos específicos da área de história, tais periódicos constituem espaços nos quais a própria comunidade profissional de historiadores é capaz de regular os critérios de seleção dos materiais. Neste sentido, os periódicos de história

³⁷ Pedro Paulo Funari conta com 3 entradas na listagem de fontes, mas 2 dessas se referem ao mesmo texto publicado em dois periódicos diferentes (*História*, da Unesp, e *Revista de História*, da USP).

³⁸ Francisco Iglésias conta, aqui, com um ensaio bibliográfico e um artigo; José Roberto do Amaral Lapa tem 2 resenhas e 2 artigos; Maria Yedda Linhares tem apenas um ensaio bibliográfico; Maria Stella Bresciani, uma resenha; Lilia Schwarcz e Nicolau Sevcenko ficaram ausentes.

³⁹ Some-se a isso o alerta de Francisco Iglésias a respeito da especificidade da história em relação às ciências sociais, conforme veremos adiante na seção sobre “sensibilidade histórica”.

passam a constituir espaços nos quais os próprios historiadores se envolvem nas tensões político-disciplinares envolvidas na configuração de seus valores. De uma perspectiva um pouco anedótica, sugeriria a comparação com o cenário atual, no qual as resenhas de livros de história são publicadas majoritariamente em periódicos especializados, e o pouco material abordado por veículos de maior circulação, o é segundo critérios bastantes distintos daqueles em funcionamento no contexto acadêmico.⁴⁰

Ora, conforme veremos a seguir, o conjunto de valores mapeados nas resenhas selecionadas dá a ver uma cartografia bastante particular: em primeiro plano, a *persona* do historiador arquivista emerge como estrutura fundamental da historiografia acadêmica brasileira; a seguir, algumas virtudes, ou conjuntos de virtudes, aparecerão mais ou menos agrupadas em torno de projetos historiográficos específicos – diferentes concepções de história trazendo consigo diferentes constelações de valores pelos quais devem se guiar os historiadores em suas práticas profissionais. Se o primeiro nível descreve as condições mínimas para que um indivíduo seja aceito como historiador naquele contexto, o segundo é capaz de nos dar referências capazes de discernir as direções bastante distintas tomadas por diferentes maneiras de escrever a história – que presumem, por conseguinte, diferentes maneiras de ser historiador.

O Historiador Arquivista

No mínimo desde a “virada arquivística” do século XIX, não se concebe um trabalho de história escrito sem o uso de fontes – preferencialmente escritas – a partir das quais o historiador poderia reconstruir o passado em forma narrativa.⁴¹ Para os

⁴⁰ Pesa aqui, também, a velha querela entre o historiador que escreve para seus pares e aquele que escreve para um “público mais amplo”, seja lá o que isso signifique. Coloco tal distinção, portanto, da perspectiva de diferentes critérios de avaliação e validação de saber.

⁴¹ Sobre a “virada arquivística” e a complexa relação entre historiadores e arquivos, ver ANHEIM; PONCET (2004), ANHEIM (2004), RUGGIU (2004), TOLLEBEEK (2004), ESKILDSEN (2008 e 2013), KATES (2014) e, especialmente, o dossiê publicado em 2013 na revista *History of the Human Sciences*: HUISTRA et al. (2013), HUISTRA (2013), JEURGENS (2013), MEHL (2013), MÜLLER (2013), PAUL (2013) e TRÜPER (2013). Evidentemente, é difícil precisar “quando as fontes se tornaram indispensáveis ao historiador”; exemplos dos séculos XVII e XVIII podem ser evocados como precedentes – ver, por outro lado, o problema dos relatos testemunhais enquanto fontes no século XVI (POPPER, 2011). Apesar disso, os documentos e os arquivos passam a exercer função central para a escrita da história após o que se convencionou chamar de “profissionalismo Rankeano” (TORSTENDAHL, 2009). Ver também TORSTENDAHL (2003 e 2010), GOMES (2006), BENTIVOGLIO (2007), WARLAND (2010). O manual de DOSSE (2012) e a coletânea de DELACROIX et al. (2010)

fundadores dos *Annales*, tidos como “revolucionários” na historiografia francesa, a crítica documental era o grande legado de seus mestres, historiadores tradicionais, preocupados meramente com o político e com a história *événementielle* (BLOCH, 2001; FEBVRE, 1989); a chamada “Nova História Cultural”, mesmo flertando abertamente com a crítica literária e a filosofia, também não abriu mão da ideia de que as fontes documentais eram o solo sobre o qual o historiador deveria erigir suas construções (CHARTIER, 1990; id., 2002; HUNT, 1989). Evidentemente, a própria noção de “fonte documental” passou por ampliações enormes – vindo a abarcar vestígios imagéticos e sonoros, textos não-oficiais, enormes compilações de dados quantitativos – mas o historiador permaneceria preso, limitado e submetido ao “poder de veto” de suas fontes (cf. KOSELLECK, 2006, p. 161-188). Neste sentido, não é estranho que nas resenhas publicadas no Brasil, entre 1980 e 1990, em revistas acadêmicas da área de história, as menções elogiosas à enorme quantidade de documentos levantados e analisados sejam prevalentes independentemente da especialização a que se afiliam os trabalhos resenhados ou os próprios resenhistas.

Esta seção se dedica a mapear as virtudes epistêmicas evocadas em relação a essa *persona* do *historiador arquivista*: a paciência e a perseverança para coletar, classificar e analisar pilhas de documentos antigos; a humildade intelectual de cotejar sua interpretação com a de seus pares, fazendo uso de “extensa e atualizada bibliografia”; a sensibilidade histórica com que guiaram seus “olhares de historiador”; a reflexão teórica em torno dos conceitos que dão sentido à narrativa histórica. Trata-se, enfim, de descrever enunciados relativamente estáveis e de largo alcance: da história social e econômica à crescente história cultural, os historiadores brasileiros foram cobrados acerca de sua capacidade de levantar, organizar e operacionalizar materiais na produção de uma narrativa convincente, a ponto de ser muito difícil encontrar uma resenha sequer em que a pesquisa documental não seja mencionada, seja elogiosamente, seja pela sua insuficiência em relação aos objetivos do autor avaliado. Neste sentido, a *persona* do historiador arquivista representa a estrutura mais fundamental das maneiras de fazer história no Brasil entre 1980 e 1990, ao menos no contexto acadêmico.

apresentam habilmente o uso de documentação escrita na historiografia francesa do XIX. Para o contexto alemão entre os séculos XVIII e XIX, ver ESCUDIER (2003). Para o Brasil, é sintomática a tradução de texto de ROUSSO (1996), com uma reflexão sobre o estatuto dos arquivos e das fontes no discurso historiográfico. Finalmente, OFFENSTADT (2011) apresenta a questão da relação entre historiadores e documentos de maneira bastante didática, em especial nos capítulos 2 e 3 (p. 24-48).

Ao mesmo tempo, pode-se dizer que as fontes sejam condição necessária, mas não suficiente, para um bom trabalho de história. Assim, as virtudes do historiador arquivista se apresentam em questão de grau: a questão que se impõe não é necessariamente “se” o historiador exerceu seu ofício de maneira virtuosa, mas “em que medida” tais disposições o auxiliaram a produzir um trabalho melhor ou, pelo contrário, impediram-no de atingir o grau de excelência exigido por seus pares. Por isso, conforme veremos, a erudição e o acúmulo de documentos não bastam ao historiador arquivista do século XX; outras disposições serão colocadas como limites e referências na configuração dessas virtudes epistêmicas.

Essa atenção às situações particulares que é característica do discurso axiológico sobre o ofício do historiador faz com que não seja tão útil e proveitoso simplesmente notar a prevalência, por exemplo, de menções elogiosas à extensão da bibliografia e do corpus documental mobilizados em um trabalho. Por isso, neste capítulo, verificaremos como os enunciados referentes às virtudes do historiador arquivista se relacionam entre si e se configuram de maneiras específicas: “erudição” a serviço de quê? “Coleta exhaustiva de documentos” com vistas a qual objetivo?⁴² Desta forma, mais do que encontrar o mínimo denominador comum entre todos os historiadores acadêmicos no Brasil de fins do século XX, este trabalho traçará as complexas relações entre formações discursivas cujo objetivo era produzir a persona do historiador, evidenciando nuances e tensões presentes na luta pelas diversas maneiras de “ser historiador”. Ademais, vale lembrar que os enunciados aqui mapeados não existem sozinhos, isoladamente, mas fazem parte de repertórios em relação aos quais os historiadores necessariamente se relacionam e se posicionam de acordo com suas concepções de história, suas opções teórico-metodológicas e suas preferências político-ideológicas. Trata-se, enfim, de mapear uma rede de enunciados que funciona em conjunto; por esse motivo, notamos que fica difícil delimitar territórios de exclusividade sobre os quais um enunciado deve reinar: é impossível falar da sensibilidade histórica sem esbarrar na questão da reflexão teórica, da mesma forma em que a ética interpessoal do debate acadêmico atravessará as discussões dos outros enunciados.

⁴² Neste sentido, a pesquisa se aproxima da meta-virtude da *phronesis*: a sabedoria para distinguir quando, por quê e em que medida agir de determinada maneira pode ser considerado agir virtuosamente. Cf. MOSS (2011), ZAGZEBSKI (1996, esp. p. 211-231).

“Extensa documentação” e “vasta bibliografia”: o historiador arquivista entre observação e interpretação

As expressões que dão título a esta subseção são figuras frequentes no vocabulário dos resenhistas analisados – bem como expressões correlatas, tal qual “grande volume de informações”. Documentação extensa e bibliografia atualizada parecem compor um par de suma importância na caracterização de um bom trabalho de história, se considerarmos como índice a simples (e enorme) quantidade de referências a tais qualidades (DISSERTAÇÕES, 1980, p. 168; DISSERTAÇÕES, 1981, p. 166-167; FROTA, 1981, p. 40; PIRES e COLNAGHI, 1981, p. 168; PROENÇA, 1981, p. 157; ARAÚJO, 1982, p. 89; DISSERTAÇÕES, 1982, p. 314; ARRUDA, 1983, p. 168; COLNAGHI, 1983, p. 129; KLIEMANN, 1983, p. 177; PETRONE, 1983, p. 187; RICCI, 1983, p. 101; SILVA (Victor), 1983, p. 179; SILVA (Olga), 1983, p. 112; SILVEIRA, 1984, p. 189; TRINDADE, 1984, p. 156; ALGRANTI, 1985, p. 210; PESAVENTO, 1985, p. 193-194; DELGADO, 1986, p. 140; LENHARO, 1986, p. 277; OLIVEIRA, 1987, p. 114; CALDEIRA, 1988, p. 240; CHOR, 1988, p. 305; IGLÉSIAS, 1988, p. 68; OLIVEIRA, 1988, p. 313; SILVA, 1988, p. 230; SLENES, 1988, p. 287; ADORNO, 1989, p. 195; FUNARI, 1989, p. 178; LEITE, 1989, p. 111; MACHADO, 1989, p. 191; NADER, 1989, p. 167; SOUZA, 1989, p. 139; WISSENBACH, 1989, p. 187; FUNARI, 1990, p. 180; LAMBERT, 1990, p. 177). É neste sentido que me parece aceitável dizer que o terreno sobre o qual o historiador opera em fins do século XX ainda é aquele do historiador arquivista, que deve se debruçar sobre pilhas de documentos em busca de subsídios para contar uma história.

Mas seria esse historiador arquivista de fins do século XX um colecionador metódico de papéis velhos?⁴³ De maneira alguma. Talvez devido à forte presença da historiografia dos *Annales* no Brasil neste período, bem como a uma tradição marxista já relativamente arraigada em terras brasileiras (cf. D’ALESSIO, 1994; FICO e POLITO, 1994; ROIZ, 2012; RAMOS, 2015), a erudição e a capacidade de operar com grande número de fontes só se fazem úteis em relação aos *problemas* propostos pelo historiador – seus problemas de pesquisa. A retórica da ciência é marcante em várias instâncias da historiografia do período, haja vista a grande preocupação com

⁴³ Como bem nos mostrou PAUL (2013), mesmo na historiografia europeia do século XIX, dita “tradicional”, “metódica”, “positivista”, “Rankeana”, mesmo lá podemos testemunhar as tensões causadas pelo *ethos* filológico do historiador arquivista.

“questões de método” e “rigor de análise”. Em texto de 1981, Ângela de Castro Gomes diz que:

O processo de levantamento de dados em fontes primárias precisa, portanto, estar claramente orientado pelos objetivos de estudo que se quer realizar. Esta é, não só a primeira condição, como a condição *sine qua non* de um bom trabalho com fontes, quer sejam elas primárias ou secundárias. (GOMES, 1981, p. 259, grifo no original)

Não bastaria ao historiador acumular dados e informações *tout court*. No lugar das grandes narrativas políticas que ocuparam os artífices da nação em vários países, as novas abordagens historiográficas exigiam uma nova maneira de triar os documentos e buscar neles aquilo que se desejava. Trecho de resenha escrita por Victor Deodato da Silva em 1985 complementa a ideia: “O erudito tem direito a uma postura anti-literária, à mera acumulação de dados. O historiador não!” (SILVA, 1985, p. 138). Neste sentido, a ideia de “problema”, com a categoria correlata de “hipótese”, surge como pilar importante de uma historiografia que se quer científica nos moldes das ciências sociais modernas.

Por outro lado, Alfredo Bosi saúda o fato de que, na obra tardia de Sérgio Buarque de Holanda, “A vocação de observador e de leitor sereno das fontes venceu o intérprete porventura temerário do primeiro livro [Raízes do Brasil]. Ao historiador caberia, de preferência, ater-se ao que ‘realmente aconteceu’ e narrar os fatos ‘como realmente aconteceram’ [...]” (BOSI, 1983, p. 52). O historiador como ouvinte do passado, como alguém a quem caberia apenas transcrever aquilo que as fontes lhe contam de uma realidade passada: eis uma figura que permanecerá em constante tensão com o polo interpretativo do *métier*. Chama a atenção na asserção de Bosi essa leitura acerca de um autor frequentemente situado, na esteira de Antonio Candido, em relação à geração de “grandes intérpretes” do Brasil, como Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre (cf. NOVAIS e ARRUDA, 1998; SECCO e PERICÁS, 2014). Para Bosi, no entanto, Sérgio Buarque teria sido “um dos intérpretes mais comedidos de toda a nossa historiografia” (BOSI, 1983, p. 50).

Entre a coleta de dados guiada por um problema de pesquisa e a reconstrução do passado vemos a tensão em que vive o historiador arquivista, no seu papel de observador e de intérprete. Preso nessa tensão, ele deve então exercitar determinadas disposições que permitam escapar ao diletantismo e à acumulação despropositada de informações. Evidentemente, cada especialização histórica dará

maior preferência ao papel de observador ou de intérprete: para a história social e econômica, em especial de inspiração francesa, será quase inevitável maior grau de interferência do pesquisador, haja vista que é preciso decidir entre os critérios organizadores do corpus documental;⁴⁴ ao historiador que se dedica a estudos de casos específicos, como no caso da micro-história, pode-se argumentar que a observação seja fundamental para que “as fontes falem” e produzam um retrato mais fiel do passado.⁴⁵ É neste sentido que veremos duas características serem destacadas como proveitosas ao trabalho de escrita da história no período: a sensibilidade histórica (IGLÉSIAS, 1983; ARRUDA, 1984; FLORENZANO, 1984; DELGADO, 1986; SOUZA, 1987; MIRANDA, 1989) e a reflexão teórica (MARSON, 1981, p. 286; PETRONE, 1983, p. 192; GUARINELLO, 1985, p. 203; PESAVENTO, 1985, p. 194; SOUZA, 1989, p. 135; CHASSOT, 1990, p. 50).

Sensibilidade Histórica

No recorte proposto por este trabalho, a expressão “sensibilidade histórica” aparece pela primeira vez em texto de Francisco Iglésias, quando este se refere a Caio Prado Jr.: “Este [Caio Prado Jr.] já é um historiador dedicado principalmente à sua ciência: embora advogado de formação, é das sensibilidades históricas mais notáveis que o país já teve.” (IGLÉSIAS, 1983, p. 132). Mais adiante, o autor também celebra a grande sensibilidade de Marc Bloch (ibid., p. 136), e censura a falta dela nas Histórias do Direito escritas por advogados (ibid., p. 139). Em nenhum momento Iglésias faz questão de explicitar aquilo que entende pelo termo, mas uma leitura atenta da peça pode nos dar indícios interessantes. Primeiramente, o autor celebra entre os historiadores aqueles que dominam não apenas as técnicas da crítica documental, mas também as ferramentas de outras ciências sociais:

⁴⁴ Como na declaração de Lucien Febvre sobre a “história objetiva”: “Interpreta. Organiza. Reconstitui e completa as respostas. Faz o passado de que tem necessidade. E não há nisso nenhum escândalo, nenhum atentado à susposta majestade da ciência.” (FEBVRE, 1989, p. 26). Ou, em tom de manifesto: “Que nunca se façam colecionadores de factos, ao acaso, como dantes se fazia pesquisadores de livros nos cais. Que nos dêem uma História não automática, mas sim problemática.” (ibid., p. 49).

⁴⁵ Lembro aqui de dois exemplos paradigmaticamente distintos: de um lado, a micro-história de Carlo Ginzburg, com trabalhos como *O Queijo e os Vermes*, guiada pela ideia do paradigma indiciário; de outro, a veia genealógica de Michel Foucault, com *A Vida dos Homens Infames* e, mais notavelmente, a história de Pierre Rivière. Enquanto Ginzburg defendeu com veemência a capacidade de a pesquisa histórica dar a conhecer o passado, Foucault foi muito criticado por produzir “apenas uma coletânea de documentos”.

No caso da História, é certo que quem a cultiva com o domínio de algo mais que as técnicas específicas consegue trabalhos de nível superior. Quem pesquisa e coleta milhares de documentos, mas não os organiza em certa linha interpretativa, pode fazer um catálogo, não fará obra significativa. (IGLÉSIAS, 1983, p. 134)

A capacidade de transitar entre as técnicas típicas da história e os *insights* de disciplinas avizinhas seria crucial no desenvolvimento de uma “obra significativa”. Apenas pelo recurso à interdisciplinaridade o historiador poderia encontrar subsídios para “dar forma” à sua narrativa, uma vez que as ligações entre os acontecimentos não se dão naturalmente ao pesquisador. Mas logo em seguida Iglésias alerta seus leitores:

No caso, como sempre - assim ensina o lugar comum - a verdade está no uso correto da interdisciplinaridade, não em seu abuso distorsivo [sic]. Se sem o apelo a alguma teoria que dê forma e consistência à interpretação o esforço do pesquisador pode dar em produtos finais bem pífios, no caso de seu apelo excessivo o resultado pode ser também pífio, embora às vezes brilhante e enganador nas aparências. É que o historiador se deixa dominar pela outra ciência, passando-a de auxílio a instrumento diretor do trabalho. E absorve e incorpora não só o indispensável para o bom proveito, mas até o *modo de ver*, a técnica de manipulação dos dados, chegando mesmo a conclusões que nada têm a ver com a História. (ibid., p. 134, grifo meu)

O termo central aqui é “o modo de ver”: o “uso correto da interdisciplinaridade” se daria quando o historiador, munido de ferramentas “emprestadas” de outras disciplinas, não se deixa levar pelas maneiras de proceder de outras áreas. Em outras palavras, quando ele não deixa de exercer seu “olhar de historiador”. Assim, entre a “sensibilidade” e o “olhar”, Iglésias deixa entrever que existe algo de específico, de particular e peculiar na maneira pela qual os historiadores apreendem o mundo, organizam suas referências e produzem seu conhecimento. Essa será a chave para entendermos melhor a que enunciado ele se refere quando trata da expressão sensibilidade histórica.

Diz Iglésias da tarefa central do historiador:

Situar no tempo, exprimir quanto se dá sob o signo de suas características, é a tarefa básica do historiador. Cabe-lhe interessar-se por todas as temporalidades, não se apegando apenas ao passado, segundo conceito genérico e limitado. [...] A capacidade de captar a mudança é um dos traços distintivos do historiador. (ibid., p. 135)

Então, “situar no tempo” define, para o autor, a tarefa fundamental do historiador – sua especificidade entre as ciências sociais.⁴⁶ Eis que, logo adiante, Iglésias ligará essa concepção de historiar com o elogio da sensibilidade histórica de Marc Bloch:

Quem melhor conceituou a especialidade foi Marc Bloch, em livro citado [Apologia da História], quando refuga a idéia de História ser só o passado e diz de seu interesse pelo presente, preferindo dizer que a História é o estudo do homem no tempo. Compreende pois o passado e o presente. [...] Pode fazê-lo [a apologia da história] exatamente por *sua alta sensibilidade histórica*, que o levava a compreender o instante e a não ter dúvidas quanto a sua breve mudança. (IGLÉSIAS, 1983, p. 136, grifo meu)

Assim, não seria de todo absurdo esboçar uma primeira definição de sensibilidade histórica neste contexto, em ligação à “tarefa básica” do historiador: *sensibilidade histórica é a capacidade de situar fenômenos no tempo*. A sensibilidade histórica seria, portanto, aquilo que permite ao historiador instrumentalizar a interdisciplinaridade sem perder de vista o tempo histórico. Munido dessa capacidade, o historiador pode lançar mão de conceitos, teorias e modelos de outras disciplinas (como o fizeram os “pais fundadores” dos *Annales*) de maneira a subordiná-los à perspectiva do tempo histórico. Ceder à interdisciplinaridade sem sensibilidade histórica significa abrir mão daquilo que é específico, particular e caro ao historiador; significaria fazer coisa outra que não história.

Neste primeiro sentido, podemos dizer que a sensibilidade histórica constitui por si só uma virtude epistêmica: é pelo seu exercício adequado que se pode agir virtuosamente enquanto historiador. Em outros termos, aquilo que diferencia a pesquisa histórica daquela das outras ciências sociais é a capacidade do historiador situar os elementos de sua história no tempo. Logo, trata-se de uma capacidade desejável do pesquisador que deseja ser historiador. É possível encontrar outros subsídios para corroborar essa leitura mais adiante no mesmo texto, quando o autor

⁴⁶ Ver também, por exemplo, na crítica de Iglésias à periodização da historiografia brasileira por Silvio Romero: “Ora, ‘fases de evolução’ significam propósito de periodizar, mas, no modo feito, constituem apenas aproximação ou forma imprecisa de periodização, trabalho difícil e dispensável na historiografia, pois a categoria básica do conhecimento histórico é o tempo, a compreensão da história sendo a das diferentes temporalidades, nas quais se apura e se afirma o verdadeiro cultor do gênero” (IGLÉSIAS, 2000, p. 21, grifo meu)

repreende a falta de sensibilidade histórica nos livros de História do Direito escritos por advogados:

Lembrem-se, por exemplo, os [livros] de História do Direito produzidos por advogados. Alguns até de grandes juristas, homens superiormente afirmados em suas áreas. *Falta-lhes porém a sensibilidade histórica e seus livros valem pouco ou até quase nada como História.* (IGLÉSIAS, 1983, p. 139, grifo meu)

Eruditos, mas incapazes de situar os elementos de suas histórias em uma cadeia mais ampla de acontecimentos – situar suas histórias no tempo – esses livros de História do Direito teriam pouco a acrescentar à nossa compreensão histórica do Direito. Estariam mais próximos dos “catálogos” antes mencionados; coleções de fatos, colocados um após o outro, presumindo-se que *post hoc ergo propter hoc*. Iglésias completa mais adiante:

Demais, o *historiador sem formação adequada* [...] tem conhecimento reduzido do processo evolutivo. Interessa-se por certo tema ou época, por capricho ou afinidade com a área em que se especializou: faz o seu estudo, mas *não tem informação sobre quadro amplo*, de modo que comete erros elementares ou *é incapaz de colocar o assunto em contexto geral*; daí a produção padecer de insuficiência ou mesmo equívocos. (ibid., p. 139-140, grifo meu)

Aqui, parece interessante que o autor menciona a questão da formação. Considerando que nos anos de 1980 estamos começando a colher os frutos da expansão da pós-graduação iniciada na década anterior, a ligação entre a ideia de formação e o problema da sensibilidade histórica é importante: trata-se, afinal de uma *disposição cultivada*, passível de ser ensinada e aprendida, e não de um dom extraordinário. O exercício da sensibilidade histórica, ligado à ideia de formação adequada, aponta para a hipótese mais geral que gostaríamos de tratar – qual seja, a de que as características tidas por virtuosas no exercício do ofício do historiador são parte de um mecanismo mais amplo de produção de subjetividade. Produz-se o indivíduo capaz de falar do passado de maneira legítima, tanto quanto se produzem discursos sobre o passado.⁴⁷ No caso específico, Iglésias se refere a determinada

⁴⁷ Lembre-se que Iglésias via com certo entusiasmo a profissionalização da historiografia em sua forma universitária – em especial conforme expresso na obra, publicada postumamente, *Historiadores do Brasil*, na qual, apesar de tal entusiasmo, pondera que essa nova modalidade de formação “é recente e nunca faltou historiografia, às vezes do melhor nível. Algumas de suas obras primas são mesmo

concepção de história para a qual os temas de “quadro amplo” e “contexto geral” seriam centrais; trata-se de uma formação capaz de cultivar nos alunos a sensibilidade histórica tal qual definida anteriormente.

Em outras peças nas quais a sensibilidade é evocada, no entanto, essa definição fica menos clara. Laura de Mello e Souza, por exemplo, elogia a sensibilidade com que Ronaldo Vainfas opera a análise dos discursos jesuíticos sobre a escravidão africana: “Feita com sensibilidade e erudição, a análise dos enunciados destes discursos é o ponto alto do livro. Neles, o Autor detecta a presença da patrística, da escolástica, da filosofia grega [...]” (SOUZA, 1987, p. 202). Aqui, a sensibilidade e a erudição se mesclam; seria a sensibilidade a capacidade de decompor o discurso jesuítico com relação às referências intelectuais ali presentes? Tal entendimento estaria, de certa maneira, alinhado à concepção evocada por Iglésias, no sentido de localizar discursos em relação a uma cadeia maior de elementos. Por outro lado, pode-se começar a pensar a sensibilidade como algo diferente. Poderíamos pensar aqui em uma expressão que aglutina várias habilidades e disposições outras, dando a elas um sentido específico – o do ofício de historiar. Nesse caso particular, o exercício da sensibilidade histórica de Vainfas poderia estar ligado à combinação de sua erudição com a atenção aos detalhes e o rigor de análise, no sentido de que a erudição torna significativo o detalhe enquanto evidência histórica. Vê-se, portanto, que a própria definição de sensibilidade histórica está intimamente ligada à concepção de história dos autores – e, conseqüentemente, a outros enunciados e configurações de virtudes epistêmicas. Outros casos serão úteis para tentar esboçar um melhor entendimento do que poderia ser essa sensibilidade enquanto aglutinadora de disposições.

Ao resenhar *Linhagens do Estado Absolutista*, de Perry Anderson, Modesto Florenzano também dá margem a percebermos essa distinção. Assim ele comenta:

Perry Anderson não é um historiador profissional, seus estudos não são o resultado de um trabalho de pesquisa, em primeira mão, nos documentos históricos, mas são o fruto de uma “simples leitura de trabalhos publicados por historiadores contemporâneos, o que é uma outra coisa”. Não nos deixemos impressionar, contudo, por esta confissão dos limites da obra. Todos os seus trabalhos tem revelado um talento e sensibilidade raros que só os grandes, os autênticos historiadores possuem. (FLORENZANO, 1984, p. 75-76)

antigas, *fruto do talento ou do gênio*, da criação ou *da garra de autores de sensibilidade para a mudança, para a história*” (IGLÉSIAS, 2000, p. 230-231, grifos meus).

Fica pouco claro, novamente, o que Florenzano entende por “sensibilidade”, uma qualidade que apenas os “grandes” e “autênticos” historiadores possuiriam. Mais adiante em sua resenha, o autor celebra a capacidade de Anderson trabalhar com colegas das mais diversas matrizes teóricas:

Daí a riqueza de análise e interpretação que o autor nos oferece, isto é, do uso absolutamente inteligente e criativo dos trabalhos dos historiadores de todos os matizes teóricos. Daí também a fecundidade das suas reflexões, da sua teorização, isto é, da utilização, ao mesmo tempo, plena e rigorosa, mas não sacralizada, do materialismo histórico. (FLORENZANO, 1984, p. 76)

Aqui, mais do que uma habilidade ou disposição específica, a sensibilidade aparece como um campo no qual se organizam outras virtudes epistêmicas: *open-mindedness*, no caso, mas também a capacidade de síntese, a honestidade intelectual e a erudição. Essa hipótese de leitura abre, portanto, uma divergência em relação à proposta de Iglésias. Os autores parecem lidar com duas concepções de sensibilidade histórica distintas: de um lado, uma capacidade específica, passível de ser treinada, aprendida e ensinada; de outro, um termo que aglutina outras habilidades e disposições, e que dá um sentido ao trabalho do historiador.

Mais do que procurar desfazer essas ambiguidades, aquilo que me interessa mais nestes casos é explorar justamente os diferentes enunciados aos quais os resenhistas se referem usando uma mesma expressão. Isso porque os historiadores operam com repertórios limitados de características desejáveis. É neste sentido que apenas a leitura atenta dos textos nos quais essa linguagem axiológica é mobilizada pode fornecer subsídios para a pesquisa. Não se trata tanto de revelar algum sentido oculto por trás das palavras, mas de descrever as relações discursivas estabelecidas na superfície dos textos.⁴⁸ No caso da sensibilidade histórica, foi possível descrever duas formações discursivas específicas em relação às quais os historiadores se situavam. De um lado, acompanhando uma concepção processual da história, a sensibilidade histórica designa a capacidade do historiador situar elementos individuais em cadeias maiores, dando-lhes um sentido e estabelecendo

⁴⁸ Retomando aqui a figura elaborada por Foucault segundo a qual o enunciado não é visível, mas não é oculto. Ver FOUCAULT (2012). Sobre a relação entre Foucault e a hermenêutica, ver DREYFUS e RABINOW (1983), DREYFUS (1984), KÖGLER (1999) e FEIGE (2012). Sobre as relações entre a tradição genealógica e a tradição hermenêutica, ver GRONDIN (2010).

as relações entre esses elementos. De outro, a sensibilidade histórica designa o sentido do próprio fazer historiográfico, aglutinando outras habilidades desejáveis por parte do historiador – erudição, atenção aos detalhes, rigor de análise, *open-mindedness*, capacidade de síntese, etc. Trata-se de duas formações que exercem funções diferentes na produção de subjetividade do historiador. Enquanto uma designa uma habilidade que pode ser aprendida, outra dá um sentido que organiza outras competências do indivíduo.

Reflexão Teórica: suas funções e seus limites

Outra dimensão que aparece relacionada ao controle da erudição e ao domínio das fontes documentais é a reflexão teórica. Em uma disciplina que se orgulha de seu caráter prático e coloca sempre em dúvida a utilidade de reflexões abstratas, não seria de se estranhar os cuidados e as reservas de seus praticantes com relação à dimensão teórica de seu trabalho.⁴⁹ Sobre isso, Francisco Iglésias é categórico:

A obra histórica tem necessariamente base empírica. O que se afirma, ainda que em uma arquitetura sedutora garantida por teoria original, deve ser comprovado. [...] Muito pretensoso historiador moderno deixa-se dominar pelas teorias e é levado pela atração delas ou pelo suposto rigor dos modelos [...]. Eles se apegam as teorias e trabalham com modelos, transpondo-os mecanicamente para a História, com resultados nem sempre válidos. (IGLÉSIAS, 1983, p. 137)

Disparando contra as teorias e os modelos apriorísticos emprestados da Economia e das outras Ciências Sociais, Iglésias reafirma a soberania das fontes documentais, sem a qual o historiador se perderia na abstração ou nas maneiras de operar de outra disciplina que não a História. Assim, se articularmos tal perspectiva com a concepção de sensibilidade histórica trabalhada anteriormente, veremos que a reflexão teórica para Iglésias se refere a uma habilidade e uma função específicas: a reflexão teórica cumpre o papel de fornecer os nexos entre elementos individuais que dão sentido à cadeia processual da história.

⁴⁹ Sobre a resistência dos historiadores à teoria há alguma produção pertinente, mas o texto de REIS (2011) permanece talvez o mais sistemático. Ver ainda JORDANOVA (2011), KINDI (2010), KLEINBERG (2007) e PAUL (2012a). Outra passagem que me parece importante e central é aquela de Michel de Certeau (2002, p. 77-78), que atesta um “despertar epistemológico” na história a partir das obras de Serge Moscovici, Michel Foucault e Paul Veyne. Ver ainda CERTEAU (1972).

Para Suely Queiroz, em sua homenagem a Sérgio Buarque, a abstração distanciada das fontes também seria “desvio da perspectiva histórica” – e, enquanto desvio, deveria ser evitado na execução do trabalho verdadeiro do historiador:

Historiador que era, valorizava a pesquisa, buscando inculcar nos alunos o amor às fontes, sem as quais não há senão repetição. Temia, sobretudo, o desvio da perspectiva histórica em que poderiam incorrer. Isto ganha força quando se pensa que alguns mais afoitos, seduzidos pelos atraentes modelos e construções tipológicas das ciências sociais, na ambição de redesenhar os grandes conjuntos e processos, seriam levados a abstrações e a concessões em matéria de terminologia, métodos e conceitos que nada têm a ver com a História. (QUEIROZ, 1983, p. 214)

A “sedução” das teorias e dos modelos: eis o risco quase inevitável, uma vez que o historiador deve dar sentido à história que conta. E mais uma vez surge a figura de Sérgio Buarque enquanto historiador de conduta exemplar com relação à sua persona de historiador arquivista. Seu “amor às fontes”, sua erudição e sua capacidade de reconstruir o passado, na mesma medida que sua generosidade e humildade, fariam dele “um rico exemplo a ser seguido” (QUEIROZ, 1983, p. 215).

Mesmo quando a reflexão teórica é vista como rica, inovadora, original, as ressalvas do historiador enquanto um “prático” aparecem: “Aliás, o forte do trabalho não é a parte teórica, sua riqueza e importância maior estão na exaustiva pesquisa empírica levada a cabo pela autora.” (DELGADO, 1986, p. 140). E mais adiante: “Percorrendo uma vasta bibliografia sobre a presença feminina nas indústrias de fiação e tecelagem, Magda utilizou ao máximo os avanços teóricos e conceituais alcançados por estes textos, mas além disso deu um salto de qualidade e desvendou a fundo a condição feminina no trabalho e na vida das operárias da indústria ‘A’.” (ibid., p. 142). Aqui, o espaço da reflexão teórica é o vazio entre os fatos. Uma vez que o sentido da história não se dá explícita e naturalmente ao historiador, mas decorre do problema de pesquisa, o recurso à teoria visa justamente ordenar aquilo que o pesquisador retira de suas fontes. Neste sentido, a reflexão teórica é virtuosa se operada para coordenar a organização dos elementos factuais, empíricos da pesquisa histórica, para dar sentido ao amontoado de fatos.⁵⁰

⁵⁰ De certa maneira, ainda hoje muitos historiadores entendem que as discussões de “teoria da história” legítimas são apenas aquelas que tratam de conceitos “aplicáveis” – como nos debates sobre os conceitos de representação social em Roger Chartier, experiência em Thompson ou apropriação em Certeau. Não deixa de ser sintomático que apenas muito recentemente tenha se estabelecido uma

De outro lado, a clareza conceitual passa a despontar como característica positiva. Interessa então explicitar as categorias abstratas mobilizadas para configurar a história narrada e considerar as consequências epistemológicas do uso de determinados conceitos. Para José Roberto do Amaral Lapa:

Ao contrário da maioria dos nossos cientistas sociais, que por uma questão de autodefesa ou até de pernosticismo acadêmico, chegam a camuflar os conceitos que manipulam, desequilibrando inteiramente a teoria da análise, gizando uma “Introdução” que pouco tem a ver com o discurso que se segue, *A Formação do Estado Burguês no Brasil* supera essa falha de maneira irrepreensível. (LAPA, 1987, p. 102)

Ora, contra o vício da camuflagem de conceitos, que dificultam o debate sério e “científico”, é a reflexão teórica que propicia a clareza conceitual necessária para que os pares avaliem o trabalho realizado. Se os conceitos dão sentido ao material factual, seria preciso esclarecer como funcionam tais conceitos. Mais adiante Lapa completa:

A análise é refinadamente elaborada, voltando-se para cada ângulo conceitual e de conteúdo, questionando e se questionando, para explicitar cada categoria e só avançar na medida em que discute e comprova cada hipótese e colocação teórica. Nesse sentido, procura ao máximo antecipar-se às críticas, clarificando suas posições e assumindo inteiramente o revisionismo crítico que marca todo o texto. (ibid., p. 102)

Lapa elogia aqui, portanto, uma espécie de “tomada de consciência”, a partir da qual o historiador passa a dedicar tempo e esforço sobre seu aparato teórico na mesma medida em que se dedica ao levantamento de fontes. Essa minúcia, esse cuidado, seriam indispensáveis à produção de bons textos de história.

Para Ciro Flamarion Cardoso, também, a teoria está submetida aos resultados empíricos: “Em primeiro lugar, os ‘modelos’ teóricos de qualquer tipo só são instrumentos úteis se as hipóteses de trabalho deles derivadas forem submetidas à confrontação empírica, coisa que aliás os próprios Marx e Engels afirmaram taxativamente” (CARDOSO, 1984, p. 42). Aqui também a reflexão teórica tem lugar

associação dedicada a estudos em teoria e história da historiografia alinhada às discussões e à produção internacional da área. Lembro ainda, com Samuel Moyn (2015), que para alguns historiadores, como Arnaldo Momigliano, a teoria é apenas um “mal necessário”, menor em relação à nobre tarefa de colecionar fatos.

bastante específico: se para Cardoso talvez não se possa dizer que as teorias são um “mal necessário”, também não se pode afirmar que, para ele, a teoria deve reinar sobre os fatos.

Mais tardiamente, ao comentar obras de Leila Algranti, Caio Boschi, Sílvia Hunold Lara e Ronaldo Vainfas, Laura de Mello e Souza celebra:

Todos os quatro trabalhos se encontram na encruzilhada de perspectivas teóricas renovadoras, da filosofia de Foucault ao marxismo peculiar de Thompson e Linebaugh, valendo-se da história das mentalidades e do cotidiano, atrelando-se, portanto, às linhas mestras que definem a historiografia contemporânea. (SOUZA, 1989, p. 135)

Pode-se aventar aqui a hipótese de que essa abertura maior à teoria acompanha o crescimento da história cultural e das mentalidades nas universidades brasileiras – esta é certamente uma leitura legítima. Conviria lembrar, no entanto, que mesmo essa nova receptividade às reflexões de caráter teórico está restrita àquilo que se pode “aplicar” na pesquisa histórica.⁵¹ Celebra-se aquilo que pode trazer novas leituras, novas interpretações de eventos históricos, novas abordagens que permitam produzir “histórias de fato”. E, neste sentido, a história social já havia recebido muito bem os modelos das ciências sociais, ainda que com as “devidas ressalvas”, conforme vimos com Iglésias e Queiroz. Ademais, a história social e seu ceticismo quanto às abstrações permaneceriam dominantes na produção historiográfica brasileira.⁵²

Nem ruptura com os enunciados que definem as “tarefas fundamentais do historiador”, nem continuidade intocada com relação à aversão ao abstrato: estaríamos diante de um deslocamento de forças? Podemos considerar como evidência de tal deslocamento também uma afirmação categórica na abertura do

⁵¹ Ver, por exemplo, *A Miséria da Teoria*, de E. P. Thompson, traduzido no Brasil em 1981 – em especial os capítulos – 5 (“Tem a história uma teoria?”), 6, (“Os Filósofos e a História”) e 7 (“A Lógica Histórica”). A primeira tradução de *A Escrita da História*, de Michel de Certeau, foi publicada em 1982; livro homônimo de Peter Burke seria traduzido apenas em 1992. Na produção nacional, o texto de WEHLING (1992) representa notável exceção.

⁵² Ver, por exemplo, em LEITE (1989, p. 113): “O valor da reflexão teórica está amparado pela documentação que torna o livro fundamental para a análise dos movimentos sociais do Nordeste.”, ou em entrevista com Evaldo Cabral de Mello (MIRANDA, 1990, p. 142): “[...] a despeito da alta qualidade da historiografia francesa atual, há que se ter o pé atrás relativamente às propensões às vezes talvez demasiado teorizantes dos franceses. [...] os ingleses têm uma vocação empiricista que está mais próxima do ofício de historiar, pois, no fundo, queira ou não, o historiador é um nominalista que muitas vezes não ousa admitir seu nominalismo, e não um produtor de grandes teorias explicativas do passado, como frequentemente se exige dele.”. Do ponto de vista quantitativo, ver levantamento de FICO e POLITO (1992).

primeiro número da *Revista Catarinense de História*: “Mais do que a tarefa de dizer a verdade, cabe ao historiador o empreendimento de investigar os modos de produção das verdades: muito mais do que esgotar os fatos sobre os grandes temas da historiografia, investigar os processos de edificação destes blocos sagrados de eventos.” (CONSELHO EDITORIAL, 1990, p. 5) Essa postura reflexiva, de crítica da produção dos fatos, só cresce de maneira bastante tardia.

De toda sorte, como vimos, o lugar da reflexão teórica enquanto organizadora do trabalho documental do historiador estabelece uma série de cuidados por parte do pesquisador para que seja “bem realizada”: a teoria preferencialmente “a serviço” da narrativa histórica; o cuidado para não “se deixar seduzir” pelas abstrações da teoria ou pelo suposto rigor dos modelos; a clareza conceitual, indispensável à produção de um texto criticamente robusto. Tais enunciados estabelecem os limites e as diretrizes da reflexão teórica dos historiadores nos anos de 1980.⁵³

Atualização Bibliográfica e Honestidade Intelectual

A atualização bibliográfica e a honestidade intelectual são outras grandes áreas da persona do historiador arquivista no Brasil de fins do século XX que merecem atenção. Mencionada e elogiada tanto quanto a vastidão documental, a atualização bibliográfica demonstra, de certa maneira, certo grau de consolidação de um campo intelectual relativamente autônomo, capaz de estabelecer seus próprios cânones, seus repertórios de práticas e de valores – só se pode cobrar a leitura de obras consideradas incontornáveis ou a atualização bibliográfica a partir do momento em que existem pares com os quais dialogar (cf. NOVAIS, 1990; FICO e POLITO, 1992; idem, 1994; D’ALESSIO, 1994; ROIZ, 2012; RAMOS, 2015). Paralelamente, esse campo relativamente autônomo torna-se capaz de policiar e cobrar seus integrantes a respeito de normas mínimas de honestidade intelectual, que deveriam pautar o debate e o avanço da disciplina.

O estabelecimento de um campo intelectual impõe, entre outras coisas, regras de produção de discurso, conforme vimos anteriormente, mas também normas para a condução do debate. Além de outras resenhas, a controvérsia entre Ciro

⁵³ Evidentemente que apenas novas pesquisas poderão avaliar em que medida cada especialização histórica estabelecerá sua própria hierarquia desses valores. Sobre a hierarquia de virtudes e objetivos epistêmicos ver PAUL (2012c).

Flamarion Cardoso e Francisco Murari Pires em torno do livro *O Egito Antigo*, escrito por Cardoso e resenhado por Pires, pode nos permitir entender de maneira adequada algumas dessas normas.

Para Pires, o livro de Cardoso se ressentia de problemas; alguns dos quais em função da proposta editorial (PIRES, 1983, p. 174), o restante em função de outros fatores. Em primeiro lugar, o resenhista afirma que “a impressão que nos fica é a de que para chegar a tal conclusão, exceção feita aos retoques, não era realmente necessário e imprescindível aquela acumulação de informações apresentadas nos três capítulos anteriores: [...]” (ibid., p. 175). Conforme vimos anteriormente, o historiador arquivista de fins do século XX não é um coletor compulsivo de documentos; Pires censura em Cardoso justamente a transgressão em relação aos enunciados que limitam a erudição no período. Além disso, o resenhista sugere que o livro de Cardoso não conseguiu “escapar das características e determinações desses mesmos manuais contra os quais reagia: [...]” (ibid., loc. cit.). Isso porque *O Egito Antigo* se pretendia como feito de superação dos “manuais tradicionais”, mas falha ao apresentar um amontoado de dados desnecessários à proposta conceitual do autor. Pires continua:

Ciro Flammarion [sic] Cardoso não atendeu devidamente aos reclamos de ordem metodológica que ele mesmo (conjuntamente com Hector P. Brignoli) elaborara em outra de suas obras (*Os Métodos da História*), quando se propôs a analisar a constituição dos conceitos de “modo de produção” e de “formação econômico-social” no interior da tradição marxista. (ibid., p. 177)⁵⁴

Para o resenhista, portanto, embora deseje romper com a tradição dos manuais tidos como “positivistas”, o livro de Cardoso não realiza satisfatoriamente sua tarefa. Avaliado negativamente também em relação aos enunciados da reflexão teórica, sua estrutura textual e suas maneiras de proceder produziram “incompreensões” e “insuficiência”, ficando o material muito aquém de seus objetivos.

Insatisfeito com a avaliação de seu livro, o autor respondeu ao resenhista. Cardoso inicia sua resposta acusando Pires de representar mal a “teoria marxista”, cujas nuances e divergências internas impediriam uma tal caricatura: “É fácil identificar o quadro teórico que se deseja combater com uma construção ad hoc que na verdade

⁵⁴ Em sua resposta, Cardoso faz questão de fazer um “reparo” com relação à grafia de seu nome (CARDOSO, 1984).

a ele não corresponde, ou o deforma! Atitude mais conseqüente seria basear a crítica num conhecimento adequado e atualizado da questão” (CARDOSO, 1984, p. 42). O autor prossegue e sugere que Pires teria ignorado a produção “pertinente” a respeito do tema; diz, depois de listar uma série de autores, que: “Estas são coisas que não ignora qualquer pessoa que haja lido uma parte suficiente dos livros e artigos pertinentes” (ibid., loc. cit.).

A atualização bibliográfica aparece novamente quando Cardoso avalia o contexto no qual se insere seu livro:

[...] 2) continuam circulando no Brasil, em traduções sucessivamente reeditadas, livros e capítulos sobre o Egito bem desatualizados [...] tais obras veiculam erros de interpretação e mesmo de informação às vezes muito graves, sendo porém de consumo corrente pelos estudantes dos cursos de graduação em História; 3) certos trabalhos de pesquisa publicados recentemente por professores universitários brasileiros na área de História Antiga, às vezes usando quantidade apreciável de fontes primárias escritas, demonstram uma desatualização incrível no tocante à bibliografia arqueológica e histórica das últimas décadas sobre os respectivos temas; [...] (ibid., p. 43)

Neste sentido, o autor avalia que a crítica de Pires está em desacordo não apenas com o acúmulo de conhecimentos empíricos sobre o período trabalhado em seu livro, mas com certas normas implícitas do debate intelectual, deformando a proposta de seu livro e interpretando mal as conexões entre os elementos internos de seu texto.

Em sua tréplica, Pires é enfático: “primeiro, o Prof. Cardoso cria, pela sua leitura, a fantasmagoria da ignorância; depois, exhibe o seu saber como forma de sua reação ao fantasma.” (PIRES, 1984, p. 202). Ao longo de dezoito páginas, Pires não apenas reafirma a avaliação feita em sua resenha, como acusa seu interlocutor de desonestidade intelectual (ibid., p. 201-202, 207, 209-210, 213), de arrogância (ibid., p. 201-204, 210, 212-213, 215) e de falta de criatividade (ibid., p. 208, 214-216). Enquanto o último vício se refere principalmente ao livro, os dois anteriores dizem respeito à atitude de Cardoso na instância do debate intelectual.

A desonestidade intelectual aparece definida, entre outras coisas, pela representação inadequada que Cardoso teria feito das críticas de Pires:

E assim, vislumbramos já a face da estratégia de leitura do Prof. Cardoso. Ela destaca algum "erro" na forma de uma denúncia, projetando suas luzes em alguma passagem de nossa resenha. Mas, para tanto, ela apaga, ela lança trevas, ela esquece outras cuja lembrança diluiria a eficácia de suas luzes acusatórias. (PIRES, 1984, p. 201)

Pires reclama, portanto, de que seu interlocutor selecionou de sua resenha apenas aquilo que conviria à sua resposta. Dessa forma, ao invés de operar no interesse da busca pelo conhecimento, o debate estaria desvirtuado na direção de uma simples disputa gladiatória, na qual um dos interlocutores se arroga o direito de posse da verdade: “Mas, então, será que o Prof. Cardoso desvirtuou o entendimento da nossa conotação daquela expressão [Idade do Bronze], para assim forçar a denúncia de nossa ignorância?” (ibid., p. 213). Fica explícito aqui a existência da expectativa de que o debate intelectual opere segundo normas discursivas – normas essas que o prof. Cardoso haveria violado.⁵⁵ A honestidade intelectual seria parte integral do esforço intelectual – tanto na elaboração dos trabalhos como no debate posterior – o que também podemos verificar em outras das fontes mobilizadas (SLENES, 1988, p. 288; SILVA, 1988, p. 229).

A arrogância também aparece enquanto característica viciosa no debate. Cardoso haveria tomado postura professoral em relação a um colega, frustrando a expectativa de um diálogo de pares:

Então, desentendendo, ou entendendo mal, o sentido e o alcance das passagens, o Prof. Cardoso põe em movimento os tanques de sua estratégia denunciadora: marca gentilmente a ignorância de nossa resenha e, a partir daí, dá vazão à sua vocação professoral, ministrando doudas aulas para extirpar a ignorância por ele captada. Na realidade, extirpa o mal entendido, ou o desentendido construído pela sua leitura patológica. (PIRES, 1984, p. 202)

Demarcando o território entre aquele que detém o saber e aquele cuja ignorância se deve extirpar, Cardoso estaria a negar a Pires o estatuto de *par*, tratando-o como aluno – e, portanto, inferior. Esse deslocamento e essa postura *fora de lugar* atacam diretamente as normas do debate acadêmico. Mais adiante Pires continua: “Arma-se ele com os mais ‘recentes’ escudos bibliográficos para, muito modesta e singelamente, revelar que, pelo contrário, é ele quem está iluminado pela

⁵⁵ Lembramos aqui do texto “Polêmica, Política e Problematizações” de FOUCAULT (2006), no qual ele discute a figura do polemista como alguém que passa por cima das normas do debate intelectual.

‘verdade’ do saber em questão.” (PIRES, 1984, p. 210). E completa a seguir: “num tom de despreensão (‘Convém salientar...’) destila o veneno da denúncia de ignorância” (ibid., p. 212). Reforça tal leitura a celebração que Sergio Adorno faz, ao resenhar livro de Ademir Gebara, a respeito da maneira com que o autor dialoga com seus pares:

Trata-se do modo respeitoso com que o autor aborda a literatura especializada. Ao invés de desqualificar, ignorar ou silenciar a contribuição da historiografia, mesmo a mais convencional possível, cuida de dialogar com ela. Ao fazer isso, busca investigar seus fundamentos, entendê-la enquanto construção explicativa de sua época, o que não elimina suas ambivalências, contradições e limites. (ADORNO, 1989, p. 200)

É neste sentido que aparece a controvérsia no debate: do ponto de vista das normas discursivas, é prerrogativa do resenhista encontrar no trabalho resenhado falhas, incongruências, inconsistências, na mesma medida em que poderia sublinhar seus sucessos e pontos fortes. De outro lado, o autor resenhado tem a prerrogativa de defender seu ponto de vista, responder às questões e críticas do resenhista, assim como de reconsiderar suas posições à luz das considerações de seu interlocutor.⁵⁶ O que frustra Pires é que esse acordo do debate teria sido rompido para dar lugar a uma resposta que representa mal suas críticas a fim de reafirmar as posições do livro (configurando-se caso de desonestidade intelectual) e, no mesmo movimento, rebaixa o resenhista, tratando-o como ignorante, “desatualizado” (caso de arrogância).

Deslocamentos Discursivos

Se a persona do historiador arquivista, debruçado sobre seus documentos, permanece o solo sobre o qual a historiografia acadêmica brasileira opera em fins do século XX, não é possível deixar de notar que tal solo não está imóvel. Com a consolidação do campo acadêmico brasileiro e os intercâmbios com historiadores estrangeiros (D’ALESSIO, 1994; ROIZ, 2012; RAMOS, 2015), novas características emergem em relação a exigências suscitadas pelas novas temáticas e novas

⁵⁶ Há longa bibliografia na área da epistemologia que visa trabalhar com as condições do debate intelectual racional. Ver, entre outros, MILLER e FOX (2001), KELLY (2005), CHRISTENSEN (2009), LACKEY (2010), GELFERT (2011), KING (2012).

abordagens em ascensão nos anos de 1980.⁵⁷ Gostaria de discutir agora a emergência dessas novas virtudes, na medida em que determinadas especialidades, como a história cultural, passarão por ganho de espaço e visibilidade na historiografia brasileira.

Se até agora vimos os enunciados de maior alcance no campo, gostaria de tratar a seguir daqueles que são menos largamente aceitos ou que surgem atrelados a concepções de história emergentes no período. É o caso da *criatividade*, do *anúncio da subjetividade* e das *qualidades literárias*, celebrados em algumas poucas resenhas (PIRES, 1984; AVELINO, 1986; CHOR, 1988; ADORNO, 1989; FUNARI, 1989; LOSNAK, 1990), e cuja aparição causa estranheza em uma atmosfera preocupada com a cientificidade da historiografia e seu caráter empírico. Trato, portanto, daquilo que mencionei como deslocamento de forças no campo historiográfico: a ascensão de um tipo de história cultural frente à história social e econômica; maior abertura para a filosofia e a crítica literária e, com isso, novas exigências em relação ao historiador que a trabalha.

Não se trata, no entanto, de um modelo oposto ao historiador arquivista delineado anteriormente. Antes, novos projetos historiográficos visam agregar novas virtudes sem romper com os fundamentos arquivísticos da disciplina. Evidência disso é que mesmo nessas resenhas que expõem novas virtudes do historiador ainda temos o elogio da pesquisa documental e da erudição bem direcionada. Neste sentido, mais do que reclamar a fundação de uma novíssima maneira de ser historiador, temos adequações locais e específicas; ao invés do ímpeto revolucionário, temos a vontade reformista. Por isso, pelo menos até 1990, os “novos historiadores” brasileiros⁵⁸ ainda

⁵⁷ Margareth Rago (1999), no esforço de produzir algo como um balanço da historiografia brasileira entre 1970 e 1990, construiu uma narrativa relativamente linear a respeito da transição entre o primado da história social e a emergência da história cultural. Destaque-se a referência da autora ao “ecletismo teórico” que caracterizaria a historiografia brasileira do período (ibid., p.92-93). Ronaldo Vainfas (2009) também tentou esboçar um balanço acerca da história cultural na historiografia brasileira, dialogando com Laura de Mello e Souza (In FREITAS, 1998), traçando o interesse brasileiro na história da cultura até o início do século XX e contrastando a história cultural dos anos de 1980 com o predomínio anterior de uma história social e econômica, de matriz predominantemente marxista (VAINFAS, 2009, p. 225).

⁵⁸ É por isso que me parece necessário relativizar a retórica revolucionária empregada, entre outros, por Margaret Rago (1999). Não considero que a ampliação dos horizontes da prática historiográfica no período, encabeçadas de certa maneira pela história cultural e os diálogos interdisciplinares com a antropologia e a crítica literária, não promoveram uma revolução na historiografia, mas apenas revisões locais referentes a temas e métodos de pesquisa. É neste sentido, também, que o subtítulo do famoso livro de Peter Burke sobre os Annales (1997) – “A Revolução Francesa da Historiografia” – me parece bastante exagerado.

compartilham com seus colegas “mais antigos” os fundamentos documentais da profissão, e, por isso, permanecem sob a égide da persona do historiador arquivista.⁵⁹

Criatividade

A primeira ocorrência de um elogio à criatividade no recorte deste trabalho acontece justamente na tréplica de Francisco Murari Pires ao texto no qual Ciro Cardoso reagiu à resenha de seu livro *O Egito Antigo*. Pires reafirma seu elogio à criatividade dos teóricos que construíram os modelos de que se valeriam então os historiadores, e sua decepção com a falta de criatividade dos “historiadores checadores de modelos” (PIRES, 1984, p. 208). Mais adiante ele completa:

A criatividade é uma virtude rara na sociedade de massas. Desobrigar-se dela no mundo intelectual, sacrificando-a pela cientificidade (privilegiada na forma de teste de modelos) e terminando por acrescentar um ou outro tijolo nesse edifício interpretativo já construído, torna a prática do historiador algo menor. Pois, muitos checam teorias e modelos, muitos também as reproduzem compondo-as, mas muito poucos efetivamente as criam. E, alerta a história da visita de Einstein no Brasil, é na criatividade que deve residir o espírito de cientificidade: [...] (ibid., p. 208)

A criatividade como virtude intelectual aparece, então, intimamente ligada (1) à produção de modelos teóricos que permitiriam explicar as relações entre os elementos da narrativa histórica, bem como (2) ao “espírito de cientificidade”. Conforme tratamos em seção anterior, a produção de teorias no período visa quase que exclusivamente a construção de conceitos que permitam dar sentido à narrativa do historiador e que liguem os elementos individuais destilados das fontes. Não é de se espantar, portanto, que a produção dessas abstrações apareça relacionada ao “espírito de cientificidade”: trata-se, de qualquer maneira, de produzir teorias que dão sentido aos vestígios do passado, valendo-se sempre da tal “vasta pesquisa documental” de que historiador algum pode prescindir.

Em 1986, Yvone Dias Avelino celebrou, ao resenhar livro de Luciara Silveira de Aragão e Frota, a “originalidade” e a “criatividade” da autora ao lidar com a perspectiva comparativa e, mais adiante, com o uso de fontes orais:

⁵⁹ Novas pesquisas, avançando além de 1990, são necessárias para estabelecer com clareza se e em que medida esses fundamentos, esse solo comum, sofrerão algum tipo de abalo.

Do nosso ponto de vista, a introdução desta segunda parte – “os Presidentes se indagam e se respondem” reflete uma grande originalidade e criatividade da autora ao comparar os discursos dos Presidentes Epitácio Pessoa e Emílio Médici visitando ambos, em períodos logicamente diversos, o Ceará assolado pela seca. As informações sobre as expectativas dos sertanejos quanto a vinda das chuvas são riquíssimas do ponto de vista cultural e abordam a questão sob o prisma supersticioso e místico através dos dados da tradição oral. (AVELINO, 1986, p. 131)

Parece-me significativo que o elogio à criatividade apareça aqui ligado a um trabalho de história oral: trata-se, afinal, de abordagem ainda recente nos anos de 1980, alvo ainda de certa controvérsia no seio da história social, bem como nos estudos de memória.⁶⁰ Marieta de Moraes Ferreira, em leitura similar a respeito da reavaliação da história oral nos anos de 1980, apontou: “Revalorizou-se a análise qualitativa e resgatou-se a importância das experiências individuais [...]. Paralelamente, ganhou novo impulso a história cultural, ocorreu um renascimento do estudo do político e incorporou-se à história o estudo do contemporâneo.” (2002, p. 319). Cultivada nas bordas do campo historiográfico brasileiro da época, a criatividade passará a ser mais valorizada justamente nessas abordagens consideradas marginais em relação à história social e econômica.

Em 1988, resenhando livro de Maria Luiza Tucci Carneiro, Marcos Chor também elogiou a criatividade da autora “ao analisar o anti-semitismo nas charges existentes em algumas revistas de época e ao valer-se de depoimentos orais de judeus que vivenciaram os riscos e o drama de entrarem no território brasileiro durante o Estado Novo.” (CHOR, 1988, p. 306). Nessa passagem, a criatividade aparece associada a dois pontos de interesse: o uso de fontes orais, como no caso anterior, mas também o uso de fontes imagéticas. Chor não deixa de mencionar o vasto e difícil trabalho com fontes documentais mais tradicionais (ibid., p. 305-306 e 308). Note-se

⁶⁰ A resenhista traça o percurso da história oral até o período da Revolução Francesa (AVELINO, 1986, p. 130), atravessando as obras de Oscar Handlin e Carlos Humberto Correa. Para José Carlos Sebe Bom Meihy, no entanto, “pode-se dizer que a moderna história oral brasileira definiu-se entre nós a partir de 1979, florescendo principalmente depois de 1983 no processo de redemocratização política do país.” (MEIHY, 2000, p. 89). Meihy ainda completa, logo em seguida: “Ainda que houvesse um esforço anterior, nos anos 70, como prática assumida com vigor, somente depois de um amadurecimento que implicou aproximação de diferentes tendências foi que se afinaram os debates capazes de promover espaços coletivos para a combinação de opiniões.” (ibid., loc. cit.). O livro de Paul Thompson, *The Voice of the Past*, publicado em 1978, permanece como referência na história da história oral. Para mais sobre história oral no Brasil, ver FERREIRA, FERNANDES e ALBERTI (2000), FERREIRA (2002) e ALBERTI (2005).

que, embora lance mão de algumas fontes pouco convencionais, o trabalho resenhado não poderia ser inteiramente ou exclusivamente classificado no campo da história cultural. Por outro lado, não deixa de ser notável a menção à virtude da criatividade com relação a um trabalho que flerte com dois tipos de fontes pouco usuais ao cânone da história social e política.

No ano seguinte, ao falar do trabalho de Ademir Gebara, Sergio Adorno celebra o diálogo profícuo entre a História e a Antropologia:

Particularmente, importa por em relevo a análise do controle social operado por intermédio da vestimenta, análise que aproxima a história da antropologia, com resultados profundamente instigantes: mostra como a análise nas humanidades não pode, em nome do rigor do método ou do despotismo técnico, prescindir da imaginação e da intuição, fundamentos da criatividade intelectual. (ADORNO, 1989, p. 199-200)

É particularmente significativo que o trabalho de Gebara seja um trabalho facilmente classificável como trabalho de história social e econômica – veja-se o título *O Mercado de Trabalho Livre no Brasil*. Da mesma forma, em consonância com os casos anteriores, a criatividade aparece ligada ao que se considera como “abordagem inovadora”. Adorno ainda faz questão de sublinhar que a “criatividade intelectual” se fundamenta na imaginação e na intuição – o vasto trabalho com fontes permanecendo pressuposto (ibid., p. 165).

Finalmente, Pedro Paulo Funari escreve também em 1989 uma resenha na qual, além da criatividade, elogia a “saudável ruptura com a rigidez formal” e a “virtude da narrativa literária [...] pouco usual na produção acadêmica” (FUNARI, 1989, p. 177-178).⁶¹ O livro resenhado, *Prazer e Poder do Amigo da Onça - 1943-1962*, gozaria de atributos que o legitimariam, ao mesmo tempo, como peça de “historiografia científica” (ibid., p. 178) e como obra instigante na história da cultura.

Este rigor bibliográfico permitiu ao autor embasar solidamente sua criatividade e discutir de forma, a um só tempo, original e bem fundamentada, uma série de questões capitais, tais como a relação entre o controle do prazer e do poder, a sexualidade e a estética da linguagem visual. (ibid., p. 179)

⁶¹ A mesma resenha aparece novamente em 1990, na revista História, da Unesp. Ambas as ocorrências estão listadas no inventário de fontes, ao final do trabalho.

A criatividade, mesmo nos campos em ascensão, como a história cultural, permaneceria atrelada ao trabalho com fontes. É importante lembrar que estamos aqui ainda no território do historiador arquivista, mas é inegável que há algo de diferente em relação ao império da história social e econômica: ao lado do rigor das análises e do uso “bem fundamentado” da reflexão teórica, a criatividade passa a figurar entre as qualidades de um bom historiador na mesma medida em que o historiador passa a lançar mão de fontes pouco usuais e de métodos cuja legitimidade “científica” ainda não está bem estabelecida, assim como de diálogos até então pouco usuais, como no caso da antropologia e das artes.⁶²

Se a imaginação já havia sido discutida anteriormente, em meio aos debates sobre a representação do passado na narrativa historiográfica,⁶³ não se pode dizer o mesmo da criatividade. Isso porque a imaginação histórica constitui um tipo de faculdade cognitiva a que o historiador recorre para reconstruir uma determinada cadeia de eventos. É graças a ela que os conceitos e as teorias conseguem dar sentido à narrativa do passado.⁶⁴ A criatividade, por outro lado, implica certo tipo de liberdade, ainda que limitada, no uso da documentação; postula certo espaço interpretativo que pareceria pouco palatável a uma historiografia com um tipo específico de pretensão científica. Se a imaginação histórica podia ser considerada apenas uma ferramenta para reconstruir um sentido que, ao menos se poderia tentar argumentar, “já estivesse no passado”,⁶⁵ a criatividade implica justamente a possibilidade de combinar elementos de maneiras inesperadas.

Enunciação da Subjetividade e Qualidade Literária

O elogio ao anúncio da subjetividade é o segundo tópico que merece atenção nesta seção. Em meio a uma historiografia tão preocupada com o rigor de

⁶² Margareth Rago publicou dois textos (RAGO, 1993; id., 1995) nos quais parece superestimar a presença de Foucault na historiografia brasileira do período. Vale lembrar que o diálogo entre historiadores e filósofos, como o próprio Foucault ou Walter Benjamin, ainda levaria algum tempo para avançar ao centro do palco.

⁶³ Ver, por exemplo, HART, 1910; SEWELL Jr., 1967; COLLINGWOOD, 1981, esp. p. 352-375. Agradeço à professora Karina Anhezini pelo *insight*.

⁶⁴ É neste sentido que Hayden White (1973) coloca lado a lado “filósofos especulativos da história” e “historiadores realistas” do século XIX: ambos usam da imaginação histórica para dar sentido ao passado. Ver PAUL (2011).

⁶⁵ Debateu-se longamente nas últimas décadas a questão do sentido do passado: seria uma imposição da narrativa sobre a realidade ou poderíamos considerar que a realidade já tem, em si, estrutura narrativa? Ver MINK (1970), ANKERSMIT (1983), ROTH (1988), RICOEUR (2010).

método e a cientificidade de seu saber, celebrar a visibilidade do autor em seu texto soa como nota dissonante – talvez por isso tal fenômeno apareça uma única vez no recorte deste trabalho. Na mesma resenha de 1989, Funari ainda elogia o fato de que

[...] pode-se apreciar a presença do autor não apenas na escolha dos temas, na sua elaboração, como na própria enunciação de sua subjetividade. [...] Sua afirmação de que “senti-me atraído... em parte... pelo critério do prazer que o Amigo da Onça provoca em mim, com as atrações sacanas que possibilitam a formação do poder” (p. 18) cria uma interessante relação empática entre autor e leitor. (FUNARI, 1989, p. 178)

Tal afirmação fica longe de qualquer outra encontrada nas resenhas do período. Embora não endossem de forma alguma a ideia ingênua de objetividade enquanto neutralidade ou de apagamento de si, os ideais de cientificidade cultivados na historiografia acadêmica brasileira do período não incluem flerte tão aberto com a subjetividade dos autores. A presença da subjetividade do historiador, assim como a reflexão teórica, permaneceria sendo o “mal necessário” do historiador que se pretende cientista social.

Ademais, quando Funari afirma que essa enunciação da subjetividade do autor cria uma “relação empática entre autor e leitor”, vemos a menção a um fator de pouquíssima relevância às pretensões científicas do campo. As qualidades literárias de um texto de história permaneceram por muito tempo como fator secundário de avaliação, por vezes tido como empecilho às qualidades científicas do trabalho – assim disse Victor Deodato da Silva, em 1983: “Talvez essa ênfase nos valores literários choque, dando a impressão de subestimação do cunho científico do conteúdo.” (SILVA, 1983, p. 137). Completou mais adiante: “O elemento ‘literário’ do historiador é mais instrumental, referindo-se à ordenação do material e a virtudes de redação, como clareza, elegância e propriedade vocabular, mas nem por isso sendo de somenos importância.” (ibid., p. 139). Hilário Franco Jr., resenhando livro de Georges Duby, também sublinha a combinação de rigor de pesquisa e qualidade literária:

Percorrido o longo caminho de 425 páginas através de um raciocínio claro, lúcido, rigoroso e de estilo impecável, lamentamos não ter sido possível adentrar por todas as vias laterais, explorar mais a fundo cada pequeno momento de todas as etapas. [...] Suas páginas, por exemplo, sobre Raul Glaber (p. 236-243) ou a cavalaria (p. 352-370)

formam conjuntos que fundem harmoniosamente erudição, rigor metodológico e qualidade literária. (FRANCO Jr., 1983, p. 163)

Isso tudo porque, para a história cientificamente orientada, importa mais o conteúdo do que a forma: uma bela narrativa baseada em pesquisa documental precária ou insuficiente vale pouco como história. De outro lado, um texto bem fundamentado em pesquisa documental e que ainda seja de leitura agradável ou estilo refinado é certamente notável, desde que se lembre que a boa escrita é como que um “adorno”. Fernando Novais, em texto de avaliação da historiografia brasileira do período, assinalou os problemas estéticos da produção acadêmica:

Há também, por outro lado, um estilo de apresentação, tipicamente acadêmico, das teses; do ponto de vista estético é muito ruim, nem se pode falar em estilo, antes, na ausência dele. [...] Creio, por outro lado, que nos últimos anos a marca de estilo arrevesado e o emprego do jargão têm diminuído sensivelmente, isto é, vamos progredindo. (NOVAIS, 1990, p. 109-110)

Assim como no caso da criatividade, a enunciação da subjetividade e as qualidades literárias de um texto histórico só passam a ser tratadas a partir de uma reconfiguração das relações de força entre as especialidades históricas no campo disciplinar. Das tabelas e gráficos da história econômica e quantitativa, passa-se a uma história cultural cujas fontes são textos literários e outras expressões artísticas.⁶⁶

Um Mapa de Vícios e Virtudes

A partir da leitura de resenhas e ensaios bibliográficos, e com auxílio de outros textos paralelos, foi possível esboçar os contornos de algumas das virtudes epistêmicas vigentes na historiografia universitária brasileira entre 1980 e 1990. Mesmo com as limitações em termos de fontes, esse primeiro esforço me parece trazer resultados bastante significativos, que discutirei a seguir: em primeiro lugar, confirma-se a hipótese de que o insight proposto por Herman Paul a respeito das virtudes epistêmicas é capaz de ser instrumentalizado em outros contextos que não a

⁶⁶ Essa transição não significa que o historiador tenha passado a “escrever bem” do dia para a noite, a ponto de, ainda hoje, celebrarmos os poucos exemplares de livros de história considerados “bem escritos” de um ponto de vista literário. Nessa mesma veia, temos atualmente a investida dos “livros de história escritos por jornalistas”, que causam reações mistas entre os historiadores, mas garantem certo sucesso de vendas para as editoras.

Europa dos séculos XVIII e XIX; em seguida, é possível verificar a existência de diferentes constelações de virtudes no âmbito da historiografia universitária brasileira do período (1980-1990) organizadas em tornos de diferentes projetos historiográficos.

Em relação ao primeiro ponto, é preciso lembrar que a proposta de Herman Paul em torno dos conceitos de virtude epistêmica e persona acadêmica se construiu a partir de um contexto bastante específico – a historiografia europeia a partir de sua profissionalização no final do século XVIII – cujas características divergem sensivelmente da trajetória da historiografia no Brasil. Alguns trabalhos com situações históricas mais próximas deram o impulso inicial no sentido de testar o alcance de tal perspectiva (cf. OLIVEIRA, 2013; RÊGO, 2015), mas exercícios mais detidos sobre períodos mais recentes ainda são pouco usuais mesmo para o contexto europeu. Este capítulo mostrou que o conceito de virtude epistêmica é, sim, capaz de operar no contexto brasileiro recente.

Sobre o segundo, notou-se que as virtudes exigidas dos historiadores não compõem um quadro simples e homogêneo; em outros termos, não seria possível estabelecer uma relação de virtudes cuja posse, cultivo e prática tornaria um indivíduo um historiador *tout court*. Além disso, nenhuma persona é inteiramente incorporada por um indivíduo; ao invés disso, esses modelos de conduta servem de referências das quais os indivíduos se apropriam parcialmente, que eles modificam, apoiam ou rejeitam, transformam. Vimos, assim, que em torno da persona mais geral do historiador arquivista, diferentes projetos historiográficos organizaram diferentes virtudes em diferentes graus. Assim, arriscaria dizer que poucos historiadores do período se oporiam a dizer que honestidade intelectual, sensibilidade histórica ou atualização bibliográfica, por exemplo, seriam dispensáveis para o trabalho do historiador; as diferenças provavelmente apareceriam em diferentes hierarquias de tais características. Já com relação às virtudes emergentes, imagino que encontraríamos mais disputas: não me parece que o elogio à criatividade e à enunciação de subjetividade seria bem visto por grande parte dos historiadores do período. Isso porque se tratam de características que novos projetos historiográficos tentaram agregar à persona do historiador arquivista sem romper com seus fundamentos mais básicos.

Ora, se este capítulo se debruçou sobre as virtudes tomadas individualmente, veremos no próximo que tais valores se apresentam normalmente em constelações, organizados em torno de determinados projetos e condutas tidas

por exemplares. Transitaremos também do mundo da literatura de avaliação (com resenhas e ensaios bibliográficos) para o das homenagens e dos obituários. Do mapa aqui esboçado, no qual tentamos estabelecer os limites de cada virtude, passaremos à análise de condutas, de articulações entre virtudes epistêmicas, morais ou políticas, que davam sentido à profissão do historiador no Brasil entre 1980 e 1990.

Capítulo 3: *Personae* Acadêmicas e Conduitas Exemplares em Obituários e Homenagens

De mortuis nihil nisi bonum. Segundo a máxima latina, não se deve falar mal dos mortos. Àqueles que agora descansam o sono eterno, dedicar-se-iam apenas palavras serenas, positivas, elogiosas. E essa tem sido a tradição formal dos obituários no ocidente: textos nos quais se exaltam as características louváveis do personagem homenageado, e nos quais seus defeitos são mitigados e expressos com uso de eufemismos (FERNÁNDEZ, 2006).⁶⁷ No ambiente acadêmico, tornou-se comum homenagear colegas e antigos mestres após suas mortes; em alguns casos com anedotas pessoais, em outras com tentativas de balanço da obra do falecido (cf. TIGHT, 2008; HAMANN, 2016). Mas apesar das limitações formais que um texto dessa categoria apresenta ao historiador, ainda assim me parece possível considerar que os obituários são fonte rica para aqueles que desejam escrever a história de uma disciplina. Isso porque, apesar do seu tom panegírico, os obituários fazem referências a conjuntos de características consideradas virtuosas no exercício de um ofício: sobre historiadores, por exemplo, elogia-se sua “sensibilidade histórica”, sua “atenção aos detalhes”, sua “leitura voraz”, ou seu “engajamento político”.

Neste capítulo, faço a leitura de trechos significativos de obituários e artigos de homenagem publicados em revistas acadêmicas de história no Brasil entre 1980 e 1990 a fim de mapear diferentes modelos de conduta – diferentes *personae* – presentes na historiografia acadêmica do período. Para tanto, veremos que os obituários não servem apenas de memorial individual; eles também dão evidências de valores considerados virtuosos por uma dada comunidade, bem como buscam dar visibilidade a “condutas exemplares” que sirvam de referência ao grupo. Embora ambas estejam imbricadas ao longo das homenagens póstumas, virtudes e condutas exemplares dão indícios de níveis diferentes das normas de um determinado campo: virtudes (morais, epistêmicas, cívicas, etc.) se referem, como vimos no capítulo anterior, a disposições e habilidades individuais que um campo considera desejáveis

⁶⁷ Bridget Fowler, no entanto, chama a atenção para uma tipologia mais ampla de obituários, a qual faz notar a existência de obituários “negativos”, cujo objetivo é mostrar os “maus exemplos” e afastar certos personagens como “inimigos”. Cf. FOWLER, 2005, p. 65-66.

por parte de seus integrantes para que estes sejam reconhecidos enquanto indivíduos excelentes; de outra parte, condutas exemplares se referem, de maneira mais geral, à configuração e articulação de várias virtudes em um determinado sentido específico (como um intelectual politicamente engajado, ou um professor particularmente generoso e atencioso). Com base nesses indícios, gostaria de investigar certas formações discursivas específicas do campo historiográfico acadêmico no Brasil durante o período recortado – em outros termos, perguntar pelas regras que autorizam e legitimam o “bom historiador” em dado contexto.

Obituários como fontes

Mesmo em língua inglesa, o estudo de obituários de intelectuais e acadêmicos é relativamente pouco usual (cf. FOWLER, 2005; id., 2007; TIGHT, 2008; HAMANN, 2016). No Brasil, o gênero aparece em alguns estudos na área de comunicação social (MARTINEZ, 2013; ENGSTER, 2014), mas pouco tratado por historiadores. Para Bridget Fowler, o obituário, “Como o funeral, é um rito de passagem secularizado, para ajudar o enlutado; mas é também um veredito, dado por pares de profissão, sobre o valor da contribuição do falecido” (FOWLER, 2005, p. 61). Trata-se eminentemente de uma maneira dos vivos lidarem com a morte do outro – e, de certa maneira, com o horizonte de sua própria finitude. No caso de obituários acadêmicos, trata-se também de um determinado modelo narrativo no qual a trajetória profissional ganha um sentido, um fio condutor, e no qual o sucesso é majoritariamente explicado em função de mérito e de idiosincrasias individuais.⁶⁸ O historiador da historiografia que se debruça sobre obituários, portanto, está diante de material muito rico para analisar as estruturas de poder internas ao campo intelectual específico da historiografia acadêmica, mas também de fontes interessantes para refletir sobre a manutenção de hierarquias sociais mais amplas (de gênero, de classe, de formação) dentro da estrutura do campo acadêmico.⁶⁹

⁶⁸ Fowler associa o gênero do obituário aos privilégios de classe e ao ideal meritocrático das classes médias (FOWLER, 2005, p. 62-63). Seu objeto privilegiado é o obituário publicado na imprensa, mas não seria totalmente despropositado tratar as homenagens acadêmicas de maneira análoga: homenageiam-se os luminares, aqueles de cujo talento e erudição se nutrem os trabalhos mais notáveis de um campo. Cf. TIGHT, 2008, p. 133-134.

⁶⁹ A referência teórica mais importante para esse tipo de estudo permanece sendo Pierre Bourdieu (2007; 2008; 2011).

Aqui, no entanto, mais do que captar determinadas hierarquias de poder, importa analisar os discursos axiológicos mobilizados nos obituários a fim de mapear quais características e quais condutas foram consideradas virtuosas e exemplares, respectivamente, por historiadores brasileiros entre 1980 e 1990. Neste sentido, ao invés de uma análise crítica a respeito dos critérios de seleção dos homenageados, gostaria de isolar e descrever diferentes modelos de conduta presentes na historiografia profissional, universitária, no Brasil de fins do século XX. Os obituários fornecem indícios para fundamentar a hipótese mais geral de que não é apenas a proficiência técnica que faz um “bom historiador”, mas sim o exercício de uma vasta gama de qualidades subjetivas, consideradas necessárias para a produção de um bom trabalho de história. Tenho em vista, portanto, a investigação das diferentes “maneiras de ser historiador” existentes em um dado período – referências culturais em relação às quais os indivíduos devem se posicionar para serem reconhecidos enquanto historiadores (ou, ao menos, enquanto historiadores *de certo tipo*).

Evidentemente, é preciso levar em conta as convenções do gênero antes de qualquer esforço de leitura e análise. Se de um lado é importante considerar estudos como os de Bridget Fowler (2005; 2007) sobre o gênero tal qual existente em publicações de grande circulação, de outro, o obituário *acadêmico* parece constituir um caso bastante específico, cujas particularidades o situam em categoria à parte. Enquanto Fowler foi capaz de classificar cinco tipos de obituários (positivos/tradicionais; negativos; trágicos; irônicos; positivos/não-tradicionais),⁷⁰ as homenagens acadêmicas tendem a ser mais limitadas.⁷¹ Neste sentido, Julian Hamann (2016) nos oferece reflexões bastante promissoras, em especial pela proximidade dos materiais analisados, advindos de publicações mais estritamente acadêmicas, mas também pelo seu extenso corpus documental.

Hamann chama a atenção para a importância dos obituários enquanto pistas para entendermos como funcionam certos sistemas de valores no campo acadêmico; essas narrativas de celebração dos mortos “[...] representam e reproduzem, portanto, um ethos profissional assim como um sistema de virtudes e

⁷⁰ Fowler elabora com algum nível de detalhamento os critérios para tal tipificação, mas tal trabalho me parece de pouca relevância aqui, uma vez que, conforme veremos, o obituário acadêmico, em especial aqueles reunidos nesta tese, seguem majoritariamente modelos mais tradicionais. Para mais sobre a categorização de Fowler, ver FOWLER, 2007, p. 17-22.

⁷¹ Ver, por exemplo, o caso de TIGHT (2008), que analisa obituários de acadêmicos publicados na imprensa, o que configura um material bastante distinto daquele com o qual trabalho neste capítulo. Mesmo lá o autor não encontrou obituários de tipo negativo, irônico ou trágico.

valores acadêmicos” (HAMANN, 2016, p. 2). Mais do que as biografias, os obituários apresentam uma oportunidade importante de testemunharmos a produção de discursos sobre o morto por parte de um de seus pares, que está sujeito a regras específicas de produção e com preocupações avaliativas específicas. Ao mesmo tempo, diferentemente dos obituários publicados na mídia de amplo alcance, as homenagens produzidas por acadêmicos e publicadas em veículos acadêmicos (periódicos especializados ou publicações de associações profissionais) trazem consigo as especificidades do campo no qual se situava o falecido (ibid., p. 2-3).

Para Hamann, o obituário acadêmico possui certas características específicas que o diferenciam do gênero mais amplo dos obituários e homenagens pós-morte, bem como do campo dos gêneros de avaliação (como resenhas, pareceres, cartas de recomendação, etc.). Tratarei aqui das quatro principais e mais relevantes para esta tese: (1) em relação aos autores dos obituários; (2) o objeto desses textos; (3) a audiência pretendida; (4) o propósito da homenagem. Tratam-se de quatro eixos articuladores que distinguem o obituário acadêmico enquanto um gênero específico.

Sobre os autores, Hamann afirma: “Autores de obituários geralmente têm um relacionamento especial com o falecido, que pode ter sido um amigo, um pupilo ou um colega próximo” (ibid., p. 3). Aqui, a homenagem vem autorizada não apenas do campo disciplinar enquanto horizonte regulador, mas do laço afetivo, das experiências de vida que ligam o autor ao homenageado.

Sobre seu objeto: “Obituários abarcam trajetórias biográficas inteiras” (ibid., p. 4). Assim como a biografia, o obituário é uma tentativa de dar sentido a uma trajetória de vida, mas, diferentemente dela, o obituário (em especial o acadêmico) é, via de regra, uma narrativa de sucesso, de ascensão e de conquistas. Ao mesmo tempo, se o biógrafo pode muitas vezes tratar de vários níveis de análise, o obituário costuma se ligar mais especificamente ao aspecto acadêmico da vida do homenageado. Assim, acontecimentos de outras esferas aparecem quase que apenas na condição de fatores que contribuíram para certa conquista acadêmica ou profissional.

Sobre a audiência: “Obituários se dirigem a uma audiência relativamente restrita: uma escola, comunidade ou disciplina científica da qual, acredita-se, o falecido teria feito parte” (ibid., p. 4). Se os obituários de jornais e revistas constroem um universo de notáveis para setores mais amplos da sociedade, as homenagens

acadêmicas operam no nível mais estrito do campo acadêmico. Neste sentido, elas se projetam em relação a uma audiência específica, construindo estratégias narrativas capazes de responder a anseios e normas particulares de cada disciplina.

Sobre o propósito: “O propósito principal dos obituários é consagrar uma vida de conquistas acadêmicas. Obituários, particularmente os acadêmicos, constituem um gênero avaliativo laudatório que tende a encobrir questões negativas e deixar pouco espaço para a crítica explícita” (HAMANN, 2016, p. 4). Assim, o obituário busca situar o morto enquanto referência de seu campo, assim como ressaltar suas qualidades enquanto pesquisador, professor ou colega. Trata-se de um esforço de produção de cânone, no qual o autor argumenta em favor da importância do homenageado para tal ou qual ramo de sua disciplina.

Ademais, Hamann mostra que as trajetórias biográficas apresentadas em obituários acadêmicos costumam seguir pelo menos em parte duas linhas: (1) do talento natural; (2) do mérito. Nas primeiras, o sucesso acadêmico do homenageado é consequência natural de suas aptidões e de suas características pessoais e intelectuais; trata-se efetivamente de uma história de predestinação, na qual o sucesso é consequência lógica e necessária de certos fatores. Nas segundas, temos a exaltação do esforço e do trabalho; aqui, o sucesso é resultado da devoção do homenageado ao seu trabalho, seu comprometimento e sua dedicação, ao custo mesmo de certas privações em outras áreas da vida (ibid., p. 8-10). Em ambos, as conquistas acadêmicas dos homenageados são comumente associadas a fatores internos do sujeito, e as referências às condições externas (origem social, gênero, etc.) são limitadas ao mínimo (ibid., p. 10-11).

Conforme veremos, muitos dos *insights* de Hamann serão valiosos para entendermos os obituários aqui analisados. A tendência do gênero a produzir narrativas geralmente positivas, bem como os padrões explicativos a partir de talento ou mérito, também aparecem nas homenagens encontradas. Neste sentido, todo o processo de leitura deve se pautar pela atenção a essas normas convencionais do gênero. Apesar de tais limitações, ainda me parece bastante plausível dizer que os obituários são fontes de suma importância para entendermos a produção e configuração de modelos de conduta em certos campos. Isso porque, embora acríticos, os obituários são apenas mais um dispositivo de produção de subjetividade atuante na construção dos sujeitos historiadores; para além deles temos os já mencionados manuais, resenhas e pareceres, por exemplo. Tendo em mente a função

do obituário, de perpetuação e canonização, de memória disciplinar, parece-me possível afirmar com alguma segurança o papel do mesmo como fonte para o estudo da historiografia.

Caracterização das Fontes

Entre obituários propriamente ditos e artigos de homenagem pós-morte, contabilizei onze textos publicados entre 1980 e 1990 em periódicos acadêmicos especializados da área de História. Desses, três homenageiam Sérgio Buarque de Holanda, falecido em 1982; três homenageiam José Honório Rodrigues, falecido em 1987; dois homenageiam Carlos Alberto Vesentini, falecido em 1990. Contam com uma única homenagem no período os historiadores Eurípedes Simões de Paula, falecido em 1977 (mas homenageado apenas em 1983, quando da retomada da Revista de História da USP), Joaquim Barradas de Carvalho, falecido em 1980, e Peter Eisenberg, falecido em 1988. Todos são lembrados como referências importantes não apenas nesses artigos de homenagem: Sérgio Buarque acabou por ser cristalizado como um dos primeiros nomes da historiografia moderna no Brasil; José Honório Rodrigues, considerado o iniciador da história da historiografia no Brasil; Carlos Alberto Vesentini foi parte de uma geração notável nos anos de 1970, que inclui nomes como Alcir Lenharo e Edgar De Decca; Eurípedes Simões de Paula, da primeira geração de historiadores graduados e doutorados no Brasil; dos estrangeiros, temos Joaquim Barradas de Carvalho, historiador português que lecionou na Universidade de São Paulo entre 1964 e 1969; e Peter Eisenberg, importante *brasilianista* que lecionou na Unicamp de 1975 até sua morte, em 1988.

A grande maioria dos textos aqui trabalhados foram publicados na *Revista de História* da USP; entre o restante, apenas dois não foram publicados em São Paulo: um no Rio de Janeiro, em *Estudos Históricos*, outro em Recife, em *Clio*. Essa concentração de certa maneira acompanha números mais gerais de produção bibliográfica do período, massivamente concentrada em São Paulo; o eixo sudeste, RJ-SP, permanecerá central na produção acadêmica por alguns anos ainda, até, pelo menos, o início dos anos 2000.⁷²

⁷² Já há, hoje, alguns recenseamentos da produção bibliográfica do período, sendo o mais notável aquele de Carlos Fico e Ronald Polito (1992; 1994). Ver ainda D'ALESSIO e JANOTTI (1993) e

Escritos por pares, sejam ex-alunos ou colegas, os obituários acadêmicos costumam trazer não apenas balanços profissionais, mas também anedotas pessoais e pequenas historietas ilustrativas de algum argumento que o autor tenta fundamentar. É por entre essas pequenas narrativas que muitos dos valores que busco investigar aparecem – versam sobre a paciência metódica, sobre a generosidade intelectual ou as convicções políticas do falecido, de modo que temos indícios para falar das normas que estruturaram o campo do qual autores e homenageados fazem parte.

Numa última nota de cuidado metodológico, gostaria de esclarecer que as análises dos obituários não serão cotejadas em relação a outros estudos biográficos dos autores homenageados. Assim, por exemplo, as homenagens a Sérgio Buarque de Holanda não serão avaliadas à luz dos hoje ricos estudos acerca de sua obra.⁷³ Isso porque o interesse das análises aqui operadas não é de primeiro grau, ou seja, não visa esclarecer questões em torno do indivíduo homenageado; trata-se eminentemente de uma leitura de segundo grau, ou seja, que busca investigar como funcionam determinados discursos a respeito de tal indivíduo. Em termos menos abstratos, e retomando o exemplo, não importa saber se o indivíduo Sérgio Buarque de Holanda correspondeu mais ou menos adequadamente aos retratos elaborados pelos autores dos obituários e homenagens; ao invés disso, importa verificar como tais representações veiculavam certos modelos de “como ser historiador” fazendo referência a personagens considerados exemplares pelo próprio campo disciplinar.

O “Mito” Sérgio Buarque de Holanda⁷⁴

O primeiro caso a ser tratado aqui é o de Sérgio Buarque de Holanda. Fábio Franzini e Rebeca Gontijo sublinharam muito bem a fabricação desse personagem enquanto fundador da historiografia brasileira moderna a partir da recepção do prefácio de Antonio Candido a *Raízes do Brasil* (FRANZINI e GONTIJO, 2009). Neste

CAPELATO, FERLINI e GLEZER (1995). Outros trabalhos mais específicos vêm aparecendo, tomando por objeto, por exemplo, um único periódico, como SOUZA (2012) e SILVA (2013).

⁷³ Ver, por exemplo, o volume organizado por MONTEIRO e EUGÊNIO (2008), ou os artigos do dossiê “Sérgio Buarque de Holanda: 80 anos de Raízes do Brasil”, em recente número da Revista Brasileira de História – em especial VAINFAS (2016), MATA (2016) e NICOLAZZI (2016).

⁷⁴ Sérgio Buarque de Holanda nasceu em 11 de julho de 1902 e faleceu em 24 de abril de 1982. Formou-se em Direito na Universidade do Brasil (1925) e trabalhou como jornalista e crítico literário antes de ingressar na Universidade do Distrito Federal como professor de história moderna e contemporânea de 1936 a 1939. Ocupou outros cargos públicos antes de ingressar como professor da USP em 1958, onde lecionou até sua aposentadoria-protesto em 1969.

sentido, refiro-me ao “mito” de Sérgio Buarque no sentido bem delineado por Herman Paul: trata-se daquele “tipo de narrativa que provê propósito e identidade ao explicar como um fenómeno presente evoluiu de suas origens (imaginárias)” (PAUL, 2011, p. 168). Assim, na medida em que se atribui a Sérgio Buarque o papel de iniciador da historiografia brasileira moderna, projeta-se um determinado sentido a um *projeto historiográfico*, definindo certos critérios para delimitar aquilo que se pode considerar moderno – e, portanto, mais científico, mais refinado – em contraste ao tradicional – e, portanto, antiquado, ultrapassado.

O primeiro texto a ser analisado, do já mencionado Antonio Candido, se abre com duas fotos enormes, em preto e branco, do escritório de Sérgio Buarque “exatamente como o historiador o deixou depois de nele trabalhar até os seus últimos dias” (CANDIDO, 1982, p. 5). Nas fotos, pilhas de livros se amontoam nas estantes e nos outros móveis, cobrindo a maior parte da imagem.⁷⁵ Em meio a anedotas de uma viagem de Sérgio a Berlim em 1929, Candido nota que “Sérgio era simpático à esquerda e pôde observar com mirada crítica o crescimento da maré nazista” (ibid., p. 6), para em seguida fazer aquilo que seria o primeiro “retrato” do amigo homenageado neste texto:

A esse tempo Sérgio já estava mais que mergulhado numa experiência intelectual renovadora, nutrindo-se em profundidade da cultura alemã, que até então lhe era menos familiar. A capacidade de concentração mental só se comparava nele ao poder da penetração analítica e à amplitude de interesses. Por isso desde muito moço aproveitou ao máximo as leituras e acumulou um saber que espantava aos amigos. Sobretudo porque a sua curiosidade era dirigida igualmente ao passado e ao presente, à inovação e à tradição, com o dom contraditório de se apaixonar tanto pela minúcia quanto pelo conjunto. (CANDIDO, 1982, p. 7)

Aqui está dada a fundação do mito. Dotado de capacidades cognitivas e de disposições de caráter alinhados ao que se esperava de um grande estudioso, Sérgio Buarque, tal como descrito por Antonio Candido, era um jovem dedicado ao labor intelectual. Curioso, capaz de se concentrar, dotado de grande inteligência analítica, Sérgio teria se dedicado então a inúmeros cursos universitários alemães, como os de

⁷⁵ Aos que desejarem consultar o artigo em sua versão digitalizada, fica a advertência de que o processo de digitalização arruinou a qualidade gráfica das imagens, sobrando apenas borrões pretos e brancos mais ou menos inteligíveis. Esse caso é particularmente ilustrativo da (baixa) qualidade de nossos processos de digitalização dos acervos de programas de pós-graduação e periódicos acadêmicos, particularmente na área de História.

Meinecke e Max Weber – “E, no meio disso tudo, imaginou um livro de interpretação da sua terra. Tinha vinte e oito anos, e *Raízes do Brasil* começava a germinar” (CANDIDO, 1982, p. 7). *Raízes*, um de seus livros mais famosos, aparece aqui como prelúdio de uma carreira brilhante, que Antonio Candido divide ainda nas seguintes fases: a fase da docência na Universidade do Distrito Federal, na qual foi assistente de Henri Hauser entre 1936 e 1939, marcada pela “pesquisa sistemática”; e a fase de combinação entre “análise e síntese”, a partir da publicação de *Visão do Paraíso*, em 1959. Desse “prelúdio”, destacar-se-ia a aproximação de Sérgio pela questão dos “tipos” no pensamento alemão:

Esse gosto [pela generalização por “tipos”] se caracteriza, antes de mais nada, por certa confiança na intuição, que permite voar além do saber acumulado e estabelecer a “empatia”, a identificação simpática e indefinível com o objeto de estudo, seja texto, personagem ou cultura. [...] O entendimento que resulta é global e se pretende exemplar. Para atingi-lo, o autor, por mais minuciosamente informado e documentado que esteja, não hesita em dar saltos qualitativos quase mortais, como os de Spitzer, quando extrapola a partir do traço de estilo, ou os de Simmel, quando define tipos sociais ambíguos: o pobre, o estrangeiro, o nobre. [...] Além de outros, o defeito fundamental deste método é que *só quem tem genialidade pode usá-lo bem*. (ibid., loc. cit., grifo meu)

Genialidade: eis traço que diferenciará Sérgio Buarque na sua geração, que viria a ser, de certa maneira, fundacional no momento pelo qual a historiografia brasileira passava. Professor na Universidade do Distrito Federal e, depois, na Universidade de São Paulo, o historiador teria papel significativo na formação das primeiras gerações de historiadores universitários no Brasil. Conforme continua Antonio Candido,

[...] a retidão do seu espírito, a jovem cultura já sólida e os instintos políticos corretamente orientados levaram-no a algo surpreendente: desse caldo cultural que podia ir de conservador a reacionário, e de místico a apocalíptico, tirou elementos para uma fórmula pessoal de interpretação progressista do seu país, combinando de maneira exemplar a interpretação desmistificadora do passado com o senso democrático do presente. A “empatia”, o entendimento global que descarta o pormenor vivo, a “visão orgânica”, a confiança em certa mística dos “tipos”, tudo isso foi despojado por ele de qualquer traço de irracionalidade, moído pela sua maneira peculiar, e desaguou numa interpretação aberta, extremamente crítica e radical. (ibid., p. 7-8)

Sublinhando a superação da irracionalidade e o caráter crítico das interpretações de Sérgio Buarque, temos o retrato de um intelectual capaz de trazer

ao Brasil aquilo que houvesse de mais moderno na historiografia. Trata-se, enfim, de um historiador consciente de seu papel no presente (CANDIDO, 1982, p. 8) – e, como tal, um intelectual dotado de “avançada consciência democrática”: “Embora nunca tenha sido político, ele assumiu como intelectual as boas posições políticas e nunca trepidou em arrostar as conseqüências de suas idéias” (ibid., p. 9).

Alfredo Bosi, por outro lado, apresenta-nos um retrato diferente: “Na verdade, embora dotado de uma inteligência eminentemente capaz de extrair o geral do exame dos particulares, pode-se dizer de Sérgio Buarque de Holanda que foi um dos intérpretes mais comedidos de toda a nossa historiografia.” (BOSI, 1983, p. 50). Para ele, o intérprete Sérgio Buarque é figura de juventude, que daria lugar ao Sérgio maduro, consciente dos limites do trabalho historiográfico:

De qualquer maneira, o ideal íntimo de Sérgio Buarque de Holanda não era o do historiador contempor mundi, que prefere, julga ou condena. Por isso volto ao que disse momentos atrás: *Raízes do Brasil*, obra de juventude, ambiciosa e vulnerável, acabou constituindo um monumento isolado no conjunto da sua produção historiográfica. *A vocação de observador e de leitor sereno das fontes venceu o intérprete porventura temerário do primeiro livro*. A História não deveria arrogar-se a mover processos ao passado. Ao historiador caberia, de preferência, ater-se ao que “realmente aconteceu” e narrar os fatos “como realmente aconteceram”, fórmula cunhada por Leopold von Ranke, e que Sérgio Buarque retomou e discutiu com sagacidade no seu último ensaio, uma introdução a páginas escolhidas daquele grande erudito alemão, símbolo do historismo liberal. (ibid., p. 52, grifo meu)

Se para Antonio Candido temos um intelectual de gênio, capaz de realizar saltos interpretativos competentes, Bosi prefere sublinhar o caráter “sereno” de um historiador que opta por deixar que as fontes falem sobre um passado “tal qual aconteceu”. Se, no primeiro, *Raízes* é o prelúdio de uma carreira brilhante porvir, para o segundo representa um desvio das verdadeiras virtudes do historiador. Isso porque ambos os críticos literários optam por diferentes fios condutores a dar sentido à vida de Sérgio Buarque: para Candido, o jovem intérprete, mais tarde transformado em pesquisador sistemático; para Bosi, o historiador observador e sereno, que disciplinou seus impulsos de juventude.

Suely Queiroz nos apresenta ainda outro retrato: o do historiador cujo vasto conhecimento vinha de sua dedicação incansável ao trabalho. Diz-nos do homenageado: “O conhecimento fluía incontrolável e apontava aos jovens algo de mais profundo: que o saber é conquista do trabalho e ao gênio, não basta o talento.

Por trás de tão notável erudição escondia-se o leitor incansável [...]” (QUEIROZ, p. 214). Não apenas como moral do trabalho, mas como conduta exemplar, a “genialidade” de Sérgio Buarque aparece enquanto fruto de labor intelectual intenso e de longa data. Em seguida, a autora afirma:

Historiador que era, valorizava a pesquisa, buscando inculcar nos alunos o amor às fontes, sem as quais não há senão repetição. Temia, sobretudo, o desvio da perspectiva histórica em que poderiam incorrer. Isto ganha força quando se pensa que alguns mais afoitos, seduzidos pelos atraentes modelos e construções tipológicas das ciências sociais, na ambição de redesenhar os grandes conjuntos e processos, seriam levados a abstrações e a concessões em matéria de terminologia, métodos e conceitos que nada têm a ver com a História. (ibid., loc. cit.)

Essa preocupação com os limites da disciplina é sintomática. Em contraste aos “modelos” e às “abstrações” das ciências sociais, o bom historiador se apegaria às fontes e a seus métodos específicos. Alinhado ao retrato feito por Bosi, o relato de Queiroz apresenta um Sérgio Buarque preocupado com o trabalho documental.

José Honório Rodrigues⁷⁶

Em 1987, logo após a morte de José Honório Rodrigues, Armando Souto Maior publicou na revista *Clio* um texto no qual fala da vida e da obra do historiador falecido. Depois de uma breve menção à trajetória de vida do homenageado, o autor afirma:

José Honório Rodrigues soube abranger, com maestria e inteligência, distâncias temporais dentro de categorias históricas perfeitamente detectadas e definidas. Talvez aí esteja, a sua primeira virtude intelectual, que o projeta como um mestre da análise histórica e, provavelmente mais do que isso, um modelo de como se pode detectar as linhas da história e as linhas do poder de cada época. (MAIOR, 1987, p. 7)

Essa clareza conceitual e essa capacidade de perceber rupturas e permanências nas ordens sociais de cada período seriam, para Souto Maior, características marcantes do pensamento de José Honório. Ele continua:

⁷⁶ Nascido em 20 de setembro de 1913, José Honório Rodrigues se formou em Direito na Universidade do Brasil em 1937 e atuou em diversas instituições brasileiras, como a Biblioteca Nacional, o Instituto Rio Branco, o Arquivo Nacional e as universidades UFF, UFRJ e PUC-Rio. Faleceu em 6 de abril de 1987.

Não se deixou, portanto, José Honório Rodrigues siderar pela exclusividade documental e na obra [Filosofia e História] está bem claro que um mesmo documento pode responder a perguntas que não foram formuladas pelas gerações anteriores, desmistificando-se assim a ilusão da objetividade histórica. O livro, na época em que foi escrito, foi também uma vacina contra as duas enfermidades intelectuais que mais acometiam os historiadores de então: a coleção a filosofada e mecânica de fontes e fatos e a subserviência total aos modismos ideológicos. (MAIOR, 1987, p. 7)

Contra uma história erudita, mas pouco preocupada em dar sentido aos fatos narrados, mas também contra os “modismos ideológicos”, José Honório figuraria como parte de renovação na historiografia brasileira – a ponto de render comparações com figuras famosas em outros contextos:

A inquietude erudita seria permanentemente o contraponto da atividade intelectual de José Honório. Como Henri Pirenne e Lucien Febvre soube amar a vida quase com sofreguidão. Os que tiveram o privilégio de sua convivência poderão testemunhar como sempre defendeu a idéia e a prática de que o historiador deve ter um grande interesse por todo e qualquer aspecto do seu entorno. (ibid., p. 8)

O amor pela vida, pelo vivo, e a relação apaixonada com uma concepção de história que privilegia o científico enquanto elaboração de problemas e hipóteses de pesquisa: Rodrigues encarnaria os ideais de uma determinada maneira de fazer história e de uma determinada maneira de ser historiador. Mais ainda, ao ser comparado a figuras já então canônicas no campo disciplinar, o homenageado ganharia efetivamente um *lugar* simbólico, que lhe definiria um status. Assim, Souto Maior colocava José Honório na companhia de Pirenne e Febvre enquanto historiador de primeira grandeza, encarnando um determinado modelo de conduta a ser seguido por outros historiadores.

Em tom de admiração parecido, Francisco Iglésias homenageia José Honório com um texto no qual sublinha o “lugar especial” ocupado pelo homenageado no contexto brasileiro. Em suas notas biográficas, Iglésias sublinha a erudição e a voracidade de leitura do colega, que “mesmo a passeio, não deixava de visitar bibliotecas, arquivos e museus” (IGLÉSIAS, 1988, p. 55). Mas o texto se diferencia, entre outros motivos, por avaliar também características nem tanto elogiosas do homenageado:

Gostava de ir a congressos, reuniões, academias, mas indispunha-se facilmente com o próximo, gerando atritos desnecessários, que muito

lhe perturbavam a existência, como sabem quantos conviveram com ele. Entretanto, gostava de ser convocado para debates e conferências, e do convívio sobretudo com jovens. Desejava transmitir quanto aprendera, observara. Só se saía bem, contudo, quando não dividia o público com outro ou outros, por exagerado senso de competição. [...] Se se lembrou o traço de passionalidade e impertinência, aparentemente secundário no estudo de uma produção intelectual, é que ele se reflete em sua obra. (IGLÉSIAS, 1988, p. 56-57)

De um lado, é relativamente raro encontrar menção a certas “dificuldades de convivência” de um homenageado. Iglésias, no entanto, traz tais características pessoais de José Honório como maneira de construir uma moldura para a narrativa que dá sentido à obra do falecido. Assim, as características negativas da personalidade de José Honório não aparecem para denegrir um retrato antes imaculado; tratam-se de características valiosas, que fortaleceram certos aspectos de seu trabalho. Menciona-se, por exemplo, o “pioneirismo” e a dedicação do mesmo aos problemas dos estudos de historiografia e reflexões mais teóricas, bem como o contraste entre os bons trabalhos de Rodrigues e o “estado da arte” de maneira mais geral:

Alguns volumes sobre o assunto [historiografia brasileira] pecam por graves insuficiências, deixando o leitor de mediana exigência em dúvida sobre os conhecimentos de quem escreve, diante do número de equívocos, distorções e mesmo indício de que autores e obras criticados não foram lidos, ou o foram com indesculpável ligeireza para quem se propõe a abordagem. Falta a muitos desses títulos a simples leitura, situando a iniciativa no domínio da temeridade. (ibid., p. 64)

Considerado inaugurador dos estudos de historiografia brasileira, José Honório Rodrigues estabeleceria um exemplo a ser seguido e constrói as referências de como conduzir apropriadamente um estudo historiográfico. Sua erudição, incansável capacidade de leitura, seus esforços críticos e a maturidade de suas reflexões contribuiriam para a constituição de um retrato bastante específico de historiador. Reforça essa percepção a nota de Carlos Guilherme Mota sobre a publicação póstuma de História da História do Brasil:

Talvez não exista na historiografia brasileira alguém que tenha desempenhado com tanto conhecimento e ardor o “métier d'historien” em todas essas facetas. Empolgava-se com o que escrevia, com o que falava, com o que pesquisava, julgando e qualificando as informações e os personagens envolvidos como se fossem seus contemporâneos. (MOTA, 1988, p. 107)

Essa coleção de qualidades, ainda que balizadas pelos limites apontados por Iglésias, formam outro ponto de referência no repertório configurado nos anos de 1980 acerca dos modos de ser historiador.

Carlos Alberto Vesentini⁷⁷

Alcir Lenharo retrata Carlos Alberto Vesentini como um intelectual resistente: tendo sido aluno de escola “que ensinava a não pensar” (LENHARO, 1990, p. 117), Vesentini teria passado ainda por grande período no qual trabalhou voluntariamente na USP. Com apoio financeiro de sua família, “dizia tratar-se de um caso único de uma família de classe média baixa que sustentava seu filho obstinado para trabalhar sem remuneração para a Universidade de São Paulo” (ibid., loc. cit.). A referência à origem social de Vesentini não é desprezível:⁷⁸ na ausência de uma oferta de emprego remunerado, desenha-se aqui a trajetória de mérito aludida por Hamann anteriormente, com a imagem do intelectual que venceu individualmente as forças estruturais que atrapalhavam sua carreira. Ao longo de passagens que sublinham sua perseverança frente às dificuldades da vida universitária sob o regime militar (ibid., p. 118), ou os problemas estruturais da pós-graduação no período (ibid., p. 119), assim como a resistência intelectual que sofreu quando da publicação de textos e do progresso de sua carreira (ibid., p. 120 e 123-124), em passagens como “Em meio a esse quadro de dificuldades materiais e de afirmação acadêmica, a pesquisa e a reflexão ganhavam força” (ibid., p. 121), Lenharo constrói habilmente o retrato de um intelectual que conquistou o sucesso por força de sua dedicação e de seu mérito.

Mesmo com as dificuldades impostas a ele na elaboração de sua tese de doutorado, Vesentini produziu importantes trabalhos de reflexão teórica (ibid., p. 121-122)⁷⁹ e se dedicou intensamente à docência – a ponto de Lenharo dedicar um trecho significativo de sua homenagem a esse aspecto:

⁷⁷ Nascido em 2 de maio 1947 e falecido em 1990, Carlos Alberto Vesentini se graduou em História na USP em 1973, obtendo seu doutorado na mesma instituição, sob orientação de Fernando Novais, em 1983. Sua carreira se desenvolveu inteiramente na mesma universidade, onde lecionou de 1976 até sua morte.

⁷⁸ Carecemos, ainda, de um estudo mais detido sobre as origens sociais dos professores universitários da área de História capaz de nos elucidar as dificuldades de ingresso na carreira.

⁷⁹ Janice Theodoro da Silva também lembra em tom elogioso do alto nível dos trabalhos teóricos de Vesentini (SILVA, 1990, p. 131-132)

Não fosse a inovadora reflexão sobre a memória histórica, seu perfil intelectual e acadêmico poderia ser facilmente desenhado a partir de sua dedicação ao trabalho docente. Apesar das classes repletas, costumava dar tratamento individualizado a cada aluno da graduação, traduzido em entrevistas, quando esmiuçava cada paper redigido pelos alunos. Deste trabalho diligente e silencioso novos projetos foram esboçados, vocações para a pesquisa histórica foram estimuladas, num esforço que aparecia pouco para si, mas de grande ressonância acadêmica para o Departamento. (LENHARO, 1990, p. 123)

Essa vocação de professor constituiria uma qualidade particular na obra de Vesentini. Sua capacidade de seduzir seu público e manter profundo nível de reflexão teórica forma parte importante da maneira pela qual Alcir Lenharo o homenageia: “Combinava o estilo metódico prospectivo, indo a fundo na matéria exposta e analisada, com uma notável capacidade de envolver e seduzir intelectualmente sua platéia. Seus alunos são testemunhas do empenho com que conduzia sua vertigem didática” (ibid., loc. cit.). Aqui, portanto, para além de qualidades importantes na pesquisa histórica e de seu caráter resistente, temos destacadas certas capacidades professorais, que distinguiriam Vesentini enquanto historiador, combinando erudição, potência didática e profundidade analítica.

Em outra homenagem, Janice Theodoro da Silva lembra do homenageado também em suas lutas. Recontando a vida de Vesentini a partir de seus escritos, cotejando-os com anedotas biográficas, Silva anuncia sua intenção enquanto autora de uma homenagem: “Para reacender as lembranças do Professor Carlos Alberto Vesentini nada melhor, como ele mesmo dizia, do que ‘deixar o documento falar’” (SILVA, 1990, p. 129). Do relato que se segue, o homenageado aparece representado novamente como alguém que venceu as adversidades estruturais da vida acadêmica e foi capaz de ser bem-sucedido através do esforço, superando obstáculos materiais e psíquicos em seu caminho desde seu tempo como aluno: “Formação forjada, muitas vezes, em meio a dúvidas e angústias mas que, com passar dos anos, tornaram nítidas as diferenças aprofundando com elas o respeito ao seu antigo orientador [Fernando Novais]” (ibid., p. 131).

Já como professor, ganha destaque sua parceria com Francisco Murari Pires, junto do qual Vesentini continua a atuar de maneira ousada: “A empresa destes dois amigos [Vesentini e Pires] foi grande, arriscada, trabalhosa, representou ventura para ambos, ventura intelectual, ventura ao transpor o intransponível” (ibid., p. 132). Essa imagem de resistência, dedicação e ousadia atravessa o relato. Mais adiante,

sobre sua atuação na esfera administrativa da universidade, Silva diz: “No Conselho Departamental, juntamente com Arnaldo Daraya Contier e Francisco Murari, Carlos Vesentini batalhou por mudanças. Etapa difícil, batalha inglória, que representou o amadurecimento depois dos fracassos” (SILVA, 1990, p. 132).

Intelectual resistente, professor capaz de envolver seus alunos, historiador de larga capacidade teórica: esta seria a tríade pela qual Carlos Alberto Vesentini seria lembrado, segundo as homenagens a ele dedicadas, nos cânones da disciplina histórica.

Eurípedes Simões de Paula⁸⁰

Fundador da *Revista de História* da USP e catedrático da cadeira de Civilização Antiga e Medieval, Eurípedes Simões de Paula foi homenageado por seu ex-assistente Aldo Janotti assim que a revista paulista retomou suas atividades, em 1983. O retrato lá esboçado é o de um professor cuidadoso e generoso, preocupado com seus assistentes:

Ao serviço que seus assistentes prestavam no âmbito da Cadeira, respondia o Catedrático: amparava, incentivava, interessava-se por encontrar as melhores condições de trabalho para os seus assistentes. E não parava aí: orientava-lhes a produção científica, obtinha-lhes bolsas de estudo para o aperfeiçoamento no exterior, solidarizava-se com eles. Suserano universitário, era o protetor dos seus assistentes. (JANOTTI, 1983, p. 207)

O sistema de cátedras, que vigorou no sistema universitário brasileiro até a reforma de 1968, de fato privilegiava um tipo de relação profissional altamente hierárquico – chamado por Janotti de “feudal”. Mas Simões de Paula aparece aqui como um “suserano” atencioso com seus subordinados. Janotti continua:

Íntegro e mais experiente de vida, ele se comportava como confidente e conselheiro. Apadrinhava casamentos. Se necessário, prestava favores de ordem material. Era o amigo dos seus assistentes. [...] A preocupação com o cultivo da cultura suplantava de longe a preocupação com o cultivo da carreira. (ibid., p. 208)

⁸⁰ Nascido em 15 de novembro de 1910 e falecido em 21 de novembro de 1977, Eurípedes Simões de Paula fez sua carreira na USP, onde se formou em Direito (1935) e em Geografia e História (1936). Doutou-se na mesma instituição em 1942, sendo sua a primeira tese defendida na USP. Foi também fundador e dono da *Revista de História* da USP até seu falecimento.

A figura de orientador se fortalece quando, ao lado das virtudes pessoais, Janotti define Eurípedes como “Um professor que tinha inata vocação para o magistério: era consciente de sua missão, sempre esteve bem equipado para cumpri-la, queria bem aos seus alunos, estimulava-os, emprestava-lhes livros, era tolerante, alegre, otimista, gostava do convívio com a juventude” (JANOTTI, 1983, p. 210). De seu trabalho como historiador, diz:

[...] o historiador de produção fértil e generosa, que não se preocupava apenas com a elaboração de trabalhos eruditos mas que, plenamente cômico da sua função social de historiador, também procurava fazer-se entender o mais fácil e amplamente que possível, escrevendo sobre questões históricas as mais variadas. (ibid., loc. cit.)

Janotti ainda menciona uma coleção de virtudes morais de Simões de Paula, em passagens como “Perdemos o homem bom: o homem sensível às dificuldades e ao sofrimento do seu semelhante; que procurava ajudar a todos e que se sentia feliz a todos ajudando [...]” (ibid., p. 211), ou, mais à frente,

Perdemos o homem otimista: que era saudável, que tinha alegria de viver, que sabia transformar as dificuldades em facilidades, que estimulava o colega, o aluno e o subordinado, que tinha a boa vontade, que infundia a confiança e confiava e que sempre esteve reconciliado com o ser humano. (ibid., loc. cit.)

A virtude moral, associada às qualidades enquanto pesquisador e professor, completa o quadro de Janotti com uma nota pessoal de saudade. Tendo sido próximo de Eurípedes Simões de Paula – “Venho à Faculdade, mas não vejo mais meu mestre, meu amigo, meu padrinho de casamento, meu chefe” (ibid., p. 212) – o autor legitima seu relato na relação estreita com o homenageado, o qual honra com uma homenagem que visa dar os parâmetros para que as gerações posteriores interpretem sua vida e obra.

Joaquim Barradas de Carvalho⁸¹

⁸¹ Português, nascido em 13 de junho de 1920 e falecido em 1980, Joaquim Barradas de Carvalho lecionou na USP de 1964 a 1969. Formado em História e Filosofia na Universidade de Lisboa (1946), doutorou-se na Universidade em Paris em 1961. Retornou à Europa em 1970, trabalhando no CNRS (França) de 1970 a 1976 e na Universidade de Lisboa de 1977 até sua morte.

Sobre o historiador português Joaquim Barradas de Carvalho, é a erudição que salta aos olhos no obituário escrito por seu ex-aluno, Adalberto Marson:

Nosso espanto aumentava à medida que ele ia desfiando uma profusão de autores, citações, filosofias, problemas teóricos e de método, disciplinas e ramos do conhecimento, enfim, uma quantidade de referências que só aos poucos, em sua paciência proverbial, começava a dar sentido, arrumando em conjuntos ordenados e coerentes o que parecia isolado e superficial [...] (MARSON, 1981, p. 285)

Paciência, capacidade de organização, profundidade analítica: todas qualidades do pesquisador que se dedica intensamente ao seu ofício. Barradas aparece aqui retratado como um intelectual capaz de articular seu profundo conhecimento para evidenciar sentidos que passariam despercebidos de outra forma. Mais adiante, Marson reforça:

Nesta grande síntese, Barradas apresentava a atualização teórica ao lado de uma invejável formação erudita, aquela paciente e rigorosa verificação das unidades elementares da pesquisa (desde as edições de um texto até o nexos das palavras e dos números). [...] Sua memória prodigiosa convidava-nos a ter curiosidade pelas mínimas coisas e a tirar delas relações nunca imaginadas, ao mesmo tempo que nos atiçava as questões do presente, discutindo, tomando posição e compreendendo [diferentes fenômenos históricos de seu tempo] (ibid., p. 286)

Memória prodigiosa e curiosidade por fenômenos históricos do presente constituem outras figuras importantes neste retrato. A primeira, ligada à ideia de erudição, aponta ao domínio magistral do conteúdo; a segunda, a uma concepção de história que incita o historiador a decompor o presente em suas camadas históricas. Marson finaliza o texto dizendo:

Ficará a imagem do professor democrata e educado em suas maneiras e em sua cultura, que acreditava na capacidade criadora dos alunos, seja tratando-se como seus iguais (com generosa atenção até com os mais despreparados) seja formando grupos de pesquisa, coisa muito rara numa escola cheia de autoritarismo vazio e burocrático. [...] Do historiador preocupado em fazer e refazer a história de modo autêntico que nos refreava o ímpeto às vezes inconsequente de levar tudo para um ativismo estreito e nos abria novos horizontes de reflexão, para além das visões conservadoras e das simplificações dogmáticas e culturalmente pobres. (ibid., p. 287-288)

Essa capacidade de superar o “ativismo estreito”, em consonância com as características mencionadas anteriormente, compõe o retrato de um intelectual

preocupado com a capacidade de produção do saber histórico enquanto um saber capaz de operar não apenas com o passado, mas também com o presente.

Peter Eisenberg⁸²

Lembrando do colega Peter Eisenberg em obituário publicado em 1988, o professor Robert Slenes foi categórico ao afirmar que

Peter foi um dos raros indivíduos de quem se pode dizer que a vida particular e a vida profissional eram feitas do mesmo pano; os adjetivos que seus amigos e colegas têm usado para caracterizá-lo como pessoa - íntegro, idealista, generoso, justo - se aplicam com igual força à sua atuação na profissão. (SLENES, 1988, p. 285)

Integridade e generosidade, virtudes já antes evocadas em outras homenagens, formariam os fios condutores para entendermos a trajetória biográfica e intelectual de Eisenberg. Slenes elogia longamente os trabalhos do colega nos arquivos, que o teriam permitindo encampar grandes avanços na história social dos anos de 1970 e 1980 (ibid., p. 287-288). No que se refere à sua postura como pesquisador e professor, diz:

No ensino da pós-graduação, Peter atraía muitos alunos, que admiravam na sua orientação as qualidades que caracterizavam sua prática de pesquisa: a crítica rigorosa (mas sempre feita com tato), a honestidade intelectual, a convicção de que o trabalho acadêmico - e especialmente o de seus alunos - valia a pena. Peter exigia muito de seus orientados, mas dava também muito de si, gastando horas e horas na leitura de trabalhos e capítulos submetidos à sua apreciação (sempre, diga-se de passagem, fazendo isso com pontualidade, não deixando o aluno esperar semanas por uma resposta). (ibid., p. 288)

Orientador dedicado aos seus alunos, aos quais estenderia o rigor e a honestidade que marcavam seu próprio trabalho intelectual, o Eisenberg que nos apresenta Slenes é alguém que se dedicou ao labor das humanidades até seus últimos dias:

Durante os últimos oito anos, Peter tinha uma saúde precária, com uma perspectiva de vida incerta. Apesar disso, nunca o vi queixar-se de sua sorte, muito menos usar de sua condição cardíaca - embora seríssima - como pretexto para reduzir suas atividades na

⁸² Nascido em 1940 e falecido em 1988, o norte-americano Peter Louis Eisenberg se graduou em Filosofia em Yale (1961), se doutorou em História na Columbia University em 1969 e trabalhou como professor na Unicamp de 1975 até sua morte.

universidade. Ele enfrentava a vida com otimismo e garra. E pesquisava. Não abdicava do trabalho intelectual. Nesta afirmação da vida e da importância da vocação de professor e historiador, Peter nos deixa um exemplo de dignidade e coragem. (SLENES, 1988, p. 289)

O intelectual para o qual seu trabalho merece dedicação absoluta, ao mesmo tempo em que orienta seus alunos com atenção e cuida dos colegas e amigos com generosidade. Esse último retrato finaliza a delimitação dos elementos que nos permitirão pensar nos enunciados evocados.

Personae Acadêmicas: Eixos de Referência

Diferentemente do que Herman Paul observou para a historiografia alemã novecentista, no Brasil do século XX nomes próprios e *personae* não parecem se agrupar com facilidade. Se, de um lado, “Quando historiadores do século XIX mapeavam seu campo ou tentavam localizar uns aos outros em um mapa disciplinar, eles frequentemente usavam tais nomes próprios como descrições abreviadas de concepções rivais de *scholarly self*” (PAUL, 2016, p. 333), de outro, não temos algo semelhante na historiografia brasileira, ao menos no período sobre o qual nos debruçamos.⁸³ Isso não significa, absolutamente, que os modelos de conduta visados pelo conceito de *persona acadêmica* não existam em nosso contexto; ao invés disso, temos modelos que se definem mais ou menos em relação a três eixos organizadores, que discutiremos a seguir: (1) postura interpretativa, (2) posicionamento político e (3) atuação professoral. Evidentemente, essa distinção tem fins apenas didáticos; conforme veremos, os três eixos estão profundamente imbricados uns aos outros.

Postura Interpretativa

Um primeiro aspecto que parece transparecer em boa parte das homenagens analisadas se refere ao eixo que delimita uma certa postura em relação à história. As interpretações divergentes da obra de Sérgio Buarque, por exemplo, são evidência desses atritos: enquanto Antonio Candido sublinha o gênio interpretativo, a

⁸³ Ver ainda PAUL, 2013. Em sua apresentação “*Erudite and/or Imaginative: Scholarly Personae in French Historiography, 1870-1940*”, realizada na conferência *The Persona of the Historian*, em 2017, Camille Creighton também avaliou que a historiografia francesa também não parece organizar seus modelos em torno de nomes próprios.

capacidade de produzir sentidos na história, Alfredo Bosi e Suely Queiroz destacam o historiador humilde, cuidadoso e submisso às fontes. Do ponto de vista da trajetória profissional de Sérgio Buarque, poderíamos dizer que cada obituário foca uma fase específica de sua obra – do “intérprete de juventude” ao “pesquisador maduro”. Mas se não nos importa especificamente descobrir quem verdadeiramente foi Sérgio Buarque, é possível conciliar esses dois modelos considerando que eles se referem a diferentes repertórios disponíveis aos historiadores do período.

Seria possível dizer, neste sentido, que vemos um campo no qual convivem concepções de história e de historiador cuja dissonância relativa nos permite ver com mais clareza em que medida não seria possível dizer que dado objetivo (como a precisão de crítica documental) seja absolutamente superior a todos os outros, ou que seja perseguido em detrimento de todos os outros. Nos obituários e homenagens a José Honório Rodrigues, por exemplo, vemos que seu modo apaixonado de escrever história se conjugava a um amor ao presente e à postura crítica em relação aos documentos. Comparado a Pirenne e Febvre, José Honório aparece como figura de pioneirismo: apaixonado e reflexivo, mas sem abandonar os rigores da pesquisa documental (MAIOR, 1987, p. 8).

Carlos Vesentini e Barradas de Carvalho aparecem retratados ainda em torno de um terceiro eixo de modelos no que se refere à postura interpretativa: em ambos a erudição se combina à capacidade teórico-analítica – Vesentini debruçado sobre as complexas relações entre memória e história (LENHARO, 1990; SILVA; 1990), e Carvalho (MARSON, 1981) munido de ferramentas conceituais capazes de desvelar sentidos inesperados na realidade.

O campo da postura interpretativa articula, enquanto parte das personae disponíveis aos historiadores brasileiros do período, as difíceis conexões entre determinadas concepções de história e as características que se considera necessárias para realizar tais concepções. É aqui que vemos o aspecto “mais ou menos técnico” do que significaria “ser historiador”: definem-se as margens dentro das quais um historiador pode se aventurar no esforço interpretativo, assim como as hierarquias entre as virtudes de análise documental e as de capacidade imaginativa. Aspecto “mais ou menos técnico” no sentido de que opera mais diretamente no nível da pesquisa histórica, guiando práticas e definindo critérios de aceitabilidade.

Um outro segmento importante dos modelos de conduta aqui estudados parece ser o da política – não apenas no sentido partidário e institucional, mas também nas relações mais difusas de poder. É nesse sentido que podemos entender passagens como a afirmação de que José Honório Rodrigues defenderia que “o historiador deve ter um grande interesse por todo e qualquer aspecto do seu entorno” (MAIOR, 1987, p. 8), ou na postura de Barradas de Carvalho enquanto “professor democrata”, capaz de tratar seus alunos como iguais (MARSON, 1981, 287-288).

Do ponto de vista mais tradicional da ideia de contexto, parecer-me-ia plausível afirmar que a presença da política nas *personae* dos historiadores brasileiros deve muito à relação estabelecida entre esses intelectuais e o regime militar, assim como à força de certas correntes marxistas no pensamento social brasileiro. Se essas conexões são legítimas, de outro lado também são de avaliação muito difícil, carecendo de evidências mais concretas para uma afirmação tão ampla. Em que pese o tom de intuição nessa avaliação, também não me parece absurdo levá-las em conta, mesmo que à distância.

Em uma perspectiva política mais tradicional, o envolvimento de Sérgio Buarque com a fundação do Partido dos Trabalhadores talvez seja o fato mais notável, mas que passa ao largo das homenagens póstumas. O texto de Antonio Candido é atravessado pelo tema da política, afirmando a “avançada consciência democrática” de Sérgio Buarque (CANDIDO, 1982, p. 9), mencionando particularmente sua aposentadoria voluntária em protesto contra intervenções do governo militar na USP e seu papel na fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980 (*ibid.*, loc. cit). Mais modestamente, Carlos Vesentini também é lembrado pela atuação resistente enquanto membro do Conselho Departamental da USP, na qual teria batalhado por mudanças (SILVA, 1990).

A consciência da estreita relação entre a escrita da história e a política parece marca importante da historiografia brasileira do período, ao menos se considerarmos que ela aparece tanto em aspectos difusos quanto na esfera mais tradicional da política partidária.

Atuação Professoral

O terceiro setor marcante nas *personae* do historiador brasileiro no período se refere à sua atuação enquanto professor. Aqui, Carlos Vesentini, Barradas de Carvalho e Peter Eisenberg se destacam e nos fornecem os melhores indícios em torno da questão. Os obituários dos três historiadores lembram de sua dedicação à docência enquanto características marcantes das suas trajetórias profissionais.

Vesentini aparece como professor diligente que “Apesar das classes repletas, costumava dar tratamento individualizado a cada aluno da graduação [...]” (LENHARO, 1990, p. 123). De Carvalho, destaca-se sua consciência democrática, graças à qual tratava seus alunos de maneira séria e respeitosa (MARSON, 1981, p. 287-288). Por fim, Eisenberg é lembrado como orientador exigente e dedicado, cuja “crítica rigorosa”, “honestidade intelectual” e “a convicção de que o trabalho acadêmico - e especialmente o de seus alunos - valia a pena” o definiam enquanto docente (SLENES, 1988, p. 288).

Tendo em vista que a formação de professores foi o principal objetivo dos cursos de História durante as décadas que precederam a expansão da pós-graduação – e, em muitos sentidos, permanece, ainda hoje, como tarefa central das licenciaturas – ter a atuação professoral como eixo definidor das *personae* dos historiadores brasileiros do período é bastante significativo. Em muitos sentidos, as ligações entre as figuras do “professor de história” e do “historiador” e entre os cursos de bacharelado e de licenciatura permanecerão problemáticas ainda por muitos anos.⁸⁴

Mais ainda, se optarmos por ler as referências de maneira mais crítica, pode-se colocar em questão que o elogio à postura docente dos homenageados parece indício de que tal postura não era largamente partilhada por outros professores nos cursos de História. Assim, se Eisenberg respondia prontamente a seus orientandos, “não deixando o aluno esperar semanas por uma resposta” (SLENES, 1988, p. 288), fica a sensação (um tanto cínica) de que talvez muitos outros orientadores do período fossem relapsos com seus pupilos.

Personae Acadêmica e Scholarly Selves: Entre Modelos e Performances

⁸⁴ Se hoje temos um campo pujante de reflexão sobre o ensino de história, com a ANPUH estabelecendo um periódico dedicado exclusivamente a tal campo, não devemos nos enganar: o papel da disciplina no currículo escolar e a relação entre historiador-professor de história já era pauta nos anos de 1980. Mesmo que os textos sobre o ensino não tenham feito parte do corpus documental desta tese, verificamos a existência de vários artigos preocupados em pensar o ensino de história em meio à ditadura militar e, em seguida, no processo de redemocratização do Brasil.

Tendo em vista a leitura do material aqui operada, devemos inevitavelmente refinar os *insights* iniciais em torno do problema das *personae* dos historiadores brasileiros. Conforme delimitamos na arquitetura conceitual ao longo do primeiro capítulo, *personae* são modelos de como ser historiador: constelações que organizam virtudes (epistêmicas, morais, cívicas) e interesses (epistêmicos, econômicos, políticos) e que definem certos tipos de conduta das quais os indivíduos podem se apropriar para serem reconhecidos enquanto historiadores. Ao longo de sua formação e de sua carreira, seja qual for a organização desse processo (institucionalmente, ou pelo autodidatismo), indivíduos passam por um processo relativamente longo e complexo de subjetivação durante o qual devem se posicionar em relação a esses modelos. Ao mesmo tempo, nenhum indivíduo incorpora inteiramente um único modelo: a tensão entre a agência individual e as pressões sociais (das instituições, dos pares, dos leitores, enfim, do *lugar social*) torna possível que, em suas performances particulares, cada indivíduo se aproprie de certas características, rejeite outras, adaptando-as às suas situações. Essa perspectiva situacionista nos permite manter, portanto, um par conceitual importante: de um lado, modelos abstratos (*personae*) que compõem um repositório, um repertório de características possíveis de serem apropriadas em um dado contexto; de outro, as performances individuais (*selves*) em sua especificidade, resultantes da tensão de resolução impossível (e, portanto, não dialética) entre as forças do lugar e a margem de manobra da agência do indivíduo.

Em primeiro lugar, mais do que modelos cristalizados em torno de certos nomes, como na historiografia alemã, gostaria de propor que na historiografia brasileira as *personae* se definem em posições relativas a certos eixos temáticos. Neste trabalho vimos que, para os anos de 1980-1990, três eixos proeminentes seriam a postura interpretativa, o posicionamento político e a atuação professoral. Se levarmos em conta os limites das fontes disponíveis, seria possível supor que mais alguns eixos fossem igualmente importantes no período, mas a rarefação documental nos dificulta captar a existência de tais eixos.⁸⁵ Neste sentido, o complexo processo de subjetivação pelo qual passam os historiadores em sua formação tem um caráter

⁸⁵ Hoje, passados quase de trinta anos, é perfeitamente possível que os eixos definidores sejam outros. Estudos empíricos são necessários para avaliar tal deslocamento. De uma abordagem mais anedótica, no entanto, eu diria que as mudanças não tenham sido tão profundas desde 1990.

diferente no Brasil de fins do século XX em relação à Europa do XVIII-XIX. A figura do mestre a ser seguido ou repudiado não parece ter tanta preponderância, e em seu lugar temos a dispersão de posicionamentos em torno de eixos definidores.

No que se refere ao problema das performances individuais, uma primeira onda de estudos sobre *personae* acadêmicas e *scholarly selves* vem mostrando os limites de nossas fontes no sentido de elaborar uma distinção ainda que didática entre modelos e performances. Em obituários, homenagens e cartas, quando se referindo aos seus mestres e colegas mais destacados, parece-me mais plausível dizer que opera a produção de modelos – ao compor certo retrato do outro, representa-se ali um certo tipo de historiador. Seria preciso um estudo de muito maior fôlego, capaz de situar tais modelos diacronicamente, para estabelecer as flutuações nesses modelos e entender a dinâmica da apropriação e da reconfiguração dos mesmos. Em outros termos: seria preciso checar verificar diferentes gerações para notar como certos autores de homenagens foram homenageados posteriormente, e, assim, estabelecer os deslocamentos dessas formações discursivas. Um exemplo bastante simples seria propor um estudo que verificasse os obituários e homenagens feitos pela geração de Sérgio Buarque e Eurípedes Simões de Paula para compará-los aos textos aqui analisados.

Confirma-se, portanto, a percepção inicial de que esta tese opera mais ao nível sincrônico e descritivo do que no diacrônico-narrativo. *Personae* emergem e se reconfiguram em tempos mais longos, e, carentes de etnografias dos historiadores, apenas através do estudo longo e paciente dos diferentes modelos ao longo de várias décadas seríamos capazes de entender melhor as relações entre modelos e performances.

Considerações Finais

Esta tese buscou mapear (1) as virtudes epistêmicas e (2) as *personae* acadêmicas presentes na historiografia universitária brasileira entre 1980 e 1990 a partir da leitura e análise de resenhas, ensaios bibliográficos, obituários e homenagens publicados em revistas acadêmicas da área de História no período delimitado. Um tal trabalho, cujos personagens principais são formações discursivas e enunciados, mais do que indivíduos de carne e osso, impôs certos esforços específicos para produzir um campo de leitura adequado. É neste sentido que o primeiro capítulo discutiu a dimensão conceitual da tese: nossos personagens, virtudes epistêmicas e *personae* acadêmicas, precisaram ser bem definidos para que as análises posteriores não ficassem demasiadamente à deriva e tivessem balizas firmes em relação às quais seria possível avaliá-las. Em que pese a tradicional querela entre quem espera um capítulo teórico e quem prefere ver os problemas conceituais trabalhados ao longo das análises, pareceu-me mais prudente e rigoroso elaborar uma tal discussão logo na partida.

Enquanto primeiro exercício para responder aos problemas colocados na introdução referentes à tensão entre história crítica e história afirmativa, busquei mostrar, em plano mais geral, que o deslocamento do sujeito é possível também na história da historiografia. Para tanto, optei pelo caminho mais específico oferecido pelos conceitos de virtude epistêmica e *persona* acadêmica, abordando os mecanismos atuantes no longo e complexo processo de subjetivação do historiador. Enquanto elementos mais fundamentais desse processo, as virtudes epistêmicas delineiam disposições e faculdades cognitivas cuja posse e exercício permite ao historiador realizar bem seu trabalho; já a *persona* designa diferentes configurações dessas virtudes em relação a outros aspectos (objetivos epistêmicos, motivações extra epistêmicas, virtudes morais, etc.), formando como que fisionomias socialmente reconhecíveis, que permitem a um indivíduo ser reconhecido enquanto historiador.

No capítulo 2, vimos que sobre os fundamentos comuns da historiografia moderna, representada pela ideia do historiador arquivista, várias virtudes epistêmicas fizeram parte do horizonte da historiografia acadêmica brasileira entre 1980 e 1990. A partir da leitura das resenhas publicadas no período, vimos que esses enunciados de virtudes eram parte importante da avaliação pelos pares, e que diferentes concepções

de história orientavam indivíduos a diferentes constelações de virtudes. Após a análise formal dessas resenhas, que nos revelou algumas características peculiares do gênero na disciplina histórica no Brasil, pudemos verificar que (1) os historiadores brasileiros são efetivamente avaliados em relação a essas virtudes e que (2) essas virtudes estão sempre ligadas a concepções mais amplas de história, que orientam os sentidos do trabalho historiográfico. Essas constatações nos permitem reforçar a ideia de que a análise das virtudes epistêmicas deve ser sempre conjugada à das *personae* às quais os indivíduos se relacionam em dado momento.

No capítulo 3, a partir do conceito de *persona* acadêmica, fomos capazes de delinear três eixos importantes na constituição de tais *personae* na historiografia brasileira do período – postura interpretativa, posicionamento político e atuação professoral. Assim, diferentemente do caso alemão, as *personae* presentes no campo disciplinar brasileiro se caracterizavam mais enquanto estabelecimento de eixos e de posições nesses eixos do que modelos construídos sob nomes de grandes mestres. Não encontramos, como seria possível no caso alemão, modelos de conduta cristalizados sob os nomes dos grandes historiadores homenageados – Sérgio Buarque, ou José Honório... – mas sim o elogio a determinadas tomadas de posição em relação a esses três eixos. Ficam visíveis, por exemplo, as figuras do professor democrata, do intelectual resistente, etc. Essa constatação certamente contribui para um melhor entendimento do fenômeno das *personae* em contextos diferentes da Alemanha e da Holanda nos séculos XVIII e XIX, tais quais analisados por Herman Paul. Não se trata de descartar o conceito, pois vimos que tais modelos existem e são operantes também na historiografia brasileira recente, mas de colocar em questão as diferentes configurações possíveis dessas *personae* em relação às diferentes características dos campos historiográficos de cada lugar.

Esses dois breves exercícios mostram que os conceitos de virtudes epistêmicas e *persona* acadêmica são, sim, operacionais em contextos diferentes daqueles visados por Paul, e que, sim, são capazes de iluminar fenômenos da historiografia brasileira recente. Vimos, assim, que longe de ser uma ideia moralizante e retrógrada, a posse de certas disposições subjetivas e o exercício de certas virtudes permanece parte importante da maneira pela qual o campo historiográfico regula a si mesmo. Como bem colocaram Lorraine Daston e Peter Gallison (2007, p. 40), “O domínio de práticas científicas está inevitavelmente ligado ao domínio de si, ao cultivo assíduo de um certo tipo de eu [self]. E onde o eu [self] aparece tanto como escultor

quanto como escultura, o ethos aparece quer queira, quer não”. Afirmar a importância do sujeito na produção do conhecimento, longe de ser a capitulação a um subjetivismo relativista que tanto assusta parte significativa dos historiadores, é reconhecer parte importante do processo pelo qual se produzem discursos sobre o mundo.⁸⁶ É neste sentido que a presente tese se une a esforços já consolidados, como os de Daston e Gallison, mas também os de Steven Shapin (1991; 2008) e outros historiadores da ciência que evidenciaram as relações entre a produção de verdade e a produção de um sujeito apto a produzir tais discursos de verdade (e.g. DASTON e LUNBECK, 2011). Gostaria, por fim, de fazer alguns adendos de ordem teórico-metodológica tendo em vista as potencialidades e os limites do trabalho realizado.

Minimalismo Contextual

A análise dos materiais coligidos pode parecer um pouco árida e econômica, mas cabe aqui ainda um outro esclarecimento: optei por conjugar o esforço quase “cartográfico” desta tese a uma concepção minimalista de contexto. Se de uma parte não pude evitar certas referências ao horizonte mais amplo da sociedade brasileira do período, de outra optei por não apelar para relações muito difusas, pouco palpáveis entre uma determinada configuração discursiva e o fundo às vezes místico do “contexto”.⁸⁷ Tal concepção minimalista me parece bastante oportuna e profícua para um exercício exploratório como o desta tese por alguns motivos: (1) abstém-se da discussão em torno da definição de um nível fundamental ao qual seria possível reduzir todos os outros; (2) torna menos impreciso o alcance das categorias analisadas; (3) reforça o deslocamento do sujeito individual; (4) estabelece as bases para a análise diacrônica dos fenômenos propostos.

Em primeiro lugar, a abstenção em torno da busca de um nível fundamental de realidade evita a tentação de reduzir virtudes epistêmicas e *personae* acadêmicas a expressões de um fundo mais elementar – sejam problemas de classe social, sejam

⁸⁶ O apagamento do sujeito, aliás, é tema que a filosofia da ciência já descartou há muito tempo. O conceito de ciência que certos historiadores mobilizam para recusar discussões como a do narrativismo já pareceria estranho a cientistas do início do século XX. Ver, por exemplo, KINDI (2010).

⁸⁷ Dominick LaCapra (1985, p. 132-133) alertou para a ausência de critério abstrato para distinguir a contextualização necessária da contextualização excessiva. É importante notar que mesmo após a ascensão do contextualismo de Cambridge, o problema acerca da definição de contexto e, mais especificamente, de contexto suficiente permanece em aberto. Ver HOLSINGER, 2011; JAY, 2011; SHOGIMEN, 2016.

ligações metonímicas com a estrutura mais ampla do campo universitário. Em outros termos, pareceu-me pouco proveitoso tentar determinar relações causais entre configurações de virtudes epistêmicas ou *personae* acadêmicas e alguma estrutura exterior de maior alcance – não apenas pela dificuldade em construir tal elo causal, mas também tendo em vista a própria postura do trabalho, que estabelece um recorte bastante preciso de descrever formações discursivas.

Quanto ao segundo ponto, ao evitar a regressão infinita e o nó complicado da “tradição”, permite estabelecer contornos menos nebulosos para as formações aqui descritas. Isso não significa, por exemplo, que a “sensibilidade histórica” enquanto virtude epistêmica tenha nascido nos anos de 1980 – isso nunca foi afirmado – mas que a ligação entre o enunciado descrito no recorte proposto neste trabalho e seus possíveis antecedentes não pode ser tomada por óbvia e não-problemática. Se temos a preocupação em torno dessa “sensibilidade” no historicismo alemão e entre os românticos na França, qualquer ligação umbilical entre tais fenômenos e aquele descrito nesta tese precisa ser justificada através de critérios claros, um trabalho que requer tempo e erudição que em muito excedem os limites de uma tese de doutorado tal como ela se configura nos dias de hoje. Assim, no esforço de descrição sincrônica dessas formações, optei por descartar a busca pelas ligações entre tais enunciados e uma possível “tradição” ao qual se atrelariam.

Ligado ao segundo ponto, temos que o minimalismo conceitual evidencia melhor o deslocamento de uma história centrada em indivíduos para uma análise de formações discursivas. O recurso aos nomes próprios e ao estabelecimento do “contexto” de tais nomes (de onde vieram, quem orientaram, etc.) concede demais ao modelo de história do qual esta tese buscou se distanciar. Uma prosopografia da historiografia acadêmica brasileira no período certamente seria esforço nobre e valioso, mas seria de valor questionável na estrutura analítica aqui estabelecida.⁸⁸

Finalmente, por consequência direta dos três fatores anteriores, todo o esforço descritivo aqui operado lança as bases para a leitura diacrônica, em contraste com outros períodos, e nos quais poderemos começar a entender melhor as

⁸⁸ Em que pese o caráter ainda incipiente de declarações de interesse, faço notar que junto do final da tese iniciei o esforço para a construção de um banco de dados referente aos programas de pós-graduação em História no Brasil desde suas fundações até os anos 2000. Junto de outros colegas, estamos procedendo a coleta e arquivamento de metadados dessas teses para, em seguida, iniciar os esforços para digitalizar os acervos ainda não digitalizados pelos próprios programas e oferecer instrumentos de pesquisa valiosos para a área.

flutuações dinâmicas de virtudes e *personae* do campo historiográfico brasileiro. Entendo que apenas a partir do estabelecimento de várias séries sincrônicas será possível avançar qualquer trabalho de ambições diacrônicas no que se refere às virtudes epistêmicas e à persona do historiador brasileiro.

Constituição de Séries e História da Historiografia

É importante notar: a prevalência dos nomes individuais e das escolas enquanto sujeitos das histórias da historiografia não resulta de alguma insuficiência conceitual. Ao contrário, a produção recente da área de história da historiografia demonstra a variedade de abordagens teóricas e a riqueza analítica propiciada por certas arquiteturas conceituais bastante refinadas. Parece-me, no entanto, que três fatores contribuem para a dificuldade em deslocar tais narrativas de seus sujeitos mais tradicionais: (1) o caráter de elite da historiografia acadêmica; (2) a rarefação documental; e (3) o imbróglio da representatividade.

Historiografia Acadêmica como Fenômeno de Elite

Em que pese a ausência de estudos sobre a origem social dos indivíduos recrutados e treinados enquanto historiadores a partir da criação das Faculdades de Filosofia em 1931 ou, mais especificamente, a partir da expansão da pós-graduação quase quatro décadas depois, parece-me razoável caracterizar a historiografia acadêmica enquanto um fenômeno de elite. O termo elite, aqui, não está direta e exclusivamente ligado ao nível econômico, mas designa a formação de um grupo social restrito e exclusivo, caracterizado pelo acesso, posse e controle sobre certo tipo de capital – neste caso, simbólico e cultural.⁸⁹ Assim, proponho que entender a historiografia acadêmica enquanto fenômeno de elite significa abordar os diferentes mecanismos responsáveis pela inclusão ou exclusão de indivíduos no ou do grupo, bem como a dinâmica de poder interna ao campo.

Não me parece absurdo afirmar que o tamanho reduzido de indivíduos pertencentes ao grupo favorece o tipo de narrativa que encontramos mais comumente

⁸⁹ Assim, tento aproximar minha definição de elite das discussões operadas por Shamus Khan (2012, esp. p. 362). Trata-se, ademais, de discussão absolutamente distinta da elaborada por Carlos Guilherme Mota nos anos de 1970 em torno de um suposto elitismo da historiografia brasileira.

nos estudos sobre a historiografia. De maneira semelhante à condução da “história da filosofia”, onde nomes e correntes aparecem em ordenamento linear, a história da historiografia organizaria seus poucos praticantes – ou, ainda, os mais destacados entre eles – de maneira a apresentar o processo de constituição da historiografia científica moderna, ou as ditas rupturas paradigmáticas promovidas por diferentes agentes.

De outra parte, uma vez que somos nós, historiadores, quem escreve nossa própria história, não é preciso muita imaginação para perceber os incentivos à manutenção de uma história da historiografia centrada em nomes próprios ou em grupos mais ou menos coesos de indivíduos. Não necessariamente pelos aspectos extra epistêmicos, como admiração, filiação ou mesmo vaidade, mas porque evidenciar o caráter histórico e contingente da disciplina sempre levantará a suspeição do ceticismo e do relativismo.⁹⁰

Enquanto fenômeno de elite, portanto, a historiografia acadêmica se dá mais facilmente ao esquema narrativo centrado nos grandes indivíduos e nas escolas históricas, esquemas estes que permitem, mesmo nas histórias críticas da historiografia, domesticar os riscos da subversão das fronteiras disciplinares.

Rarefação Documental

Ligado ao primeiro fator, temos ainda a rarefação documental. Seria desnecessário comparar o número de registros cartoriais produzidos por diferentes camadas sociais e a produção de material por parte de historiadores acadêmicos. Neste sentido, os deslocamentos produzidos pela história social a partir não apenas do uso de métodos quantitativos, mas mesmo de estudos mais localizados, a partir da leitura de processos-crime, por exemplo, torna-se improvável para a história da historiografia. Mesmo que a produção científica tenha atingido, nos últimos anos, patamares inéditos – o que sugere que talvez abordagens quantitativas possam se tornar plausíveis para a análise da historiografia a partir do final dos anos de 1990 – ainda é pouco factível imaginar estudos sobre historiografia inspirados em abordagens

⁹⁰ É neste sentido que entendo a marginalidade do campo da teoria da história em relação às outras especialidades da disciplina. O fato de Brasil e Holanda contarem com setores específicos para teoria em departamentos de história raramente passa sem ser mencionado por colegas dos Estados Unidos, da Inglaterra ou da França. Em tais países, a reflexão teórica em departamentos de história beira a inexistência, expurgada para os confins da literatura comparada ou afins.

como, por exemplo, a de *A Formação da Classe Operária Inglesa*, que trata de maneira não-quantitativa um grande número de documentos, ou os estudos de Vovelle e Chaunu, considerados nomes importantes da história quantitativa.

Para além da quantidade, também temos a dispersão dos materiais. A produção intelectual dos historiadores acadêmicos é de difícil acesso mesmo para seus pares – ainda mais se nos lembrarmos que nossa disciplina ainda tem no livro sua principal forma de publicação autoral. Ao historiador que deseja estudar a historiografia do século XX, livros esgotados e desaparecidos são problemas comuns; mesmo os periódicos não contam com uma distribuição adequada em bibliotecas universitárias. E o processo de digitalização no Brasil ainda é tímido quantitativamente e de qualidade terrível. Esses problemas materiais afetam ainda mais o já relativamente pequeno número de materiais-fonte.⁹¹

Assim, parece-me razoável afirmar que essa rarefação documental está diretamente relacionada ao tipo de abordagem realizada atualmente. Para estudarmos uma corrente historiográfica, bastaria então estabelecer o corpus das obras “mais características” e “relevantes” dessa corrente para termos os materiais da pesquisa; enquanto isso, para autores individuais, a quantidade de materiais a serem buscados é infinitamente inferior ao estabelecimento de um movimento coletivo, o que permite que o pesquisador se devote a essa busca “em profundidade”. Mas essas duas estratégias carregam sempre o peso do próximo fator: a questão da representatividade.

Representatividade

Problema comum na sociologia e na história social, a representatividade permanece uma questão aberta para a história da historiografia. O foco extremamente individualizante dos estudos existentes permite escapar parcialmente do problema, uma vez que a questão da representatividade nesses casos está mais ligada à pergunta “em que medida tal texto é representativo da obra deste autor?” – uma pergunta que, de uma só vez, coloca em ação unidades pressupostas muito problemáticas, as de texto, obra e autor. Para os estudos que se dedicam às correntes

⁹¹ Para esta pesquisa mesmo, só foi possível coletar um pequeno número de textos publicados em revistas hoje extintas – não apenas porque elas não estejam digitalizadas, mas também e principalmente porque elas raramente se encontram no acervo das próprias bibliotecas universitárias.

e tradições historiográficas, o terreno é mais delicado: trata-se de argumentar adequadamente pelos critérios adotados para a seleção de determinados autores e a exclusão de outros. Por exemplo: de quem falar quando estudamos o historicismo alemão? Ranke? Droysen? E do movimento dos Annales? Bloch e Febvre, Braudel...?

O problema da representatividade está diretamente ligado ao tipo de abordagem estabelecida. Na medida em que nos interessamos por estabelecer a unidade autor, surge o problema do critério para a seleção de suas obras e do estabelecimento das relações entre elas; se a unidade é mais ampla, de corrente historiográfica, o problema também se amplia, na medida em que não apenas temos de selecionar as características relevantes de cada autor, mas também quais autores fazem parte dessa corrente e os critérios para tal inclusão.

De qualquer maneira, as pesquisas realizadas atualmente definem a representatividade e a relevância de suas fontes a partir dos problemas de pesquisa. Assim se pode triar o grande número de escritos legados por um autor ou por um grupo a partir de uma questão precisa, tornando as fontes tratáveis para a realidade da pesquisa individual. Quando grupos de pesquisa se devotam a esse tipo de problema, a questão é diferente. Tais grupos têm uma capacidade de tratamento de fontes muito maior, possibilitando que vários pesquisadores se dediquem a particularidades e, ao final, elaborem algo como uma “síntese”. Mas permanece aqui o problema da representatividade, no sentido de que essa “síntese” final necessariamente opera com o estabelecimento de uma ordem sobre todo o material elaborado. Ademais, tal solução é meramente heurística e não ataca o imbróglio da representatividade – apenas produz um desvio.

As Séries

O estabelecimento de séries, seguindo as reflexões de Foucault, permite contornar esses três problemas. Em primeiro lugar, desloca a figura do sujeito produtor de discursos, tomando-o agora como produto; a análise se preocupa, portanto, com os mecanismos que produzem indivíduos aptos a exercer o ofício do historiar. Neste sentido, o caráter elitista da empresa historiográfica se torna indiferente: não se trata mais de falar deste ou daquele indivíduo, ferindo egos e levantando suspeitas, mas de fenômenos mais abstratos a partir de seus efeitos concretos. O problema da representatividade também se esvai, tendo em vista que

não se objetiva construir “o historiador representativo”, mas sim as constelações possíveis em um dado momento, inventariando o grande e o pequeno sem necessidade de privilegiar um ou outro.

Em seguida, as séries auxiliam uma outra abordagem à história da historiografia no sentido de que séries discursivas não são necessariamente resultado da quantificação de informações de mesma natureza (como datas ou quantidades de nascimentos, flutuações de preços, etc.). Enquanto uma série quantitativa de dois ou três elementos dificilmente subsidiará algum conhecimento útil na história econômica, mesmo quando articulada a outras séries relacionadas, uma série discursiva de dois ou três elementos já permite delinear uma dada formação discursiva, e já constitui parte importante do quadro (séries de séries) a ser desenhado. Nesta tese, por exemplo, as séries se estabelecem em dois níveis: em primeiro lugar, séries de fontes; em segundo, séries discursivas. Se a primeira tem, sim, o caráter quantitativo (as séries de resenhas e as séries de obituários), a segunda obedece a uma lógica diferente (séries de virtudes e séries de *personae*). A série quantitativa das fontes nos permitiu verificar melhor os aspectos formais de cada tipo de fonte; as séries discursivas das virtudes e das *personae* constituem, efetivamente, o corpo do trabalho – a separação dos materiais e a descrição dos enunciados.

Evidentemente, os três fatores problemáticos da história da historiografia não constituem necessariamente características a serem superadas de maneira definitiva. Conforme afirmei na introdução, a tensão entre as diferentes histórias da historiografia não é dialética, ou seja, não é possível de ser resolvida em uma síntese. Isso significa dizer que cada abordagem diferente, afirmativa ou crítica, biográfica/prosopográfica ou arqueo-genealógica, tem lugar e função distintos, igualmente legítimos e igualmente importantes.

Obituários & Homenagens

BOSI, Alfredo. Homenagem a Sérgio Buarque de Holanda. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 49-53, 1983.

CANDIDO, Antonio. Sérgio em Berlim e depois. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 4-9, 1982.

JANOTTI, Aldo. Eurípedes Simões de Paula (1910-1977). *Revista de História*, São Paulo, n. 114, p. 207-212, 1983.

LENHARO, Alcir. Carlos Alberto Vesentini, historiador. *Revista de História*, São Paulo, n. 122, p. 117-127, 1990.

MAIOR, Armando Souto. José Honório Rodrigues: o Homem e a Obra. *Clio*, Recife, v. 10, p. 5-13, 1987.

MARSON, Adalberto. Presença de um Mestre: Joaquim Barradas de Carvalho. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 285-288, 1981.

MOTA, Carlos Guilherme. José Honório Rodrigues: a obra inacabada. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 107-110, 1988.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). *Revista de História*, São Paulo, n. 114, p. 213-215, 1983.

SILVA, Janice Theodoro da. Carlos Alberto Vesentini (1947-1990). In Memoriam. *Revista de História*, São Paulo, n. 122, p. 129-133, 1990.

SLENES, Robert Weyne. Dizendo adeus a Peter L. Eisenberg. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 285-290, 1988.

Resenhas

ABREU, Alzira Alves de. As Ciências Sociais como Objeto de Estudo - resenha de Aux origines de l'E.H.E.S.S. École des Hautes Études en Sciences Sociales - le rôle du mécénat américain, de Brigitte Mazon. Paris, Les Éditions du Cerf, 1988. 187p. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 137-142, 1990.

ADORNO, Sergio. Resenha de GEBARA, Ademir. O mercado de trabalho livre no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986. 221 p. *Revista de História*, São Paulo, n. 120, p. 195-200, 1989.

ALGRANTI, Leila Mezan. Slavery in the Cities 1820-1860 de Richard Wade. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 207-211, 1985.

_____. Resenha de Joan Landes - Women and the Public Sphere in the age of the French Revolution, Cornell Univ. Press, Ithaca, 1988. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 259-262, 1989.

AMBROZIO, Leonilda. Notas de Leitura de WACHOWICZ, Ruy Christovam. Obrageiros, mensus e colonos; história do oeste paranaense. Curitiba, Vicentina, 1982. 206 p. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 5, n. 8, p. 157-161, 1984.

AQUINO, Maria Aparecida de. O reverso da imagem - resenha da obra de Umberto Eco, Como se faz uma tese. Tradução de Gilson C. C. Souza. São Paulo, Perspectiva, 1983, Col. Estudos/85). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n. 15, p. 205-210, 1987.

_____. Resenha de ANDREWS, George Reid. Blacks and Whites in São Paulo-Brazil (1888-1988). Wisconsin, The University of Wisconsin Press, 1991. *Revista de História*, São Paulo, n. 123-124, p. 149-152, 1991.

ARAÚJO, Alexandra Fuchs de. Resenha de GAY, Peter - O estilo na história, São Paulo: Companhia das Letras, 1990. *Revista de História*, São Paulo, n. 123-124, p. 165-169, 1991.

ARAÚJO, Inês Lacerda. Notas de Leitura de ROMANO, Roberto. Corpo e Cristal: Marx e o romantismo. In: Corpo e cristal: Marx romântico. Rio de Janeiro, Guanabara, 1985. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 6, n. 11, p. 259-261, 1985.

ARAÚJO, Silvia Maria Pereira. Notas de Leitura de FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social (1890-1920). São Paulo, DIFEL, 1976. 283 p. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 3, n. 4, p. 86-89, 1982.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Resenha de MAURO, Frédéric (org.) - La Préindustrialisation du Brésil. Essais sur une économie en transition (1830/1850-1930/1950). Paris, Édition du Centre National de la Recherche Scientifique, 1984. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 260-263, 1985.

_____. Resenha de BRAUDEL, Fernand - A dinâmica do capitalismo. São Paulo, Rocco, 1987. *História*, São Paulo, n. 7, p. 109-111, 1988.

_____. Resenha de HILL, C. - O mundo de ponta cabeça. Trad. de Renato Janine Ribeiro. São Paulo, Companhia das Letras, 1988. *História*, São Paulo, n. 7, p. 112-117, 1988.

_____. Resenha de THOMPSON, E.P. - Senhores e caçadores - A origem da Lei Negra. Trad. Denise Bottmann, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. *História*, São Paulo, n. 8, p. 101-105, 1989.

AVELINO, Yvonne Dias. Resenha de ARAGÃO E FROTA, Luciara Silveira de. Documentação Oral e a Temática da Seca: Estudos. Brasília, Senado Federal, 1985. 348P. *Projeto História*, São Paulo, n. 6, p. 130-132, 1986.

BATISTA NETO, Jonatas. Resenha de NORWICH, John Julius - Byzantium. The Early Centuries. Alfred A. Knopf, New York, 1989, 408 p., 44 ilustrações (cores e preto-e-branco). *Revista de História*, São Paulo, n. 123-124, p. 189-191, 1991.

BENEVIDES, Cezar. Notas de Leitura de JOFFILY, José. Morte na Uien Company; cinqüenta anos depois. Rio de Janeiro, Record, 1983. 294 p. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 134-135, 1983.

BORGES NETO, José. Nietzsche e a História: considerações sobre "Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida". *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 10, n. 18/19, p. 349-362, 1989.

BOTTMANN, Denise. Notas de Leitura de DE DECCA, Edgard S. O silêncio dos vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1981. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 158-163, 1981.

_____. Notas de Leitura de REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo, v. 3, n. 6, set. 1983. 156 p.; v. 4, n. 7, mar. 1984. 164 p. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 6, n. 10, p. 111-114, 1985.

_____. Notas de Leitura de LADURIE, Emmanuel Le Roy. Événement et longe durée dans l'histoire sociale: il'exemple chouan. In: Le territoire de l'historien. Paris, Gallimard, 1973. p. 169-186. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 7, n. 13, p. 280-288, 1986.

BREPOHL, Marionilde Dias. Notas de Leitura de COSTA, Odah Regina Guimarães. A reforma agrária no Paraná. Curitiba, 1977, 318 p. Tese, Professor Titular, Universidade Federal do Paraná. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 3, n. 5, p. 218-219, 1982.

BRESCIANNI, Maria Stella M. Resenha de P. Ariés e G. Duby - Histoire de la vie privée, v. 4 (organizado por Michelle Perrot). De la Revolution à la Grande Guerre, Seuil, 1988. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 213-216, 1989.

BURMESTER, Ana Maria de Oliveira; PAZ, Francisco Moraes. Notas de Leitura de LADURIE, Emmanuel Le Roy. Montailou, village occitan; de 1294 à 1324. Paris, Gallimard, 1975. 642 p. (tradução: Montailou; cátaros e católicos numa aldeia francesa; 1294-1324. Porto, Edições 70, 1985). *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 6, n. 11, p. 261-272, 1985.

CALDAS, Fernando Duarte. Resenha de LOPES, José Sérgio Leite, Coord.. Cultura e identidade operária: Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora, Rio de Janeiro: Marco Zero-UFRJ, 1987, 226 p. *Revista de História*, São Paulo, n. 122, p. 174-181, 1990.

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. Resenha de Conrad, Robert Edgar. Tumbeiros - O tráfico escravista para o Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985. Tradução de Elvira Serápicos. 220 páginas. *Revista de História*, São Paulo, n. 119, p. 239-242, 1988.

CARNEIRO, Henrique. Resenha de SCHNAPPER, Antoine. Le Géant, la Licorne e la Tulipe - Collections françaises au XVII siècle, Paris Flammarion, 1988. *Revista de História*, São Paulo, n. 123-124, p. 207-208, 1991.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Resenha de Eul-Soo Pang, In Pursuit of Honor and Power, Noblemen of the Southern Cross in Nineteenth-Century Brazil (Tuscaloosa and London: University of Alabama Press, 1988). *Clio*, Recife, v. 13, p. 151-152, 1990.

CHOR, Marcos. O Anti-Semitismo na Era Vargas - Resenha de O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945), de Maria Luiza Tucci Carneiro. São Paulo, Brasiliense, 1988, 600 p. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 304-310, 1988.

COIMBRA, Carlos Alberto. A Arte da Memória e o Método Científico: da memória artificial à inteligência artificial - resenha de The art of memory, de Francis Yates. Pelican Book, 1976, 473 p. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 146-152, 1989.

COLI, Jorge. Imagem, trabalho e luta - resenha de LUCIE-SMITH, Edward, e DARS, Celestine - Work and struggle. The painter as witness. S/local, Paddington Press, 1977). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 189-210, 1987.

COLNAGHI, Maria Cristina. Notas de Leitura de GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 341 p. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 163-168, 1981.

_____. Notas de Leitura de BREPOHL, Marionilde Dias. Arrendantes e arrendatários no contexto da soja; região de Cascavel, Paraná, 1960-1980. Curitiba, 1982. 172 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 129-131, 1983.

CORASSIN, Maria Luiza. Resenha de FINLEY, M. Política no mundo antigo. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Zahar, 1985. *Projeto História*, São Paulo, n. 7, p. 185-190, 1987.

CRUZ, Heloisa de Faria. Resenha de FREITAG, Bárbara. A teoria crítica: ontem e hoje. São Paulo, Brasiliense, 1986. *Projeto História*, São Paulo, n. 7, p. 183-185, 1987.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Resenha de Condição Feminina - Condição Operária, um estudo de caso sobre operárias textéis - MAGDA MARIA BELLO NEVES - Tese de Mestrado. DCP/UFMG. *Revista do Depto de História da UFMG*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 139-143, 1986.

DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. Resenha de BETANZOS, JUAN DE (1551): Suma y Narración de los incas. Prólogo transcripción y notas por Ma. C. Martin Rubio. Estudios preliminares de H. Villanueva Urtega, D. Ramas y Ma. Martin Rubio. Edit. Atlas. Madrid. 1987. XCIII. *História*, São Paulo, n. 8, p. 107-109, 1989.

DUARTE, Regina Horta. Resenha de LITVAK, Lily. Musa Libertária - arte, literatura y vida cultural del anarquismo español (1880-1913). Barcelona, Antoni Bosch Editor,

1981, 449p. *Revista do Depto de História da UFMG*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 185-187, 1989.

FARIA, Maria Auxiliadora. Resenha a propósito do livro *Do cabaré ao lar - A utopia da cidade disciplinar - Brasil: 1890-1930* de MARGARETH RAGO. Editora Paz e Terra, 1985. *Revista do Depto de História da UFMG*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 147-148, 1986.

FLORENZANO, Modesto. Resenha de Perry Anderson, *Linhagens do Estado Absolutista*, Porto 1984 (tradução do original: *Lineages of the Absolutist State*, New Left Books, Londres, 1976). *Projeto História*, São Paulo, n. 3, p. 75-77, 1984.

FRANÇA, Fernando César Teixeira. Resenha de RANCIÈRE, Jacques. *A noite dos proletários. Arquivos do sonho operário*. Trad. Marilda Pedreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, 439 p. *Revista de História*, São Paulo, n. 122, p. 181-187, 1990.

FRÓES, Vânia Leite. *A Identificação de um País - resenha de Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, de José Mattoso. Lisboa, Editorial Estampa-Imprensa Universitária, 1985, 2 vols. (457 p. e 324 p.). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 299-304, 1988.

FROTA, Luciara Silveira de Aragão e. Resenha de "O CGT e as Lutas Sindicais Brasileiras (1960-64)", Editora do Grêmio Politécnico, 153 páginas, de Sérgio Amad Costa. *Projeto História*, São Paulo, n. 1, p. 40-43, 1981.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Historiador e Educação dos Sentimentos - resenha de SILVA, Marcos Antônio da. Prazer e Poder do Amigo da Onça - 1943-1962*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, 305 p. 60 figs. *Revista de História*, São Paulo, n. 121, p. 177-180, 1989.

_____. Resenha de SILVA, Marcos Antonio da - *Prazer e poder do amigo da onça - 1943-1962*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. 305 p. *História*, São Paulo, n. 9, p. 179-180, 1990.

_____. Resenha de GUARINELLO, Norberto Luiz. *Imperialismo greco-romano*, São Paulo, Ática, 1987. *Revista de História*, São Paulo, n. 123-124, p. 171-172, 1991.

GERMANO, Rita de Cássia. Resenha de Hay, Douglas (org.). *Albion's fatal tree. Crime and society in eighteenth-century England*. New York, Pantheon Books, 1975, 353 p., il., mapas. *Revista de História*, São Paulo, n. 115, p. 191-195, 1983.

GOMES, Iria Zanoni. *Notas de Leitura de MARX, Karl. Elementos fundamentais para la critica de la economia politica; Borrador 1857-1858*. Mexico, Siglo XXI, 1980. v.1. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 136-142, 1983.

GOMES, Plínio José Freire. Resenha de COURBIN, Alain - *Saberes e Odores*, São Paulo, Cia. das Letras, 1987. *Revista de História*, São Paulo, n. 119, p. 259-262, 1988.

GRYNSZPAN, Mário. Do Geral e do Particular - resenha de O Sul: caminho do roçado; estratégias de reprodução camponesa e transformação social, de Afrânio Garcia Jr., São Paulo, Marco Zero; Brasília; Editora Universidade de Brasília; MCT-CNPq, 1989. 286p. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 285-288, 1990.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Resenha de White, K. D. Greek and Roman Technology. Londres, Thames & Hudson, 1984. *Revista de História*, São Paulo, n. 118, p. 203-208, 1985.

_____. Resenha de HÄGG, R. & MARINATOS, N. (eds.) The Function of the Minoan Palaces. Proceedings of the Fourth International Symposium at the Swedish Institute in Athens, 10/16 June 1984. Estocolmo, 1987, 344 págs. *Revista de História*, São Paulo, n. 121, p. 141-147, 1989.

GUERRA NETO, Abílio da Silva. Notas de Leitura de SPENCE, Jonathan, D. O Palácio da Memória de Matteo Ricci; a história de uma viagem: da Europa da Contra-Reforma à China da dinastia Ming. São Paulo, Companhia das Letras, 1986. 357 p. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 7, n. 13, p. 259-275, 1986.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Resenha de ROUANET, Maria Helena. Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional. São Paulo: Siciliano, 1991. 320 p. *Revista de História*, São Paulo, n. 123-124, p. 199-201, 1991.

GUTIÉRREZ, Horacio. Resenha de CAPELA, José & Eduardo MEDEIROS. O Tráfico de Escravos de Moçambique para as ilhas do Índico, 1720-1902. Maputo; Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, 1987. 128 p. (Coleção Moçambique e sua história, 3). *Revista de História*, São Paulo, n. 120, p. 183-185, 1989.

INÁCIO, Inês da Conceição. Resenha de Almeida, Angela Mendes de (org.) - Pensando a Família no Brasil; Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, UFRRJ, 1987. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 209-211, 1989.

KANTOR, Iris. Resenha de REIS, Josão José e SILVA, Eduardo. Negociações e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. *Revista de História*, São Paulo, n. 123-124, p. 193-198, 1991.

KHOURY, Yara Aun. Resenha de Edgar de Decca, 1930: O Silêncio dos Vencidos, São Paulo, Editora Brasiliense, 1981. *Projeto História*, São Paulo, n. 2, p. 60-62, 1982.

_____. Resenha de Jaime Pinsky, Escravidão no Brasil (História Popular, nº 4), São Paulo, Global Editora, 1981. *Projeto História*, São Paulo, n. 2, p. 63-64, 1982.

KOK, Maria da Glória Porto. Resenha de GINZBURG, Carlo. "Os Andarilhos do Bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII.", trad., São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1988. *Revista de História*, São Paulo, n. 119, p. 255-258, 1988.

_____. Resenha de GINZBURG, Carlo. Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história. Trad. de Frederico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p. 281. *Revista de História*, São Paulo, n. 122, p. 165-167, 1990.

LAMBERT, Hercília Mara Facuri Coelho. Resenha de CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas. O imaginário da República no Brasil. São Paulo, Cia. das Letras, 1990. *História*, São Paulo, n. 9, p. 177-178, 1990.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. Notas de Leitura de BRESCIANI, Maria Stella Martins. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. São Paulo, Brasiliense, 1982. 127 p. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 3, n. 5, p. 213-215, 1982.

_____. Notas de Leitura de VEYNE, Paul. Como se escreve la historia; ensayo de epistemología. Trad. Mariano Muñoz Alonso. Madrid, Fragua, 1972. 367 p. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 3, n. 5, p. 220-229, 1982.

LAPA, José Roberto do Amaral. Crime e Cotidiano de Boris Fausto. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 213-215, 1985.

_____. Resenha de SAES, D. - A formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 86). *História*, São Paulo, n. 5/6, p. 101-111, 1987.

LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. Resenha de BELLOTTO, M.L. & MARTINEZ CORRÊA, A.M., orgs. - José Carlos Mariátegui: política. Trad. e introd. de Manoel Lelo Bellotto e Anna Maria Martinez Corrêa. São Paulo, Ática, 1982 (Grandes Cientistas Sociais, 27). *História*, São Paulo, n. 2, p. 103-107, 1983.

_____. Resenha de LEITE, GLACYRA LAZZARI, Pernambuco 1917: estrutura e comportamento sociais. Prefácio de Manuel Correia de Andrade, Recife, Fundação Joaquim Nabuco - Massangana, 1988. *História*, São Paulo, n. 8, p. 111-113, 1989.

LENHARO, Alcir. Notas de Leitura de MOORE JR., Barrington. INJUSTIÇA, as bases sociais da obediência e de revolta. São Paulo, Brasiliense, 1987, 713 p. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 7, n. 13, p. 276-279, 1986.

LEONZO, Nanci. Resenha de MEIHY, José Carlos Sebe Bom. A Colônia Brazilianista. História Oral de Vida Acadêmica. São Paulo: Nova Stella, 1990. *Revista de História*, São Paulo, n. 123-124, p. 183-185, 1991.

LEVI-MOREIRA, Sílvia. Resenha de ANTONACCI, Maria Antonieta. RS: as oposições & a Revolução de 1923. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981, 120p. e VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Os liberais e a crise da República Velha. São Paulo, Brasiliense, 1983, 78p. *Revista de História*, São Paulo, n. 119, p. 245-250, 1988.

_____. São Paulo na Primeira República: democracia e oposição liberal - resenha de PRADO, Maria Ligia C. A Democracia Ilustrada (O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934). São Paulo: Ática, 1986, 197 p. *Revista de História*, São Paulo, n. 121, p. 173-176, 1989.

LEWKOWICZ, Ida. Resenha de Sandra Lauderdale Graham. - House and the Street: The Domestic World of Servants and Masters in Nineteenth-Century Rio de Janeiro. Cambridge University Press, 1988. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 262-263, 1989.

LIMA, Lana Lage da Gama. Resenha de Ariès, Philippe - História Social da criança e da família. Tradução de Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. *Revista de História*, São Paulo, n. 117, p. 181-186, 1984.

LÓPEZ, Marcelo Castro. Ampliando os Estudos Clássicos - resenha de Funari, Pedro Paulo Abreu - Arqueologia. São Paulo, Ática, 1988, Coleção Princípios, volume 145). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 249-252, 1990.

LÓPES, Marcelo Castro. Resenha de FUNARI, P.P.A. Arqueologia. São Paulo, Ática, 1988. *História*, São Paulo, n. 8, p. 115-117, 1989. Em espanhol.

LUKÁCS JR., Estevão. Resenha de Razão e Irracionalidade, Civilização e Barbárie: o recurso do método de Alejo Carpentier. Ed. Marca Zero, Rio, 1984. *Projeto História*, São Paulo, n. 4, p. 117-119, 1985.

_____. Resenha de FERNANDES, Florestan. Nova República? Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986. *Projeto História*, São Paulo, n. 6, p. 127-130, 1986.

LOSNAK, Célio José. Resenha de FUNARI, Pedro Paulo - Cultura Popular na Antigüidade Clássica: grafites e arte, erotismo, sensualidade e amor, poesia e cultura. São Paulo, Contexto, 1989. *História*, São Paulo, n. 9, p. 181-184, 1990.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Resenha de FONER, Eric. Nada Além da Liberdade. A Emancipação e seu Legado. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Apresentação de John M. Monteiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 183 p. *Revista de História*, São Paulo, n. 120, p. 191-193, 1989.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl; SAVAZZI, Wânia. Notas de Leitura de RAGO, Luzia Margareth. Do cabaré ao lar; a utopia da cidade disciplinar: BRASIL 1890-1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. 290 p. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 7, n. 12, p. 97-108, 1986.

MAGALHÃES, Wanda Moreira. Resenha de LEWIN, Linda. Politics and Parentela in Paraíba - A Case Study of Family-Based Oligarchy in Brazil. N. Jersey: Princeton University Press, 1987. *Revista de História*, São Paulo, n. 123-124, p. 179-181, 1991.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Resenha de MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Índios da Amazônia. De maioria a minoria. 1750-1850. Petrópolis, Vozes, 1988, 348 p. *Revista de História*, São Paulo, n. 119, p. 251-253, 1988.

MARRACY, Sonia A. Resenha de "Ensino Pago: Um Retrato sem Retoques", Global Editora, 1981 - Teses: 7, de Carlos B. Martins. *Projeto História*, São Paulo, n. 1, p. 43-46, 1981.

_____. Resenha de 'Um mulato no reino de Jambom' (as classes sociais na obra de Lima Barreto) de M. Zilda Ferreira Cury, São Paulo, Cortez Editora, 1981. *Projeto História*, São Paulo, n. 2, p. 57-60, 1982.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Resenha de TURNER, Frederick. O espírito ocidental contra a natureza: mitos, história e as terras selvagens. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1990, 309p. tradução. *Revista de História*, São Paulo, n. 123-124, p. 215-216, 1991.

MELO, Luciana S. Resenha de VIEIRA, Maria do Pilar, PEIXOTO, Maria do Rosário, e KHOURY, Yara Aun. A Pesquisa em História. São Paulo, Ática, 1989. (Princípios - 159). *Revista de História*, São Paulo, n. 123-124, p. 217-219, 1991.

MENDONÇA, Nadir Domingues. Resenha de AEBISCHER, Verena e FOREL, Claire (orgs.) Falas Masculinas, falas femininas? Sexo e Linguagem. São Paulo, Brasiliense, 1991, 196 págs. *Revista de História*, São Paulo, n. 123-124, p. 143-145, 1991.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Resenha de Courbin, Paul. Qu'est-ce que l'archéologie? Essai sur de la nature de la recherche archéologique. Paris, Payot, 1982. *Revista de História*, São Paulo, n. 114, p. 167-172, 1983.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. Disfarces da Ideologia da Totalidade - resenha de As máscaras da totalidade totalitária: memória e produção sociais, de Luiz Felipe Baêta Neves. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1988, 198 p. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 282-291, 1989.

MESGRAVIS, Laima. Resenha de HARO, Martin Afonso Palma de (organizador). Ilha de Santa Catarina - Relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Editora da UFSC/Editora Lunardelli, 1990, 3ª edição. *Revista de História*, São Paulo, n. 123-124, p. 174, 1991.

MIRANDA, Tiago Costa Pinto dos Reis. Resenha de CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988. 244 p. (Col. "Memória e Sociedade", coord. p/ Francisco Belhencourt e Diogo Ramada Curto, v. 1). *Revista de História*, São Paulo, n. 121, p. 149-154, 1989.

Resenha de ALMEIDA, Luís Ferrand de - Alexandre Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750). Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Sociedade e da Cultura/Universidade de Coimbra. 1990, 66p. ("História Moderna e Contemporânea", 5). *Revista de História*, São Paulo, n. 123-124, p. 147-148, 1991.

_____. Resenha de SILVA, Francisco Ribeiro da. Absolutismo esclarecido e intervenção popular. Os motins do Porto de 1757. (Lisboa), Imprensa Nacional - Casa da Moeda. (1990). 190 pp. ("Temas Portugueses"). *Revista de História*, São Paulo, n. 123-124, p. 209-214, 1991.

MOTA, Carlos Guilherme; SCARANO, Julita; PRIORE, Mary Lucy Del; LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Notícias Bibliográficas. *Revista de História*, São Paulo, n. 115, p. 197-204, 1983.

MOTA, José Flávio. Resenha de Estudos Econômicos. Demografia da Escravidão, São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE-USP), vol. 17, nº 2, maio/ago, 1987, 314 p. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 211-213, 1989.

NADALIN, Sergio Odilon. Notas de Leitura de RAMOS, Cesar. História e reificação temporal. *História: Questões & Debates*, 2(2):37-62, jun. 1981. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 3, n. 4, p. 89-94, 1982.

_____. Notas de Leitura de FEBVRE, Lucien. O problema da descrença no século XVI; a religião de Rabelais. Lisboa, Editorial Início, s. d. 540 p. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 5, n. 8, p. 137-155, 1984.

NADER, Pedro Eduardo Portilho de. A controvérsia sobre a experiência na modernidade - resenha de Richard Sennett, O declínio do Homem Público. *Revista de História*, São Paulo, n. 121, p. 165-171, 1989.

NÉRICI, Imídeo Giuseppe. Resenha de TOBIAS, J.A. - História das Idéias no Brasil. São Paulo, EPU, 1987. *História*, São Paulo, n. 7, p. 118, 1988.

NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. Resenha de Vergueiro, Laura, Opulência e miséria das Minas Gerais, 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1983. *Revista de História*, São Paulo, n. 117, p. 177-180, 1984.

NOGUEIRA, Oracy. Resenha de Nogueira, Marco Aurélio. As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, A Monarquia e a República. Paz e Terra, 1984, 227 p. *Revista de História*, São Paulo, n. 119, p. 243-244, 1988.

NOVAIS, Fernando. Resenha de SALLUM JR., B. - Capitalismo e cafeicultura. Oeste-Paulista: 1888-1930. São Paulo, Duas Cidades, 1982. 258p. *História*, São Paulo, n. 3, p. 97-98, 1984.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. Resenha de CARDOSO, C.F.S. - A cidade-Estado antiga. São Paulo, Ática, 1985. (Princípios, 35). *História*, São Paulo, n. 5/6, p. 113-114, 1987.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Seja Moderno, Seja Conservador - Resenha de A moderna tradição brasileira, de Renato Ortiz. São Paulo, Brasiliense, 1988, 222 p. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 310-316, 1988.

PANDOLFI, Dulce Chaves. O Velho PTB: novas abordagens. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 274-284, 1990.

PARREIRA, Nilce Rodrigues. Notas de Leitura de SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. L'économie et la société esclavagiste au Paraná (Brésil) de 1854 à 1887. Nanterre, 1976. 362 p. Thèse, Doctorat du 3è cycle, Université de Paris X. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 147-155, 1983.

PAZ, Francisco Moraes. Notas de Leitura de PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Revolução Federalista. São Paulo, Brasiliense, 1983. 101 p. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 145-147, 1983.

_____. Notas de Leitura de CARVALHO, José Murilo. Os bestializados; o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. 196 p. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 7, n. 13, p. 292-301, 1986.

_____. Notas de Leitura de CHALHOUN, Sidney. Trabalho, lar e botequim; o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da "Belle Époque". São Paulo, Brasiliense, 1986. 249 p. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 7, n. 12, p. 87-97, 1986.

_____. Peter Gay: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 10, n. 18/19, p. 363-370, 1989.

PEREIRA, Magnus. Notas de Leitura de CHESNEAUX, Jean. Du passé faisons table rase? Paris, Maspero, 1976. 191 p. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 3, n. 5, p. 216-217, 1982.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. Resenha de Fonseca, Pedro C. Dutra. RS: economia e conflitos políticos na República Velha. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983. (Série Documenta, 18). *Revista de História*, São Paulo, n. 118, p. 193-196, 1985.

PETRONE, Maria Theresa Schorer. Resenha de Cella, Gian Primo (organizador). Il movimento degli scioperi nel XX secolo. Bologna, Società Editrice Il Mulino, 1979. *Revista de História*, São Paulo, n. 114, p. 185-192, 1983.

PIRES, Angela Cecatto; COLNAGHI, Maria Cristina. Notas de Leitura de PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, Hucitec, 1981. 235 p. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 168-170, 1981.

PIRES, Francisco Murari. Resenha de Cardoso, Ciro Flammarion. O Egito antigo. São Paulo, Brasiliense, 1982 (Col. "Primeiros Passos"). *Revista de História*, São Paulo, n. 114, p. 173-177, 1983.

PROENÇA, Antônio Carlos. Notas de Leitura de CARDOSO, Jayme Antonio & WESTPHALEN, Cecília Maria. Atlas histórico do Paraná. Curitiba, Projeto/Sece, 1981. 78 p. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 157-158, 1981.

PUNTONI, Pedro. Resenha de Ana Lúcia Duarte Lana, A Transformação do Trabalho: a passagem do trabalho livre na região da Zona da Mata mineira, 1870-1920. Campinas: Unicamp/CNPq, 1988, 124p. *Revista de História*, São Paulo, n. 122, p. 187-193, 1990.

RAMINELLI, Ronald. Resenha de WILLIAMS, Raymond. O Campo e a Cidade na história e na literatura. Trad. por Paulo Henrique Britto. São Paulo: Cia das Letras, 1989, 439 p. *Revista de História*, São Paulo, n. 122, p. 171-174, 1990.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. História de Minas: condições de pesquisa e produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 173-176, 1982.

RIBEIRO, Daniel Valle. Resenha de JACQUES LE GOFF. Para Um Novo Conceito de Idade Média. Lisboa, Editorial Estampa, 1980. 382 p. *Revista do Depto de História da UFMG*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 144-146, 1986.

RIBEIRO, Márcia Moisés. Resenha de HÉRITIER, Jean. La Sève de L'homme. Paris, Denoel, 1987, 177p. *Revista de História*, São Paulo, n. 123-124, p. 175-177, 1991.

RIBEIRO Jr., José. Resenha de IGLÉSIAS, F. - Constituintes e Constituições brasileiras. São Paulo, Brasiliense, 1985. *História*, São Paulo, n. 5/6, p. 115-118, 1987.

RIBEIRO, Luiz Carlos. Notas de Leitura de TREVISAN, Maria José. 50 anos em 5... A FIESP e o Desenvolvimentismo. Petrópolis. Vozes. 1986. 205 p. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 7, n. 13, p. 302-307, 1986.

RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. Resenha de PUPO, C. M. de M. - Campinas, Município no Império: Fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983. *História*, São Paulo, n. 2, p. 101-102, 1983.

_____. Resenha de PEREIRA, F.J. - APARTHEID - O horror branco na África do Sul. São Paulo, Brasiliense, 1985. (Tudo é História, 102). *História*, São Paulo, n. 4, p. 111-112, 1985.

ROCHA, Antonio Penalves. Resenha de MOURA, Gerson. Sucessos e Ilusões - Relações Internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. *Revista de História*, São Paulo, n. 123-124, p. 187-188, 1991.

ROY, Teresa Maria Malatian. Resenha de FRANCO, M.L.P.B. - O livro didático de História no Brasil: a versão fabricada. São Paulo, Global, 1982. (Teses, 9). *História*, São Paulo, n. 2, p. 99-100, 1983.

SALIBA, Elias Thomé. História Social e Mentalidades na Obra de Mandrou. Resenha de MANDROU, Mélanges Robert. Histoire Sociale, sensibilités collective et Mentalités. Paris, P.U.F., 1985, 582p. *Projeto História*, São Paulo, n. 7, p. 181-183, 1987.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Resenha de Lazer, Bênção ou Maldição? Lenea Glezer, Porto Alegre, Sulina ed., 1979. *Projeto História*, São Paulo, n. 5, p. 103-107, 1985.

SCHWARTZMAN, Simon. O Espelho de Morse - resenha de Richard Morse, O Espelho de Próspero, São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 126. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 22, p. 185-192, 1988.

SILVA, Lina Gorenstein Ferreira da. Resenha de CLARK, Alice. Working Life of Women in the Seventeenth Century. London, Routledge & Kegan Paul, 1982, (Originally published in 1919 by George Routledge & Sons, Ltd.) 325p. *Revista de História*, São Paulo, n. 123-124, p. 153-156, 1991.

SILVA, Marcos Antonio da. Resenha de BEIGUELMAN, Paula - Por que Lima Barreto, São Paulo, Brasiliense, 1981. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 265-266, 1982.

_____. Outras Histórias - resenha de Vieira, Maria do Pilar; Peixoto, Maria do Rosário; e Khoury, Yara Aun - A Pesquisa em História. São Paulo, Ática, 1987, Col. "Princípios", volume 159). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 245-248, 1990.

SILVA, Olga Mussi da. Resenha de LE GOFF, J. - Marchands et banquiers du Moyen Âge. 6. éd. mise à jour. Paris, PUF, 1980. 128p. (Collection "Que Sais-Je"). *História*, São Paulo, n. 2, p. 109-112, 1983.

SILVA, Victor Deodato da. Resenha de Mattoso, José. A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder. Lisboa, Editorial Estampa, 1981 (Série "Imprensa Universitária, 19"). *Revista de História*, São Paulo, n. 114, p. 179-183, 1983.

SILVA, Zélia Lopes da. Resenha de Repensando a História, de Marcos A. da Silva (Org.) Rio de Janeiro, ANPUH/Marco Zero, 1984. *Projeto História*, São Paulo, n. 5, p. 109-110, 1985.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Resenha de Moreira Alves, Maria Helena. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Tradução de Clóvis Marques. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1964, 362 pp. *Revista de História*, São Paulo, n. 117, p. 187-191, 1984.

SOARES, José Norberto. Resenha de ROWE, William e SCHELLING, Vivian. Memory and modernity - Popular Culture in Latin America. Editado por Verso, Londres e Nova Iorque, 1991, 243pp. *Revista de História*, São Paulo, n. 123-124, p. 203-206, 1991.

SOUZA, Laura de Mello e. Resenha de Le Goff, Jacques. La naissance du Purgatoire. Paris, Gallimard, 1981, 509p. *Revista de História*, São Paulo, n. 115, p. 185-189, 1983.

_____. Ronaldo Vainfas - Ideologia e Escravidão - os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial. Petrópolis, Vozes, 1986, 168 p. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 199-204, 1987.

_____. O Escravismo Brasileiro nas Redes do Poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre escravidão colonial. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 133-146, 1989.

TEIXEIRA, Francisco Maria Pires. Resenha de ANDERSON, Michael. Elementos para a História da Família Ocidental, 1500-1914. Trad. de Ana Falcão Bastos. Lisboa: Editorial Querco, 1984. *Revista de História*, São Paulo, n. 122, p. 168-170, 1990.

THIAGO, Raquel S. Resenha de RICHTER, Klaus. A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a Colonização do Interior de Joinville. Florianópolis. Ed. da UFSC/Ed. da Furb. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 1, p. 105-107, 1990.

TOMMASINI, Silvia Maria. Resenha de DARNTON, Robert - O massacre dos gatos. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. *Revista de História*, São Paulo, n. 123-124, p. 157-164, 1991.

TRABULSI, José Antônio Dabdab. Resenha de Cheilik, Michael. História Antiga. De seus primórdios à queda de Roma. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1984, 268 p. *Revista de História*, São Paulo, n. 118, p. 197-201, 1985.

_____. Sobre a "autonomia" da "cultura popular" no mundo antigo - resenha de FUNARI, Pedro Paulo, *Cultura popular na Antiguidade clássica*. São Paulo: Contexto, 1989, 80 páginas. *Revista de História do LPH*, Mariana, n. 1, p. 108-110, 1990.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. Notas de Leitura de PAULA, Nilson Maciel de. Os camponeses e a intermediação comercial; um estudo sobre as relações mercantis dos pequenos produtores do sudoeste paranaense. Rio de Janeiro, 1983. 273 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 5, n. 8, p. 156-157, 1984.

TRONCA, Italo Arnaldo. Melville: a arte desvela a natureza da história - resenha de Herman Melville, *Bartleby, o Escrivão*. (Prólogo de JORGE LUIS BORGES), Editora Record, Rio de Janeiro, 99 páginas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 217-220, 1985.

VASCONCELLOS, Maria da Penha. Resenha de CUNHA, Maria Clementina Pereira. O espelho do mundo – Juquery, a história de um asilo. São Paulo, Paz e Terra, 1986. *Projeto História*, São Paulo, n. 7, p. 190-192, 1987.

VASCONCELLOS, Mirza. Notas de Leitura de GORZ, André. Adeus ao proletariado; para além do socialismo. Rio de Janeiro, Forense, 1982. 203 p. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 5, n. 9, p. 323-334, 1984.

VILAR, Pierre. Notas de Leitura de PELLIZZETTI, Beatriz. Pioneirismo italiano no Brasil meridional; estudo de caso. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1981. 330 p. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 142-145, 1983.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortei. Resenha de KAKASCH, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton: Princeton University Press, 1987. 422 páginas. *Revista de História*, São Paulo, n. 120, p. 187-190, 1989.

ZANETTI, Augusto. Resenha de GROSRICHARD, Alain. *Estrutura do Harém. Despotismo asiático no Ocidente clássico*. Tradução de Lydia H. Caldas. S. Paulo: Editora Brasiliense, 1988 (246 p.). *Revista de História*, São Paulo, n. 121, p. 155-163, 1989.

ZOCKNER, Cecília. Notas de Leitura de FREITAS, Décio. *O escravismo no Brasil*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982. 152 p. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 131-134, 1983.

_____. Notas de Leitura de WACHOWICZ, Ruy Christovam. Universidade do mate: história da UFPR. Curitiba, APUFPR, 1983. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 5, n. 8, p. 161-163, 1984.

Ensaaios Bibliográficos

ALAMBERT, Francisco. História, Cultura e Modernidade: uma leitura de Viena Fin-de-Siècle. *Revista de História*, São Paulo, n. 122, p. 147-164, 1990.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Immanuel Wallerstein e o moderno sistema mundial. *Revista de História*, São Paulo, n. 115, p. 167-174, 1983.

_____. A crise do século XVII e a consolidação da economia-mundo (1600-1750). *Revista de História*, São Paulo, n. 116, p. 183-192, 1984a.

_____. O Século de Braudel. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 37-43, 1984b.

_____. Perspectivas da Revolução Inglesa. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 121-131, 1984c.

_____. A Nova História Social do Crime. *Revista de História*, São Paulo, n. 121, p. 127-133, 1989.

BARREIRO, José Carlos. O Materialismo Histórico e a Questão da Cultura: uma Sugestão de Trabalho com Textos da Historiografia Clássica no Ensino de 1º e 2º Graus. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 209-218, 1990.

BLAJ, Ilana; MALUF, Marina. Caminhos e Fronteiras: o movimento na obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista de História*, São Paulo, n. 122, p. 17-46, 1990.

CARVALHO, José Murilo. Francisco Iglésias, Crítico de História. *Revista do Depto de História da UFMG*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 180-186, 1989.

CHASSOT, Walkiria Costa Fucilli. Sergio Buarque de Holanda e a Historiografia Paulista. *Revista de História*, São Paulo, n. 122, p. 47-69, 1990.

EISENBERG, Peter L. A Escravidão nas Américas: Genovese em português. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 123-128, 1983.

FALCON, Francisco José Calazans. Historiografia Portuguesa Contemporânea: um ensaio histórico-interpretativo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 79-99, 1988.

_____. A Historiografia da Revolução Francesa - perspectiva de uma polêmica sem fim. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2/3, p. 265-313, 1989.

FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História: Diversificação de Abordagens. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 197-208, 1990.

FRANCO Jr., Hilário. Georges Duby e o outro lado do feudalismo. *Revista de História*, São Paulo, n. 115, p. 159-165, 1983.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 244-280, 1989.

HOORNAERT, Eduardo. José Honório Rodrigues e a intuição de uma História do Brasil a partir do povo. *Revista de História*, São Paulo, n. 116, p. 167-174, 1984.

IGLÉSIAS, Francsico. José Honório Rodrigues e a Historiografia Brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 55-78, 1988.

JARDIM, Márcio. A historiografia da Inconfidência Mineira. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2/3, p. 132-137, 1989.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. Política rural no Rio Grande do Sul: levantamento bibliográfico. *Revista de História*, São Paulo, n. 115, p. 175-184, 1983.

LINHARES, Maria Yedda. A Historiografia da Revolução Francesa - um retrospecto. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2/3, p. 245-252, 1989.

MELLO, José Roberto de Almeida; BATISTA NETO, Jônatas. Aspectos da Marginalidade Medieval: algumas abordagens recentes. *Revista de História*, São Paulo, n. 121, p. 135-140, 1989.

MELO, Jayro Gonçalves. O economicismo em Caio Prado Jr. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 18, p. 42-48, 1987.

OLIVEIRA, Rejane Márcia Freitas de. Revolução Francesa: um longo caminho!. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2/3, p. 253-264, 1989.

RAMINELLI, Ronald. Lucien Febvre no caminho das mentalidades. *Revista de História*, São Paulo, n. 122, p. 97-115, 1990.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Inconfidência Mineira: leituras e releituras, ou Para ler a história da Inconfidência Mineira. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2/3, p. 83-94, 1989.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. Entre Memória e História, o que Mudou na História? *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 249-255, 1988.

SANTOS, Luiz Antônio de Castro. E Pernambuco falou para o mundo: o impacto de Gilberto Freyre na historiografia norte-americana. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 18, p. 22-32, 1987.

SARIAN, Haiganuch. O Neolítico e o Bronze Antigo no Egeu. *Revista de História*, São Paulo, n. 119, p. 213-227, 1988.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Novas Tendências na Historiografia Francesa nos Anos 80. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 231-238, 1986.

SILVA, Victor Deodato da. Estratificação social e luta política no Portugal do século XIV. *Revista de História*, São Paulo, n. 115, p. 135-158, 1983.

_____. As calamidades do século XIV num jogo de espelhos. O colorido panorama da sociedade europeia no fim da Idade Média, por Barbara Tuchman. *Revista de História*, São Paulo, n. 116, p. 175-182, 1984.

_____. Livros pequenos e grandes problemas: O feudalismo e a expansão europeia medieval em textos de iniciação. *Revista de História*, São Paulo, n. 119, p. 229-238, 1988.

TRABULSI, José Antônio Dabdab. Democracia grega antiga e ideologia brasileira contemporânea. *Revista de História*, São Paulo, n. 115, p. 119-133, 1983.

VIEIRA, Evantina Pereira. Historiografia Republicana: considerações sobre poder e dominação. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 37-45, 1990.

Artigos

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-54, 1988.

BALHANA, Altiva Pilatti. Avaliação da Pesquisa Histórica no País (Notícia). *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 5, n. 8, p. 135-136, 1984.

BOSCHI, Caio C. O Currículo de História: A Questão sob a Forma de Questões. *Revista do Depto de História da UFMG*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 86-92, 1986.

FENELON, Déa Ribeiro. A formação do profissional de história e a realidade do ensino. *Projeto História*, São Paulo, n. 2, p. 7-19, 1982.

_____. Trabalho, Cultura e História Social: Perspectivas de Investigação. *Projeto História*, São Paulo, n. 4, p. 21-37, 1985

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

IGLÉSIAS, Francisco. A Historiografia Brasileira Atual e a Interdisciplinaridade. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 129-141, 1983.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. A Perplexidade do Historiador. *Clio*, Recife, v. 12, p. 5-12, 1989.

KULA, Marcin. História e Sociologia. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 9, n. 17, p. 276-292, 1988.

LAPA, José Roberto do Amaral. Historiografia Latino-Americana Contemporânea: problemática de suas tendências. (Um informe preliminar). *História*, São Paulo, n. 1, p. 7-19, 1982.

_____. Tendências Atuais da Historiografia Brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 153-172, 1982.

MAAR, Wolfgang Léo. O debate da competência na universidade. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 16, p. 32-37, 1986.

MAURO, Frédéric. História, Historicidade, Historicismo. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 9, n. 17, p. 267-275, 1988.

MOREIRA, Regina da Luz. Brazilianistas, Historiografia e Centro de Documentação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 66-74, 1990.

MOURA, Gerson. Distância e Diálogo: história e ciências sociais nos Estados Unidos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 3-28, 1990.

OLIVEIRA, Elza Régis de. A Propósito da Metodologia Tradicional da História. *Clio*, Recife, v. 4, p. 67-73, 1981.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. Administração da Verdade e Governo de Si. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 1, p. 13-20, 1990.

PIAZZA, Walter F. A Pesquisa Histórica em Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 102-107, 1982.

RESENDE, Maria Efigênci Lage de. A Contribuição Acadêmica para o Estudo de Minas Gerais. *Revista do Depto de História da UFMG*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 76-86, 1985.

ROCHA, Frances. Algumas notas sobre a polêmica entre novos e velhos temas da história. *Projeto História*, São Paulo, n. 4, p. 15-19, 1985.

RUIZ, Ernesto A. Behaviorismo, Quantificação e História. Evolução Teórica e Metodológica da "Nova" História Política. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 48-85, 1982.

RÜSEN, Jörn. Conscientização Histórica Frente à Pós-Modernidade: a história na era da "nova intransparência". *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 10, n. 18/19, p. 303-328, 1989.

SIMÃO NETO, Antonio. Acerca da Regulamentação da Profissão de Historiador: questões para um debate. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 71-79, 1983.

TRAGTEMBERG, Maurício. A delinquência acadêmica. *Projeto História*, São Paulo, n. 1, p. 19-24, 1981.

VENANCIO FILHO, Alberto. A Historiografia Republicana: a contribuição de Afonso Arinos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 151-160, 1990.

Entrevistas

ABREU, Alzira Alves de; GOMES, Ângela de Castro; OLIVEIRA, Lucia Lippi. História e Cultura: conversa com Carlo Ginzburg. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 254-263, 1990.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. Entrevista com Richard Morse. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 77-93, 1989.

CAMARGO, Aspásia. O Historiador e a História: um relato de François Furet. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 143-161, 1988.

COLI, Jorge; MARQUES, Luiz. Entrevista com Gérard Monnier: Arte e Técnica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 185-191, 1988.

ESTUDOS HISTÓRICOS. Organizando a História Geral da Civilização Brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 162-166, 1988. Entrevista com Boris Fausto.

GOMES, Ângela de Castro; DRUMMOND, José Augusto. Warren Dean: um brasilianista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 103-113, 1990.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Uma Entrevista com Robert Darnton. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 232-243, 1989.

MOURA, Margarida Maria; MOURA, Gerson. Uma entrevista com Eric J. Hobsbawm. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 264-273, 1990.

MIRANDA, Tiago Costa Pinto dos Reis. Conversas do Recife, em Lisboa (Encontro com Evaldo Cabral de Melo). *Revista de História*, São Paulo, n. 122, p. 135-146, 1990.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Eric Hobsbawm: um espelho do mundo em mutação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 86-93, 1989.

VENÂNCIO, Renato Pinto. A História e a Micro História: uma entrevista com Carlo Ginzburg. *Revista de História do LPH*, Mariana, n. 1, p. 1-6, 1990.

Outros

BALHANA, Altiva Pilatti. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 11-19, 1983.

BOTTMANN, Denise. Apresentação. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 6, n. 10, p. 1, 1985.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Resposta à resenha crítica de autoria de Francisco Murari Pires acerca de *O Egito Antigo*, de Ciro F. S. Cardoso, publicada no nº 114 da *Revista de História* (São Paulo, USP), Nova Série, 1983, pp. 173-177. *História em Cadernos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 42-45, 1984.

CONSELHO EDITORIAL. Apresentação. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 1, p. 5, 1990.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. Curso de Pós-Graduação de História da América Latina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 55-60, 1983.

DISSERTAÇÕES Defendidas no Curso de Mestrado em História da UFPE (continuação). *Clio*, Recife, n. 3, p. 167-168, 1980.

DISSERTAÇÕES Defendidas no Curso de Mestrado em História da UFPE (continuação). *Clio*, Recife, n. 4, p. 166-168, 1981.

DISSERTAÇÕES Defendidas no Curso de Mestrado em História da UFPE (continuação). *Clio*, Recife, n. 5, p. 309-314, 1982.

FARINA, Raffaele; PORTAL, Maria da Glória Alves. O XVº Congresso Internacional de Ciências Históricas (Bucareste, 10-17 agosto 1980). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 131-133, 1981.

FENELON, Déa Ribeiro. Fontes para o estudo da industrialização no Brasil - 1889-1945. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 79-115, 1982.

_____. Programa de Pós-Graduação em História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 61-66, 1983.

GEBRAN, Philomena. Sobre o Escravismo Colonial. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 197-202, 1986.

GOMES, Angela Maria de Castro. Notas sobre uma experiência de trabalho com fontes: arquivos privados e jornais. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 259-283, 1981.

GUIMARÃES, Silvana Goulart. Arquivo do Estado: projetos e realizações. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 31-35, 1983.

HISTÓRIA: Questões & Debates. Apresentação. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 5-6, 1980.

KHOURY, Yara Aun. O Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 51-54, 1983.

LEITE, Glacyra Lazzari. História do Processo Capitalista na América Latina: estudo do Vale do Paranapanema. 1850-1880. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 243-258, 1982.

MAIOR, Armando Souto. José Honório Rodrigues e a Nova História Brasileira. *Clio*, Recife, v. 4, p. 13-17, 1981.

MALUF, Renato Sergio. O Núcleo de Documentação Regional. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 73-86, 1983.

MESGRAVIS, Laima. O Curso de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 87-118, 1983.

MONTEIRO, Norma de Góes. Centro de Estudos Mineiros - pesquisas em andamento. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 1, v. 1, p. 99-108, 1981.

MORSE, Richard M. A Miopia de Schwartzman. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 24, p. 166-178, 1989.

MOTA, Carlos Guilherme. Apresentação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 59-60, 1987.

NEVES, Joana. Síntese das Atividades Desenvolvidas pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - Universidade Federal da Paraíba. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 7-9, 1983.

NOVAIS, Fernando. A Universidade e a pesquisa histórica: apontamentos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 108-115, 1990.

OLIVEIRA, José Flávio. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Unimep - áreas de História e Sociologia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 67-72, 1983.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Pesquisa Histórica no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 21-22, 1983.

PIRES, Francisco Murari. Para bom entendedor meias palavras não bastam. *Revista de História*, São Paulo, n. 116, p. 199-216, 1984.

POSSI, Maria Paula de Souza. O Instituto Roberto Simonsen. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 37-49, 1983.

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA DO BRASIL. Justificativa. *Projeto História*, São Paulo, n. 1, p. 52, 1981.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. A História na Relação Pedagógica. *Revista do Depto de História da UFMG*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 93-95, 1986.

RIBEIRO, Renato Janine. Da Moral da História às Históricas Científicas: uma revolução no conhecimento. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2/3, p. 229-241, 1989. Conferência.

RODRIGUES, José Honório. Pernambuco e a História. *Clio*, Recife, v. 4, p. 5-11, 1981.

SCHWARTZMAN, Simon. O Gato de Cortázar. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 25, p. 191-203, 1989.

SILVA, Gilson Antunes da. Breve Histórico do Centro de Memória Social Brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 23-30, 1983.

SILVA, Marcos Antonio da. A Impaciência do Preconceito e o Coro dos Contentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 255-260, 1987.

SIMÃO NETO, Antonio. Apresentação. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 5, n. 9, p. 175-176, 1984.

SLENES, Robert Weyne. Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 166-196, 1985.

Referências Bibliográficas

- AGUIRRE-ROJAS, Carlos Antonio. *Uma história dos Annales (1921-2001)*. Maringá: EdUEM, 2004.
- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALFANO, Mark. *Current Controversies in Virtue Theory*. New York: Routledge, 2015.
- ALGAZI, Gadi. Scholars in Households: Refiguring the Learned Habitus, 1480-1550. *Science in Context*, Cambridge, v. 16, n. 1, p. 9-42, 2003.
- ANHEIM, Étienne; PONCET, Olivier. Fabrique des Archives, Fabrique de l'Histoire. *Revue de Synthèse*, Paris, v. 125, n. 1, p. 1-14, 2004.
- ANHEIM, Étienne. Singulières Archives : le statut des archives dans l'épistemologie historique - une discussion de La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli de Paul Ricoeur. *Revue de Synthèse*, Paris, v. 125, n. 1, p. 153-182, 2004.
- ANHEZINI, Karina. *Um Metódico à Brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- ANKERSMIT, Frank Rudolf. *Narrative Logic: a semantic analysis of the historian's language*. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1983.
- _____. The Ethics of History: from the double binds of (moral) meaning to experience. *History & Theory*, Middletown, v. 43, n. 4, p. 84-102, 2004.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. *Locus*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 79-94, 2006.
- _____. História da Historiografia como analítica da historicidade. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 12, p. 34-44, 2013.
- AURELL, Jaume. Performative academic careers: Gabrielle Spiegel and Natalie Davis. *Rethinking History*, London, v. 31, n. 1, p. 53-64, 2009.
- AVELAR, Alexandre de Sá; FARIA, Daniel Barbosa Andrade; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria (Org.). *Contribuições à história intelectual do Brasil republicano*. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (Coleção Seminário Brasileiro de História da Historiografia).
- BACKHOUSE, Roger; FONTAINE, Philippe (Org.). *The history of the social sciences since 1945*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2010.
- BAEHR, Jason. *The inquiring mind: on intellectual virtues and virtue epistemology*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2011a.

_____. The Structure of Open-Mindedness. *Canadian Journal of Philosophy*, Calgary, v. 41, n. 2, p. 191-213, 2011b.

BANNER Jr., James. *Being a Historian: An Introduction to the Professional World of History*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2012.

BARTMANSKI, Dominik. How to become an iconic social thinker: The intellectual pursuits of Malinowski and Foucault. *European Journal of Social Theory*, Brighton, v. 15, n. 4, p. 427-453, 2012.

BATTALY, Heather. Virtue Epistemology. *Philosophy Compass*, [s.i.], v. 3/4, p. 639-663, 2008.

_____ (Org.). *Virtue and vice, moral and epistemic*. Malden: Wiley-Blackwell, 2010.

_____. Detecting Epistemic Vice in Higher Education Policy: epistemic insensibility in the seven solutions and the REF. *Journal of Philosophy of Education*, Glasgow, v. 47, n. 2, p. 263-280, 2013.

BENTIVOGLIO, Julio. História e Hermenêutica: a compreensão como um fundamento do método histórico - percursos em Droysen, Dilthey, Langlois e Seignobos. *Opsis*, Catalão, v. 7, n. 9, p. 67–79, 2007.

BENTLEY, Michael. *Companion to Historiography*. London: Routledge, 1997.

BERGER, Stefan; DONOVAN, Mark; PASSMORE, Kevin (Org.). *Writing national histories: Western Europe since 1800*. London: Routledge, 1999.

BERGER, Stefan; LORENZ, Chris (Org.). *Nationalizing the past: historians as nation builders in modern Europe*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

BERGER, Stefan. (ed.). *Writing the Nation: A Global Perspective*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

_____. 'Fathers' and their Fate in Modern European National Historiographies. *Storia della Storiografia*, Roma, n. 59-60, p. 231-250, 2011.

BERNECKER, Sven; PRITCHARD, Duncan (eds.). *The Routledge Companion to Epistemology*. New York: Routledge, 2011.

BEVERNAGE, Berber; DELANOTE, Broos; FROEYMAN, Anton; MIEROOP, Kenan Van De. Introduction: The Future of the Theory and Philosophy of History. *Journal of the Philosophy of History*, Leiden, v. 8, n. 2, p. 141–148, 2014.

BLANKE, Horst Walter. Towards a New Theory-Based History of Historiography. In: KOSLOWSKI, Peter (ed). *The Discovery of Historicity in German Idealism and Historism*. Berlin: Springer-Verlag, 2005, p. 223-267.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O Ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOD, Rens; MAAT, Jaap; WESTSTEIJN, Thijs (Org.). *The making of the humanities: Early Modern Europe*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010. (The Making of Humanities, 1).

_____. *The making of the humanities: From Early Modern to Modern Disciplines*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2012. (The Making of Humanities, 2).

_____. *The making of the humanities: The Modern Humanities*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2014. (The Making of Humanities, 3).

BONDÌ, Davide. Is there still room for the 'philosophy of history'? *Storia della Storiografia*, Roma, n. 59-60, p. 183-197, 2011a.

_____. Philosophers and the History of Historiography: an introduction. *Storia della Storiografia*, Roma, n. 59-60, p. 150-156, 2011b.

BONDI, Marina. Historians at Work: reporting frameworks in English and Italian book review articles. In: HYLAND, Ken; DIANI, Giuliana (eds.). *Academic Evaluation: review genres in university settings*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009, p. 179-196.

BONDI, Marina; SANZ, Rosa Lorés (eds.). *Abstracts in Academic Discourse: variations and change*. Bern: Peter Lang, 2014.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Sintra: Publicações Europa-América, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

_____. O Campo Intelectual: um mundo à parte. In: idem. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____. *Para uma Sociologia da Ciência*. Lisboa: Edições 70, 2004b.

_____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EdUSP; Porto Alegre: Zouk, 2008.

BOSCH, Mineke. Persona and the Performance of Identity Parallel Developments in the Biographical Historiography of Science and Gender, and the Related Uses of Self Narrative. *L'Homme*, Wien, v. 24, n. 2, p. 11-22, 2013.

BRUNDAGE, Anthony. *Going to the Sources: A Guide to Historical Research and Writing*. 5ª ed. Chichester: Wiley-Blackwell, 2013.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

BURROW, John. *A History of Histories: epics, chronicles, romances and inquiries from Herodotus and Thucydides to the Twentieth Century*. London: Penguin Books, 2007.

BUSSOLINI, Jeffrey. What is a dispositive? *Foucault Studies*, Frederiksberg, n. 10, p. 85-107, 2010.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; FERLINI, Vera Lucia Amaral; GLEZER, Raquel. *A Produção Histórica no Brasil (1985-1994)*. Catálogos de Dissertações e Teses dos Programas e Cursos de Pós-Graduação em História. São Paulo: Xamã, 1995.

CARBONELL, Charles-Olivier. Pour une histoire de l'historiographie. *Storia della Storiografia*, Roma, v. 1, p. 7-25, 1982.

CARTLEDGE, Paul; GREENWOOD, Emily. Herodotus as a Critic: truth, fiction, polarity. In: BAKKER, Egbert; JONG, Irene de; WEES, Hans van (eds.). *Brill's Companion to Herodotus*. Leiden: Brill, 2002, p. 351-371.

CERTEAU, Michel de. Une épistémologie de transition - Paul Veyne. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, Paris, v. 27, n. 6, p. 1317-1327, 1972.

_____. *Histoire et Psychanalyse: entre Science et Fiction*. Paris: Gallimard, 2002a. (Col. Folio Histoire, 116).

_____. *L'Écriture de l'Histoire*. Paris: Gallimard, 2002b. (Col. Folio Histoire, 115).

CEZAR, Temístocles. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 17, p. 440-461, 2015.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. Writing the Practices. *French Historical Studies*, Washington, v. 21, n. 2, p. 255-264, 1998.

_____. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

CHRISTENSEN, David. Disagreement as Evidence: The Epistemology of Controversy. *Philosophy Compass*, [s.i.] v. 4, n. 5, p. 756-767, 2009.

CLARK, William. On the Professorial Voice. *Science in Context*, Cambridge, v. 16, n. 1, p. 43-57, 2003.

COHEN, Deborah; MANDLER, Peter. The History Manifesto: A Critique. *American Historical Review*, Bloomington, v. 120, n. 2, p. 530-542, 2015.

COLLINGWOOD, Robin George. *A Ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

COLLINI, Stefan; WINCH, Donald; BURROW, John W. *That noble science of politics: a study in nineteenth-century intellectual history*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1983.

COLLINI, Stefan. "Discipline History" and "Intellectual History": reflections on the historiography of the social sciences in Britain and France. *Revue de Synthèse*, Paris, v. 109, n. 3-4, p. 387-399, 1988.

CONDREN, Conal; GAUKROGER, Stephen; HUNTER, Ian (Org.). *The philosopher in early modern Europe: the nature of a contested identity*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2006.

CRACCO, Rodrigo Bianchini. O Referencial Teórico Mobilizado por Christian Delacroix, François Dosse e Patrick Garcia para a História da Historiografia. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 6, n. 11, p. 165-187, 2014.

CRACRAFT, James. Implicit Morality. *History & Theory*, Middletown, v. 43, n. 4, p. 31-42, 2004.

CREYGHTON, Camille; HUISTRA, Pieter; KEYMEULEN, Sarah; PAUL, Herman. Virtue language in historical scholarship: the cases of Georg Waitz, Gabriel Monod and Henri Pirenne. *History of European Ideas*, [s.i.], p. 1–13, 2016. *Pre-print, early access*.

D'ALLESSIO, Marcia Mansor. Os Annales no Brasil. Algumas Reflexões. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 127-142, 1994.

D'ALESSIO, Márcia Mansor; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. Produção Acadêmica da Pós-Graduação em História da PUC-SP. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 59-72, 1993.

DAMSCHEIN, Gregor; SCHNEPF, Robert; STÜBER, Karsten (Org.). *Debating dispositions: issues in metaphysics, epistemology and philosophy of mind*. Berlin: Walter de Gruyter, 2009.

DANCY, Jonathan; SOSA, Ernest; STEUP, Matthias (eds.). *A Companion to Epistemology*. 2ª ed. Chichester: Wiley-Blackwell, 2010.

DASTON, Lorraine; GALISON, Peter. *Objectivity*. New York: Zone Books, 2007.

DASTON, Lorraine; LUNBECK, Elizabeth (Org.). *Histories of scientific observation*. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

DASTON, Lorraine; SIBUM, H. Otto. Introduction: Scientific Personae and Their Histories. *Science in Context*, Cambridge, v. 16, n. 1, p. 1-8, 2003.

DASTON, Lorraine. The Sciences of the Archive. *Osiris*, Kingston (USA), v. 27, n. 1, p. 156-187, 2012.

DEPAUL, Michael R.; ZAGZEBSKI, Linda Trinkaus (Org.). *Intellectual virtue: perspectives from ethics and epistemology*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2003.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick; OFFENSTADT, Nicolas (eds.). *Historiographies : Concepts et Débates*. Paris: Gallimard, 2010. 2 volumes.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Correntes Históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

DEWS, Peter. Foucault and the French Tradition of Historical Epistemology. *History of European Ideas*, [S.l.], v. 14, n. 3, p. 347-363, 1992.

DILEVKO, Juris; GOTTLIEB, Lisa. The Portrayal of Librarians in Obituaries at the End of the Twentieth Century. *Library Quarterly*, Chicago, v. 74, n. 2, p. 152-180, 2004.

DOBSON, Miriam; ZIEMANN, Benjamin (eds.). *Reading Primary Sources: The Interpretation of Texts from Nineteenth- and Twentieth-Century History*. New York: Routledge, 2009.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. 2ª ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

DREYFUS, Hubert. Beyond Hermeneutics: Interpretation in Late Heidegger and Recent Foucault. In: SHAPIRO, Gary; SICA, Alan (eds.). *Hermeneutics: Questions and Prospects*. Amherst: The University of Massachusetts Press, 1984, p. 66-83.

ENGSTER, Ariel. *A Vida dos Mortos: construção de personagem nos obituários do The New York Times*. Porto Alegre: UFRGS, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso.

ESCUDIER, Alexandre. De Chladenius à Droysen: théorie et méthodologie de l'histoire de langue allemande (1750-1860). *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, Paris, v. 58, n. 4, p. 743–777, 2003.

ESKILDSEN, Kasper Risbjerg. Leopold Ranke's Archival Turn: location and evidence in modern historiography. *Modern Intellectual History*, Boston, v. 5, n. 3, p. 425-453, 2008.

_____. Inventing the archive: testimony and virtue in modern historiography. *History of the Human Sciences*, Durham (UK), v. 26, n. 4, p. 8-26, 2013.

_____. Relics of the Past: Antiquarianism and Archival Authority in Enlightenment Germany. *Storia della Storiografia*, Roma, v. 68, n. 2, p. 69–81, 2015.

FAIRWEATHER, Abrol; ZAGZEBSKI, Linda Trinkaus (Org.). *Virtue epistemology: essays on epistemic virtue and responsibility*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2001.

FAIRWEATHER, Abrol. *Virtue epistemology naturalized: bridges between virtue epistemology and philosophy of science*. New York: Springer, 2014. (Synthese Library, 366).

FALZON, Christopher; O'LEARY, Timothy; SAWICKI, Jana (Org.). *A companion to Foucault*. Malden: Wiley-Blackwell, 2013. (Blackwell Companions to Philosophy, 51).

FAY, Brian. *Historians and Ethics: a short introduction to the theme issue*. History & Theory, Middletown, v. 43, n. 4, p. 1-2, 2004.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FEEST, Uljana; STURM, Thomas. What (Good) is Historical Epistemology? Editors' Introduction. *Erkenntnis*, München, v. 75, n. 3, p. 285-302, 2011.

FEIGE, Daniel Martin. Geschichte Verstehen. Ein Dialog zwischen Gadamer und Foucault. In: KASTEN, Madeleine; PAUL, Herman; SNELLER, Rico (eds.). *Hermeneutics and Humanities: Dialogues with Hans-Georg Gadamer*. Leiden: Leiden University Press, 2012, p. 133-150.

FELDHERR, Andrew; HARDY, Grant (eds.). *The Oxford History of Historical Writing: Beginnings to AD 600*. Oxford: Oxford University Press, 2011. (The Oxford History of Historical Writing, v. 1)

FERNÁNDEZ, Eliecer Crespo. The Language of Death: euphemism and conceptual metaphorization in Victorian obituaries. *SKY Journal of Linguistics*, Helsinki, v. 19, p. 101-130, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). *História Oral: Desafios para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, Tempo Presente e História Oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3. n. 5, p. 314-332, 2002.

_____. O Lado Escuro da Força: a ditadura militar e o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi/UB). *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 11, p. 45-64, 2013.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1990): elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: UFOP, 1992.

_____. *A História no Brasil (1980-1990): série de dados*. Ouro Preto: UFOP, 1994.

_____. A Historiografia Brasileira nos Últimos 20 Anos: tentativa de avaliação crítica. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 13, p. 147-163, 1994.

FINDLEN, Paula. Becoming a Scientist: Gender and Knowledge in Eighteenth-Century Italy. *Science in Context*, Cambridge, v. 16, n. 1, p. 59-87, 2003.

FOOT, Sarah; ROBINSON, Chase F. (eds.). *The Oxford History of Historical Writing: 400-1400*. Oxford: Oxford University Press, 2011. (The Oxford History of Historical Writing, v. 2)

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

A Ordem do Discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. Polêmica, Política e Problematizações. In: FOUCAULT, Michel. *Ética, Sexualidade, Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Ditos & Escritos, 4).

_____. *A Arqueologia do Saber*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOWLER, Bridget. Collective Memory and Forgetting: components for a study of obituaries. *Theory, Culture & Society*, London, v. 22, n. 6, p. 53-72, 2005.

_____. *The Obituary as Collective Memory*. New York: Routledge, 2007.

FOWLEY, Robert. Herodotus and his Prose Predecessors. In: DEWALD, Carolyn; MARINCOLA, John (eds.). *The Cambridge Companion to Herodotus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 29-45.

FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Memória e História da Historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: SOIHET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Mitos, Projetos e Práticas Políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 141-160.

_____. Panorama da Historiografia Brasileira Contemporânea (1930-1980). In: ABRÃO, Janete Silveira (coord.). *Brasil: interpretações & perspectivas*. São Paulo: Marial Pons, 2016.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Contexto, 1998.

FREIXO, Andre de Lemos. Um 'arquiteto' da historiografia brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n. 62, p. 143-172, 2011.

FULBROOK, Mary. *Historical Theory*. London: Routledge, 2002.

GELFERT, Axel. Who is an epistemic peer? *LOGOS & EPISTEME*, v. 2, n. 4, p. 507-514, 2011.

GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996.

_____. Questão Social e Historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 157-186, 2004.

_____. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

GOMES, Tiago de Melo. A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime historiográfico na obra de Marc Bloch. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 443-459, 2006.

GONÇALVES, Sérgio Campos. Enfrentamentos Epistemológicos: teoria da história e problemática pós-moderna. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 8, p. 187-196, 2012.

GORMAN, Jonathan. *Historical Judgement: The Limits of Historiographical Choice*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2008.

_____. The presuppositions of writing the history of historiography. *Storia della Storiografia*, Roma, n. 59-60, p. 198-208, 2011.

GOWING, Alan. From the Annalists to the Annales: Latin historiography before Tacitus. In: WOODMAN, Anthony John (ed.). *The Cambridge Companion to Tacitus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 17-30.

GRAHAM, Loren; LEPENIES, Wolf; WEINGART, Peter (Org.). *Functions and uses of disciplinary histories*. Dordrecht: D. Reidel, 1983.

GRECO, John. Two Kinds of Intellectual Virtue. *Philosophy and Phenomenological Research*, [s.i.], v. 60, n. 1, p. 179-184, 2000.

_____. *Achieving Knowledge: A Virtue-Theoretic Account of Epistemic Normativity*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2010.

GREENBLATT, Stephen. *Renaissance Self-Fashioning: from More to Shakespeare*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

GRONDIN, Jean. Must Nietzsche be Incorporated into Hermeneutics? Some Reasons for a Little Resistance. *Iris*, [s.i.], v. 2, n. 3, p. 105-122, 2010.

GROSS, Alan G.; HARMON, Joseph E.; REIDY, Michael S. *Communicating science: the scientific article from the 17th century to the present*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2002.

GULDI, Jo; ARMITAGE, David. *The History Manifesto*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2014.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 184-200, 2002.

HAMANN, Julian. "Let us salute one of our kind." How academic obituaries consecrate research biographies. *Poetics*, [s.i.], v. 56, p. 1-14, 2016.

HART, Albert Bushnell. Imagination in History. *The American Historical Review*, Bloomington, v. 15, n. 2, p. 227-251, 1910.

HENNING, Tim; SCHWEIKARD, David (eds.). *Knowledge, Virtue, and Action: Essays on Putting Epistemic Virtues to Work*. New York: Routledge, 2013.

HOLSINGER, Bruce. "Historical Context" in Historical Context: Surface, Depth, and the Making of the Text. *New Literary History*, Baltimore, v. 42, n. 4, p. 593–614, 2011.

HUISTRA, Pieter; PAUL, Herman; TOLLEBEEK, Jo. Historians in the archive: an introduction. *History of the Human Sciences*, Durham (UK), v. 26, n. 4, p. 3-7, 2013.

HUISTRA, Pieter. The trial of Henry of Brederode: historians, sources and location under discussion in 19th-century historiography. *History of the Human Sciences*, Durham (UK), v. 26, n. 4, p. 50-66, 2013.

HUNT, Lynn. *The New Cultural History*. Berkeley: University of California Press, 1989.

HUNTER, Ian. The History of Philosophy and the Persona of the Philosopher. *Modern Intellectual History*, Cambridge, v. 4, n. 03, p. 571-600, 2007.

HUTTON, Sarah. The Persona of the Woman Philosopher in Eighteenth-Century England: Catharine Macaulay, Mary Hays, and Elizabeth Hamilton. *Intellectual History Review*, Oxford (UK), v. 18, n. 3, p. 403–412, 2008.

HYLAND, Ken; DIANI, Giuliana (eds.). *Academic Evaluation: review genres in university settings*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

IGGERS, Georg G.; WANG, Q. Edward; MUKHERJEE, Supriya. *A Global History of Modern Historiography*. New York: Routledge, 2008.

IGGERS, Georg G. *The German Conception of History: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present*. Hanover: Wesleyan University Press, 1983.

_____. *Historiography in the Twentieth Century: from scientific objectivity to the postmodern challenge*. Hanover: Wesleyan University Press, 1997.

_____. Two Contrasting French Approaches to Historiography. *History & Theory*, Middletown, v. 53, n. 1, p. 105-118, 2014.

IGLÉSIAS, Francisco. A Pesquisa Histórica no Brasil. *Revista de História*. São Paulo, v. 43, n. 88, p. 373-415, 1971.

JACKSON, Myles. Harmonious Investigators of Nature: Music and the Persona of the German Naturforscher in the Nineteenth Century. *Science in Context*, Cambridge, v. 16, n. 1, p. 121-145, 2003.

JAY, Martin. Historical explanation and the event: reflections on the limits of contextualization. *New Literary History*, Baltimore, v. 42, n. 4, p. 557–571, 2011.

JEURGENS, Charles. The untamed archive: history-writing in the Netherlands East Indies and the use of archives. *History of the Human Sciences*, Durham (UK), v. 26, n. 4, p. 84–106, 2013.

JOANILHO, André Luiz; JOANILHO, Mariângela Galli. A Genealogia e a História são Cinza. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 13, n. 1, p. 95–108, 2008a.

_____. História e Discurso em Michel Foucault. *Revista línguas e instrumentos linguísticos*, Campinas, n. 22, p. 73–88, 2008b.

_____. Enunciado e sentido em Michel Foucault. *Revista línguas e instrumentos linguísticos*, Campinas, n. 28, p. 27–42, 2011.

JORDANOVA, Ludmilla. What's in a Name? Historians and Theory. *English Historical Review*, Oxford (UK), v. 76, n. 523, p. 1456–1477, 2011.

KATES, Joshua. Document and Time. *History & Theory*, Middletown, v. 53, n. 2, p. 155–174, 2014.

KELLY, Thomas. The Epistemic Significance of Disagreement. In: GENDLER, Tamar Szabó; HAWTHORNE, John (eds.). *Oxford Studies in Epistemology, volume 1*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2005.

KHAN, Shamus. The Sociology of Elites. *Annual Review of Sociology*, [s.i.], v. 38, n. 1, p. 361–377, 2012.

KINDI, Vasso. A spectre is haunting history - the spectre of science. *Rethinking History*, London, v. 14, n. 2, p. 251-265, 2010.

KING, Nathan. Disagreement: what's the problem? or A good peer is hard to find. *Philosophy and Phenomenological Research*, [s.i.], v. 85, n. 2, p. 249-272, 2012.

KIRWAN, Richard. Scholarly Self-Fashioning and the Cultural History of Universities. In: KIRWAN, Richard (ed). *Scholarly Self-Fashioning and Community in the Early Modern University*. Farnham: Ashgate, 2013, p. 1-20.

KLEINBERG, Ethan. Haunting History: deconstruction and the spirit of revision. *History & Theory*, Middletown, v. 46, n. 4, p. 113–143, 2007.

_____. Back to Where We've Never Been: Heidegger, Levinas, and Derrida on Tradition and History. *History & Theory*, Middletown, v. 41, n. 4, p. 114–135, 2012.

KÖGLER, Hans Herbert. *The Power of Dialogue: Critical Hermeneutics after Gadamer and Foucault*. Cambridge (US): The MIT Press, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. *Estratos do Tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KRAMER, Lloyd S.; MAZA, Sarah C. (Org.). *A companion to Western historical thought*. Malden: Blackwell Publishers, 2002. (Blackwell companions to history).

KOOPMAN, Colin; MATZA, Tomas. Putting Foucault to Work: Analytic and Concept in Foucaultian Inquiry. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 39, n. 4, p. 817-840, 2013.

KOOPMAN, Colin. Foucault's Historiographical Expansion: Adding Genealogy to Archaeology. *Journal of the Philosophy of History*, Leiden, v. 2, n. 3, p. 338–362, 2008.

_____. Revising Foucault: The history and critique of modernity. *Philosophy & Social Criticism*, Boston, v. 36, n. 5, p. 545–565, 2010.

_____. Genealogical Pragmatism: How History Matters for Foucault and Dewey. *Journal of the Philosophy of History*, Leiden, v. 5, n. 3, p. 533–561, 2011.

_____. *Genealogy as Critique: Foucault and the problems of modernity*. Bloomington: Indiana University Press, 2013.

KUUKKANEN, Jouni-Matti. The current state of play in the theory and philosophy of history: the Roth–Ankersmit controversy and beyond. *Rethinking History*, London, v. 18, n. 4, p. 613-619, 2014.

LACAPRA, Dominick. *History & Criticism*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

LACKEY, Jennifer. What Should We Do When We Disagree? In: GENDLER, Tamar Szabó; HAWTHORNE, John (eds.). *Oxford Studies in Epistemology, volume 3*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2010.

LAMONT, Michèle. How to Become a Dominant French Philosopher: The Case of Jacques Derrida. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 93, n. 3, p. 584-622, 1987.

_____. *How professors think: inside the curious world of academic judgment*. Cambridge (US): Harvard University Press, 2009.

_____. Toward a Comparative Sociology of Valuation and Evaluation. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, v. 38, n. 1, p. 201-221, 2012.

_____. Revisiting “How Professors Think” across National and Occupational Contexts. *Papers*, Barcelona, v. 98, n. 3, p. 587-591, 2013.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea: a história em questão*. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. *História e Historiografia: Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LEVICK, Barbara. Tacitus in the Twenty-First Century: the struggle for truth in Annals 1-6. In: PAGÁN, Victoria Emma (ed.). *A Companion to Tacitus*. Malden: Wiley-Blackwell, 2012, p. 260-281.

LINGELBACH, Gabriele. The Institutionalization and Professionalization of History in Europe and the United States. In: MACINTYRE, Stuart; MAIGUASHCA, Juan; PÓK, Attila (eds.). *The Oxford History of Historical Writing: 1800-1945*. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 78-96. (The Oxford History of Historical Writing, v. 4)

LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber (Org.). *Breaking up time: negotiating the borders between present, past and future*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013. (Schriftenreihe der FRIAS School of History, 7).

MACINTYRE, Stuart; MAIGUASHCA, Juan; PÓK, Attila (eds.). *The Oxford History of Historical Writing: 1800-1945*. Oxford: Oxford University Press, 2011. (The Oxford History of Historical Writing, v. 4)

MARQUES, Welisson. Sur le discours et l'histoire en Foucault: entretien avec Jacques Guilhaumou. *Alfa : Revista de Linguística*, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 671-693, 2013.

MARTINEZ, Monica. Uma Questão de Estilo: estudo dos obituários da Folha de S. Paulo. *Comunicação & Inovação*, São Caetano do Sul, v. 14, n. 26, p. 28-35, 2013.

MARTINS, Estevão de Rezende. *A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

MATA, Sérgio da. Tentativas de Desmitologia: a revolução conservadora em Raízes do Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 63-87, 2016.

MEHL, Margaret. The European model and the archive in Japan: Inspiration or legitimation? *History of the Human Sciences*, Durham (UK), v. 26, n. 4, p. 107-127, 2013.

MÉTHOT, Pierre-Olivier. On the genealogy of concepts and experimental practices: Rethinking Georges Canguilhem's historical epistemology. *Studies in History and Philosophy of Science Part A*, Indiana, v. 44, n. 1, p. 112-123, 2013.

MILCHMAN, Alan; ROSENBERG, Alan. The Final Foucault: Government of Others and Government of the Self. In: BINKLEY, Sam; CAPETILLO, Jorge (eds.). *A Foucault for the 21st Century: Governmentality, Biopolitics and Discipline in the New Millennium*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2009, p. 62-71.

MILLER, Hugh; FOX, Charles. The Epistemic Community. *Administration & Society*, [s.i], v. 32, n. 6, p. 668-685, 2001.

MINK, Louis. History and Fiction as Modes of Comprehension. *New Literary History*, Baltimore, v. 1, n. 3, p. 541-558, 1970.

MOLLO, Helena Miranda; SILVA, Rodrigo Machado Da (Org.). *Abordagens e Representações Narrativas: problemas para a história da historiografia*. Ouro Preto: EdUFOP, 2015.

MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

MORENO, Ana; SUÁREZ, Lorena. Academic Book Reviews in English and Spanish: critical comments and rhetorical structure. In: HYLAND, Ken; DIANI, Giuliana (eds.). *Academic Evaluation: review genres in university settings*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009, p. 161-178.

MÖRSDORF, Sven. *Being a Historian: opportunities and responsibilities, past and present*. [S.l.]: CLIHRES, 2010.

MOSS, Jessica. "Virtue Makes the Goal Right": Virtue and Phronesis in Aristotle's Ethics. *Phronesis*. Durham, v. 56, n. 3, p. 204-261, 2011.

MOYN, Samuel; SARTORI, Andrew (eds.). *Global Intellectual History*. New York: Columbia University Press, 2013.

MOYN, Samuel. Bonfire of the Humanities. *The Nation*. New York, 2015. Disponível em: <<https://www.thenation.com/article/bonfire-humanities/>>. Acesso em: 20 de Junho de 2016.

MÜLLER, Philipp. Archives and history: Towards a history of "the use of state archives" in the 19th century. *History of the Human Sciences*, Durham (UK), v. 26, n. 4, p. 27–49, 2013.

NICOLAZZI, Fernando. Como se deve ler a história? Leitura e legitimação na historiografia moderna. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p. 523–545, 2010.

_____. O historiador enquanto leitor: história da historiografia e leitura da história. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 13, p. 63-77, 2013.

_____. Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836-1936. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 89-110, 2016.

NOËL, Patrick-Michel. Les historiens québécois et la question de l'historicité de leur savoir. *Recherches Sociographiques*, Québec, v. 53, n. 1, p. 11-39, 2012.

NOVAIS, Fernando; ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Apresentação: Revisitando Intérpretes do Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 38, p. 6-9, 1998.

NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério Forastieri da. *Nova História em Perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify: 2011-2013. (2 volumes)

OFFENSTADT, Nicolas. *L'Historiographie*. Paris : PUF, 2011.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. La Historia como Heterología: implicaciones y apropiaciones del concepto de historia de Michel de Certeau. *La Torre del Virrey*, Valencia, n. 17, p. 101-106, 2015.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer História, Escrever a História: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 37-52, 2010.

_____. A história da historiografia brasileira e suas evidências. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 10, p. 274-278, 2012.

_____. O Nobre Sacerdócio da Verdade: reflexões sobre o ofício do historiador no Brasil oitocentista. *Lusíada*, Lisboa, n. 9/10, p. 191-207, 2013.

PARTNER, Nancy F.; FOOT, Sarah (Org.). *The SAGE Handbook of Historical Theory*. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2013.

PAUL, Herman. How Historians Learn to Make Historical Judgments Historical Judgement: The Limits of Historiographical Choice. *Journal of the Philosophy of History*, Leiden, v. 3, n. 1, p. 90-108, 2009.

Distance and Self-Distanciation: intellectual virtue and historical method around 1900. *History & Theory*, Middletown, v. 50, n. 4, p. 104-116, 2011a.

_____. Fathers of History. *Storia della Storiografia*, Roma, n. 59-60, p. 224-230, 2011b.

_____. *Hayden White: The Historical Imagination*. Cambridge (UK): Polity Press, 2011c.

_____. Performing History: how historical scholarship is shaped by epistemic virtues. *History & Theory*, Middletown, v. 50, n. 1, p. 1-19, 2011d.

_____. Self-Images of the Historical Profession: Idealized Practices and Myths of Origin. *Storia della Storiografia*, Roma, n. 59-60, p. 157-170, 2011e.

_____. Everything is Tottering: why philosophy of history thrives in times of crisis. *Low Countries Historical Review*, Utrecht, v. 127, n. 4, p. 103-112, 2012a.

_____. The Scholarly Self: Ideals of Intellectual Virtue in Nineteenth-Century Leiden. In: BOD, Rens; MAAT, Jaap; WESTSTEIJN, Thijs (eds). *The Making of Humanities: From Early Modern to Modern Disciplines*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2012b, p. 397-411.

_____. Virtue Ethics and/or Virtue Epistemology: A Response to Anton Froeyman. *Journal of the Philosophy of History*, Leiden, v. 6, n. 3, p. 432-446, 2012c.

_____. Weak Historicism: On Hierarchies of Intellectual Virtues and Goods. *Journal of the Philosophy of History*, Leiden, v. 6, n. 3, p. 369-388, 2012d.

_____. The heroic study of records: The contested persona of the archival historian. *History of the Human Sciences*, Durham (UK), v. 26, n. 4, p. 67-83, 2013.

_____. Manuals on Historical Method: A Genre of Polemical Reflection on the Aims of Science. In: BOD, Rens; MAAT, Jaap; WESTSTEIJN, Thijs (eds.). *The Making of the Humanities: The Modern Humanities*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2014a, p. 171-182.

_____. Relations to the past: a research agenda for historical theorists. *Rethinking History*, London, p. 1-9, 2014b.

_____. What is a Scholarly Persona? Ten theses on virtues, skills, and desires. *History & Theory*, Middletown, v. 53, n. 3, p. 348-371, 2014c.

_____. Virtue Language in Nineteenth-Century Orientalism: A Case Study in Historical Epistemology. *Modern Intellectual History*, Cambridge, p. 1–27, 2015. Pre-print early access.

_____. The Virtues and Vices of Albert Naudé: toward a history of scholarly personae. *History of Humanities*, Chicago, v. 1, n. 2, p. 327-338, 2016.

PEREIRA, Lucas de Almeida. *Da Filosofia à História: os diálogos entre Foucault e os Annales*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

PEREIRA, Mateus Henrique; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; NICODEMO, Thiago Lima. Brazilian Historical Writing in Global Perspective: on the emergence of the concept of “historiography”. *History & Theory*, Middletown, v. 54, n. 4, p. 84-104, 2015.

POCOCK, John Greville Agard. The politics of historiography. *Historical Research*, London, v. 78, n. 199, p. 1-14, 2005.

POPPER, Nicholas. An Ocean of Lies: The Problem of Historical Evidence in the Sixteenth Century. *Huntington Library Quarterly*, Philadelphia, v. 74, n. 3, p. 375–400, 2011.

PROST, Antoine. Charles Seignobos revisité. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, Paris, v. 43, n. 1, p. 100-118, 1994.

PUTNAM, Hilary. *The Collapse of the Fact/Value Dichotomy and Other Essays*. Cambridge (US): Harvard University Press, 2002.

RABASA, José; SATO, Masayuki; TORTAROLO, Edoardo; WOOLF, Daniel (eds.). *The Oxford History of Historical Writing: 1400-1800*. Oxford: Oxford University Press, 2011. (The Oxford History of Historical Writing, v. 3)

RAGO, Margareth. As Marcas da Pantera: Michel Foucault na Historiografia Brasileira Contemporânea. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 121-143, 1993.

_____. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social*, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 67-82, 1995.

_____. A “Nova” Historiografia Brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 11, p. 73-96, 1999.

RAMOS, Igor Guedes. As relações de Michel Foucault com Clio: os historiadores, o filósofo, a história-disciplina e a ontologia histórica. *Antíteses*, Londrina, v. 7, n. 13, p. 333, 2014.

_____. *Genealogia de uma Operação Historiográfica: Edward Palmer Thompson, Michel Foucault, e os historiadores da década de 1980*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

RÊGO, António Renato da Silva. *History in Times of Fascism: discipline and practices of history during the beginning of the Portuguese New State*. 2015. Dissertação (Research Masters in History: Political Culture and National Identities) - Universiteit Leiden, Leiden, 2015.

REIS, José Carlos. O Lugar da Teoria-Metodologia na Cultura Histórica. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 3, n. 6, p. 4-26, 2011.

REKDAL, Ole Bjørn. Academic urban legends. *Social Studies of Science*, [s.i.], v. 44, n. 4, p. 638-654, 2014.

RHEINBERGER, Hans-Jörg. *On Historicizing Epistemology: an essay*. Stanford (US): Stanford University Press, 2010.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 3 volumes.

ROBERTS, Robert Campbell; WOOD, W. Jay. *Intellectual Virtues: an essay in regulative epistemology*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2007.

RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965.

_____. *A Pesquisa Histórica no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1969.

ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonas Rafael. *As Transferências Culturais na Historiografia Brasileira: leituras e apropriações do movimento dos Annales no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

ROIZ, Diogo da Silva. A batalha pelas “regras do método histórico” em Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda: entre o “autodidatismo” e a “profissionalização” do trabalho de pesquisa do historiador. *Dimensões*, Vitória, v. 30, p. 133-172, 2013.

ROTH, Paul. Narrative Explanations: The Case of History. *History & Theory*, Middletown, v. 27, n. 1, p. 1-13, 1988.

ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o Indício de uma Falta. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9. n. 17, p. 85-91, 1996.

RUGGIU, François-Joseph. Autres Sources, Autre Histoire? Faire l'histoire des individus des XVIIe et XVIIIe siècles en Angleterre et en France. *Revue de Synthèse*, Paris, v. 125, n. 1, p. 111–152, 2004.

RÜSEN, Jörn. Crossing Cultural Borders: how to understand historical thinking in China and the West. *History & Theory*, Middletown, v. 46, n. 2, p. 189–193, 2007.

SANZ, Rosa Lorés. (Non-)Critical Voices in the Reviewing of History Discourse: a cross-cultural study of evaluation. In: HYLAND, Ken; DIANI, Giuliana (eds.). *Academic Evaluation: review genres in university settings*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009, p. 143-160.

SANTOS, Wagner Geminiano Dos. A Invenção da Crítica Historiográfica Brasileira Pós-Década de 1980: um campo de batalhas para modernos e pós-moderno. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 3, n. 7, p. 128-155, 2012.

SCHNEIDER, Axel; WOOLF, Daniel (eds.). *The Oxford History of Historical Writing: historical writing since 1945*. Oxford: Oxford University Press, 2011. (The Oxford History of Historical Writing, v. 5)

SCOTT, Joan W. Back to the Basics. *History & Theory*, Middletown, v. 49, n. 1, p. 147-152, 2010.

SECCO, Lincoln; PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs.). *Intérpretes do Brasil: Clássicos, Rebeldes e Renegados*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

SECORD, Anne. Be what you would seem to be: Samuel Smiles, Thomas Edward, and the Making of a Working-Class Scientific Hero. *Science in Context*, Cambridge, v. 16, n. 1, p. 147-173, 2003.

SEWELL Jr., William. Marc Bloch and the Logic of Comparative History. *History & Theory*, Middletown, v. 6, n. 2, p. 208-218, 1967.

SHAPIN, Steven. "The Mind Is Its Own Place": Science and Solitude in Seventeenth-Century England. *Science in Context*, Cambridge, v. 4, n. 1, p. 191–218, 1990.

_____. "A Scholar And A Gentleman": the problematic identity of the scientific practitioner in Early Modern England. *History of Science*, [s.i.], n. 29, p. 279–327, 1991.

_____. *The Scientific Life: a moral history of a late modern vocation*. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

_____. The sciences of subjectivity. *Social Studies of Science*, [s.i.], v. 42, n. 2, p. 170–184, 2012.

SHOGIMEN, Takashi. On the Elusiveness of Context. *History and Theory*, Middletown, v. 55, n. 2, p. 233–252, 2016.

SILVA, Bruna. *Revista História, Questões & Debates: historiografia e problemática regional (1980-1989)*. Irati: Universidade Estadual do Centro-Oeste, 2013. Dissertação de Mestrado.

SMITH, Bonnie G. Gender and the Practices of Scientific History: The Seminar and Archival Research in the Nineteenth Century. *The American Historical Review*, Bloomington, v. 100, n. 4, p. 1150–1176, 1995.

_____. One Question for Roger Chartier. *French Historical Studies*, Washington, v. 21, n. 2, p. 213–220, 1998.

_____. *The Gender of History: men, women, and historical practice*. Cambridge (US): Harvard University Press, 2000.

SOSA, Ernest. The Raft and the Pyramid: Coherence versus Foundations in the Theory of Knowledge. *Midwest Studies in Philosophy*, [s.i.], v. 5, n. 1, p. 3-26, 1980.

_____. *Knowledge in Perspective: Selected Essays in Epistemology*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1991.

_____. *A Virtue Epistemology: Apt Belief and Reflective Knowledge, Volume I*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

_____. *Reflective Knowledge: Apt Belief and Reflective Knowledge, Volume II*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

SOUZA, Robson Carlos de. *A Produção Historiográfica nas Páginas dos Periódicos "Estudos Históricos" e "Anais de História"*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012. Dissertação de Mestrado.

STEUP, Matthias; SOSA, Ernest (Org.). *Contemporary debates in epistemology*. Malden: Blackwell Publishers, 2005. (Contemporary debates in philosophy, 3).

TIGHT, Malcolm. Dead Academics: what can we learn about academic work and life from obituaries? *London Review of Education*, London, v. 6, n. 2, p. 125-135, 2008.

TIMPE, Kevin; BOYD, Craig (eds.). *Virtues and Their Vices*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2014.

TOLLEBEEK, Jo. "Turn'd to Dust and Tears": Revisiting the Archive. *History & Theory*, Middletown, v. 43, n. 2, p. 237-248, 2004.

TORSTENDAHL, Rolf. Fact, Truth, and Text: The Quest for a Firm Basis for Historical Knowledge Around 1900. *History & Theory*, Middletown, v. 42, n. 3, p. 305-331, 2003.

_____. Historical Professionalism. A Changing Product of Communities Within the Discipline. *Storia Della Storiografia*, Roma, n. 56, p. 3-26, 2009.

_____. From all-round to professional education. How young historians became members of an academic community in the nineteenth century. *Leidschrift, Historisch Tijdschrift*, Leiden, v. 25, n. 1, p. 17–31, 2010.

_____. *The Rise and Propagation of Historical Professionalism*. New York: Routledge, 2015.

TOWNSEND, Robert. *History's Babel: scholarship, professionalization, and the historical enterprise in the United States, 1880-1940*. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.

TRÜPER, Henning. Wild archives: Unsteady records of the past in the travels of Enno Littmann. *History of the Human Sciences*, Durham (UK), v. 26, n. 4, p. 128–148, 2013.

TUCKER, Aviezer (Org.). The Future of the Philosophy of Historiography. *History & Theory*, Middletown, v. 40, n. 1, p. 37-56, 2001.

_____. *A companion to the philosophy of history and historiography*. Malden: Wiley-Blackwell, 2009. (Blackwell companions to philosophy, 41).

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 2, p. 12–28, 2009.

_____. História da Historiografia e Memória Disciplinar: reflexões sobre um gênero. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 13, p. 78–95, dez. 2013.

_____. A prudência dos antigos: figurações e apropriações da tradição clássica no Brasil oitocentista. O caso do Colégio Imperial Pedro II. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 41, p. 299–320, 2015.

TURNER, Stephen P.; ROTH, Paul Andrew (Org.). *The Blackwell guide to the philosophy of the social sciences*. Malden: Blackwell Publishers, 2003. (Blackwell philosophy guides, 11).

TURRI, John. Is Knowledge Justified True Belief? *Synthese*, Dordrecht, v. 184, n. 3, p. 247-259, 2012.

VAINFAS, Ronaldo. História Cultural e Historiografia Brasileira. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, p. 217-235, 2009.

_____. O Imbróglio de Raízes: notas sobre a fortuna crítica da obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 19-40, 2016.

VARELLA, Flávia Florentino; MOLLO, Helena Miranda; MATA, Sérgio Ricardo da; ARAUJO, Valdeci Lopes de (orgs.). *A Dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

VÖLKEL, Markus. Neither Father nor Children but Elective Affinities: pleas for an all-inclusive genealogy of historiography. *Storia della Storiografia*, Roma, n. 59-60, p. 282-293, 2011.

WAALDIJK, Berteke. The 'Good-Enough Mother' of Historical Research: Inventing a Mother of History. *Storia della Storiografia*, Roma, n. 59-60, p. 268-281, 2011.

WANG, Q. Edward; IGGERS, Georg G. *Turning Points in Historiography: a cross-cultural perspective*. Rochester: The University of Rochester Press, 2002.

WARLAND, Geneviève. Towards professional history in Belgium and France: "l'école de la methode" and "l'école de la citoyenneté". *Leidschrift, Historisch Tijdschrift*, Leiden, v. 25, n. 1, p. 33-53, 2010.

WEHLING, Arno. Fundamentos e Virtualidades da Epistemologia da História: algumas questões. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 147-169, 1992.

WHATMORE, Richard; YOUNG, Brian (Org.). *Palgrave advances in intellectual history*. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

WHITE, Hayden. *Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973.

WILDER, Gary. From Optic to Topic: The Foreclosure Effect of Historiographic Turns. *The American Historical Review*, Bloomington, v. 117, n. 3, p. 723-745, 2012.

WOOLF, Daniel R.; SCHNEIDER, Axel (Org.). *The Oxford history of historical writing: historical writing since 1945*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2011. (The Oxford history of historical writing, v. 5).

WOOLF, Daniel. *A Global History of History*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2011.

WRIGHT, Donald. *The Professionalization of History in English Canada*. Toronto: University of Toronto Press, 2005.

ZAGZEBSKI, Linda Trinkaus. *Virtues of the Mind: an inquiry into the nature of virtue and the ethical foundations of knowledge*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1996.

ZELENÁK, Eugen. Who should characterize the nature of history? The wrong question. *Storia della Storiografia*, Roma, n. 59-60, p. 171-182, 2011.